Diário de Lisboa

ANO 55.º / 19 019 . 4$00

SÁBADO 3 ABRIL 1976

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

UMA CONSTITUIÇÃO PROGRESSISTA

O povo português tem, finalmente, uma Constituição. Uma Constituição que defende e salvaguarda as principais conquistas da Revolução de Abril. Uma Constituição progressista que substitui a de 1933, elaborada então nas costas do povo e promulgada depois de um plebiscito em que as abstenções contaram como votos a favor. A nova Constituição, pelo contrário, resulta da vontade popular e constitui, para o País, um momento histórico.

Aprovada por todos os partidos da Constituinte menos o C.D.S., a nova lei básica do País garante aos portugueses amplos direitos e vastas liberdades. As Forças Armadas, como afirmaria o Presidente da República, «agirão com escrupuloso respeito pela Constituição, acatando as decisões dos órgãos do Poder que, nos seus termos, forem legitimamente investidos e serão o garante último da sua defesa».

. Concluindo as suas importantes e bem singificativas palavras, diria ainda Costa Gomes:

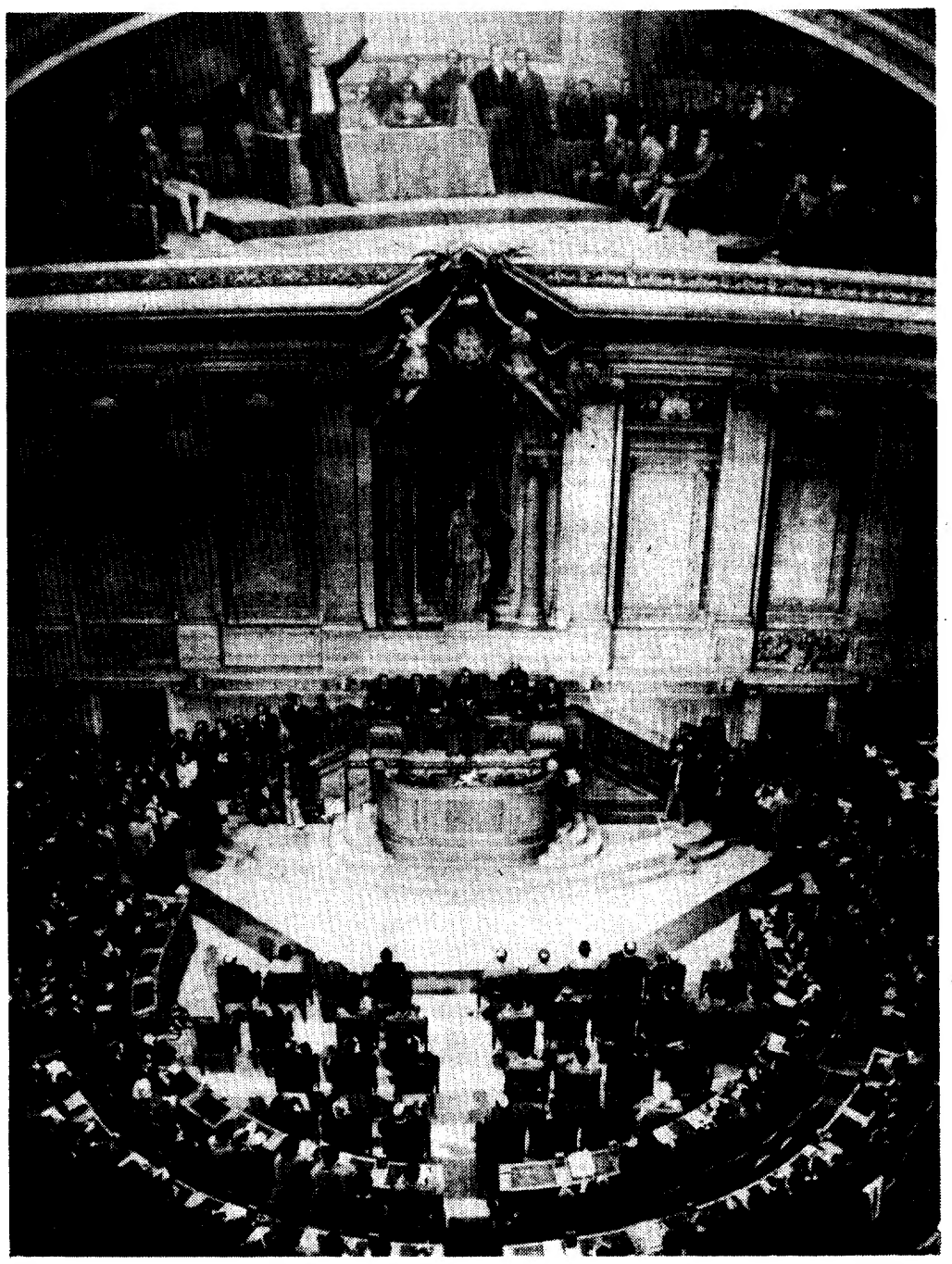
. «Integrando ainda nos órgãos de soberania o Conselho da Revolução, a Constituição Política empenhou decisivamente as Forças Armadas e comprometeu inteiramente todos os militares na defesa intransigente da Democracia.

«Eis-nos, pois, no momento decisivo de uma nova fase da caminhada em direcção à Democracia e ao Socialismo, na qual a Constituição que tenho a honra de promulgar é instrumento básico para a construção, em liberdade e em paz, da sociedade que ambicionamos para todos nós, em Portugal.»

. Com a nova Constituição, o Povo português dispõe de uma arma poderosa para garantir a sua marcha para o futuro.

(Ler na pág. 7)

Costa Gomes: «O poder constituinte pertence ao povo e só a este»



Quinhentas horas de sessões plenárias, cerca de mil de trabalho das comissões — assim nasceu a nova Constituição Política, ontem promulgada em S. Bento.

PROVÁVEL RENASCIMENTO DAS ESTRUTURAS DO M.F.A.

Círculos bem informados admitem que para efeito da recomposição do Conselho da Revolução sejam novamente feitas eleições nas unidades para delegados das novas Assembleias dos Ramos, englobando oficiais, sargentos e praças. Os mesmos círculos admitem mesmo que os quantitativos relativos tanto entre as Assembleias como entre as classes representadas (oficiais, sargentos e praças) se mantenham como nas anteriores Assembleias, ou seja, 120 no Exército, 60 na Força Aérea e 60 na Armada, porque só assim, adiantam, essa recomposição do Conselho da Revolução teria legitimidade.

20 PÁGINAS

Morto num atentado um ex-sacerdote candidato da U.D.P.

PORTO, 3 — A poucos quilómetros de Santa Marta de Penaguião, uma poderosa carga de trotil accionado pelo sistema de relógio, deflagrou, esta madrugada, no carro do ex-padre Maximino candidato da U.D.P. às próximas eleições pelo círculo de Vila Real, provocando-lhe a morte quase imediata e a de uma jovem que o acompanhava, Maria de Lurdes Ribeiro Correia, aluna liceal e simpatizante daquele partido de esquerda.

«Ainda não temos pistas» — foi a resposta linear que, via telefone, recebemos, esta manhã, da G.N.R. de Vila Real, entidade encarregada das investigações.

Regista-se, a propósito, que dos cerca de trezentos atentados terroristas perpetrados só no Norte contra sedes e veículos pertencentes a partidos de esquerda é este o primeiro caso em que se registam vítimas mortais. Um mau presságio, pois, para a campanha eleitoral que amanhã se inicia.

RELATÓRIO PRELIMINAR DO 25 DE NOVEMBRO: CONCLUSÕES FINAIS SOBRE MEIOS DE COMUNICAÇÃO

(Pág. 4)

"DIÁRIO DE LISBOA" NO BANCO DOS RÉUS

O «Diário de Lisboa» vai ser depois de amanhã levado ao tribunal da Boa Hora, sendo a alegada causa do processo que nos é movido um editorial sobre os acontecimentos do Rossio, durante a greve dos empregados do comércio. José Cardoso Pires, na altura director-adjunto do jornal, reivindicou a responsabilidade do texto e desse modo será julgado na qualidade de autor, com a cumplicidade do nosso director, António Pedro Ruella Ramos.

O texto, que põe em causa a actuação da PSP na acção repressiva de 21 de Janeiro passado, de que resultou um morto e vários feridos, constituia um apelo ao ministro Almeida e Costa para que procedesse a um inquérito. O dr. Carlos Andrade Faria (que subscreve a acusação), considerou que o artigo «contende com a reputação e o prestígio da PSP, defensora dos princípios democráticos do Estado». O processo terá a sua primeira sessão pública no próximo dia 5, pelas 10 horas, no 1.º Juízo Correccional (Boa Hora) sob a presidência do Juiz dr. Silva Caldas.

Ruella Ramos, cuja defesa foi confiada ao advogado e jornalista dr. José Carlos de Vas-

Continua na pág. 20

Nacional

Política de A a Z

TEMOS CONSTITUIÇÃO

A Assembleia Constituinte eleita em condições memoráveis de liberdade, de paz, de mobilização popular, nesse 25 de Abril de 1975 que plebiscitou maciçamente o 25 de Abril de 1974, deu por concluída a sua tarefa. Aprovado o texto da Constituição por todos os parlamentares, por aclamação, com a notória e significativa excepção dos integrantes do grupo CDS, o Presidente da República assinou o decreto que o promulga. Em 25 de Abril de 1976 — cumprindo-se este ritmo anual que vem pautando o nosso calendário político — a Constituição entrará em vigor. Para o Povo português inicia-se uma nova fase histórica. Ao Povo é proposta uma nova tarefa: defender a Constituição. Esta Constituição. Porque esta Constituição negociada entre correntes políticas distintas, representa um pacto social possível e consagra as conquistas políticas e sociais da revolução de Abril.

Não se poderá dizer que a tarefa nova — a de defender a Constituição — seja menos trabalhosa. Os adversários da «ordem democrática» e da «via socialista» não desarmam, não desistem. Do terrorismo sangrento à conspiração permanente, da intriga de bastidores à intoxicação da opinião pública, da calúnia à corrupção, todos os métodos de «desestabilização» e de «desmoralização» lhes servem. Não olham a meios (sob o aspecto da conduta moral e política); não lhes faltam os meios (sob o aspecto material). O ambiente de ontem, em São Bento, era solene e confiante. Mas não nos enganemos. Não nos deixemos enganar. A vitória da democracia não está consolidada. A «via socialista» não está garantida. Há um longo caminho a percorrer. E era necessário percorre-lo reunindo as condições elementares para cumprir a tarefa, levar ao termo a caminhada, numa palavra: vencer.

Só a unidade das forças democráticas e progressistas, verdadeiramente empenhadas na institucionalização da democracia, verdadeiramente apostadas na «via socialista», poderá defender a Constituição. Está Constituição!

UM PARTIDO DE OPOSIÇÃO

Se tivermos em conta que a partir do «11 de Março» — Freitas do Amaral o disse — o CDS se considera «um partido de oposição», tudo o que se tem passado ficará mais claro. Mais claras, nos seus objectivos, a ofensiva do «referendo» e a luta pela imediata e ilimitada «revisão». Partido de oposição — se confessa o CDS — e não só por contestar formalmente os sucessivos Governos Provisórios, mas por deplorar a «fúria devastadora de quem não via em nós (CDS) adversários, mas inimigos». Os seguidores de Diogo Freitas do Amaral estão queixosos. Eles sacrificaram-se a esse papel de «oposição», porque como «excelentes democratas» e sabendo dos livros (das «sebentas» da Faculdade de Direito que a democracia implica «oposição» — não quiseram que a nossa ficasse incompleta. Se todos se diziam democratas, se todos aplaudiam a democracia, foi necessário que estas boas almas do CDS por amor da democracia contestassem os Governos Provisórios, atacassem o texto da Constituição, manobrassem para impor a sua imediata «revisão». Tudo por amor da democracia. Tudo porque, nas páginas dos tratados de Direito Constitucional e de Ciência Política, a democracia exige «oposição». São eles — os CDS — o inevitável, o imprescindível, complemento da «ordem democrática». São a «oposição»!

A OPOSIÇÃO EXTRAPARLAMENTAR

Se o CDS assume — aliás esse é o seu pleno direito — o papel de «oposição», outras «oposições», civis e militares, legais e clandestinas, organizam a acção subversiva, sabotadora, contra-revolucionária, medram larvadamente da sistemática intriga e de um obsessivo anticomunismo primário. A «defesa da democracia» poderá servir, nalguns casos, aos figadais inimigos da democracia, para avançarem nas suas manobras de «desestabilização» e de «subversão», desde o assalto a órgãos de imprensa, à espionite que precede a espionagem, ao contrabando de boatos (essa «droga» política) que precede o contrabando das armas.

Quando nos referimos a essa «oposição extraparlamentar», é «à direita», «na direita», que o situamos. Claro que existe uma «oposição extraparlamentar «de esquerda», mas não é essa que neste momento político ameaça a «ordem democrática», véicula as intrigas reaccionárias, procura a todo o custo e a curto prazo, provocar a «desestabilização». Que «na esquerda» se tenham infiltrado agentes da «direita» é perfeitamente possível. A subversão reaccionaria utiliza, com arte e experiência, as tácticas de envolvimento e os métodos de diversão. Mas não nos deixemos mistificar. Tudo isso é névoa, cortina de fumo que protege a marcha de aproximação dos apontados inimigos da nova ordem democrática. Até um certo espírito de desforra de saneados ou de derrotados (civis e militares) vem sendo aproveitado, explorado, ampliado, para facilitar a ofensiva de recuperação de posição, de acesso à opinião pública, de divisão das fileiras democráticas. Na realidade há por aí muito «democratismo» que trai, no andamento e na expressão, o propósito claro do restauracionismo neocapitalista, do restauracionismo neofascista.

M.E.S. EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

"Direita visa recuperação total do Poder"

. «A direita vai talvez aceitar fazer um jogo democrático mas isso será sol de pouca dura, porque as suas verdadeiras intenções, aliás já verificadas em outros países, serão a recuperação total do poder», vaticinou um candidato do M. E. S. às próximas eleições durante uma conferência de Imprensa dada ontem à tarde na sede daquela organização em Lisboa.

A reunião serviu para apresentação do manifesto eleitoral do Movimento e para alguns dos candidatos na mesa exporem os pontos de vista da organização face à situação política actual e na perspectiva da campanha eleitoral que se aproxima. O mesmo candidato fundaria o seu vaticínio na análise dos aspectos predominantes na conjuntura actual: a Assembleia da República que vai ser eleita não terá uma maioria de esquerda, na melhor hipótese, — disse — os mais dos lugares serão ocupados pelos deputados dos partidos burgueses ou reformistas — que, no seu sectarismo e no seu partidarismo, no seu jogo de interesses, acabarão, por serem presas fáceis das manobras da direita. Quanto à direita — disse o candidato, saberá jogar com a situação económica, política e militar, como forma de divisão dos próprios trabalhadores». Numa palavra, a direita saberá aproveitar-se da situação.

Nuno Teotónio Pereira no uso da palavra.

No que respeita ao M. E. S., as listas que apresenta são — disse o conferente — «de unidade do povo para barrar o caminho ao fascismo». O movimento reclama-se no sentido do «desenvolvimento teórico e prático do poder popular».

O manifesto do M. E. S. ao País divide-se em seis grandes pontos: «A contra-ofensiva dos exploradores do povo e o avanço da ameaça fascista»; «Unir a classe operária e os trabalhadores, unir o povo, erguer a resistência popular»; «Lutar contra o fascismo, contra a repressão e a mentira, pela democracia e pela liberdade»; «Lutar contra a exploração e a miséria»; «Lutar contra o imperialismo e pela independência nacional»; «Lutar contra o capitalismo, pelo poder popular, pelo socialismo».

Diz-se, na introdução: «As listas dos M. E. S. são listas de unidade e nelas se integram homens e mulheres que se batem nas empresas, nos bairros, e nos campos, chamando à luta todos os explorados e oprimidos, sem sectarismo, como sempre fizemos em todas as circunstâncias. As listas do M. E. S. são listas de unidade contra o fascismo que é uma ameaça real contra o povo.»

Brigadeiro Charais garante dignidade das eleições na Região Militar do Centro

COIMBRA, 3 — Falando aos jornalistas durante uma conferência de Imprensa ontem realizada nesta cidade, o brigadeiro Franco Charais, comandante da Região Militar do Centro, afirmou que «as Forças Armadas prosseguem na concretização da sua responsabilidade histórica de devolver Portugal ao seu povo, tendo por objectivo assegurar a transição para o socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

Charais, que se encontrava acompanhado do chefe do Estado-Maior da sua Região Militar, tenente-coronel Seco e dos comandantes distritais da P. S. P. e da G. N. R., salientou que as unidades militares e militarizadas da Região Militar do Centro e as populações da sua área, fazendo ponto de honra da sua conduta o livre acesso e trabalho de qualquer partido político, garantirão a maior dignidade e ordem do processo eleitoral.

«Ao aproximar-se o momento da concretização de mais uma etapa de extraordinária importância para a Revolução Portuguesa, há que prever um aumento de virulência por parte dos seus inimigos» continuou Franco Charais. «A fim de ser possível neutralizar a sua acção, o Comando da Região Militar do Centro exorta as populações da sua área, desde as das mais distantes aldeias aos principais centros urbanos, no decorrer da próxima campanha eleitoral, a serem os primeiros e mais exigentes defensores da liberdade, conscientes que as ideias só podem ser combatidas com outras ideias, que a democracia implica tolerância e respeito pelas liberdades dos outros, o que pressupõe a possibilidade de todos os partidos políticos poderem exercer livremente o seu direito de expressão.»

FOGOS REAIS NA SERRA DE AIRE

O comandante da Região Militar do Centro anunciou também a realização, no próximo dia 7, de um exercício de fogos reais, na serra de Aire, distrito de Leiria, de cooperação com Artilharia, Infantaria e Força Aérea, com unidades de Leiria, Viseu e Guarda. A finalidade destes exercícios é de as Forças Armadas «serem colocadas em condições de cumprirem com eficiência operacional as suas missões», nomeadamente no período eleitoral.

Melo Antunes visita a Dinamarca

. A convite do seu homólogo K.B. Anderen, o ministro dos Negócios Estrangeiros, major Melo Antunes, visitará oficialmente a Dinamarca de 8 a 10 do corrente.

Melo Antunes, que seguirá directamente de Viena, onde se desloca integrado na comitiva oficial do Primeiro-Ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, será recebido em audiência pela rainha e pelo primeiro-ministro e terá reuniões de trabalho com o ministro da Economia Externa, Ivar Norgard.

Almeida e Costa primeiro-ministro durante três dias

. O ministro da Administração Interna, comandante Almeida e Costa, desempenhará interinamente as funções de Primeiro-Ministro durante a permanência do almirante Pinheiro de Azevedo na Áustria.

NOTA OFICIOSA

Utilização por partidos do Mercado do Povo

A Secretaria de Estado da Cultura emitiu a seguinte nota oficiosa:

«Realizando-se no próximo domingo, dia 4, no Mercado do Povo — onde, como se sabe, funciona a Galeria de Arte Moderna —, uma «Festa Popular» para apresentação dos candidatos do Partido Comunista Português à Assembleia da República, deseja a Secretaria de Estado da Cultura — quanto à utilização daquele local, que dela depende — prestar o seguinte esclarecimento:

«1 — No dia 15 de Março último, foi recebido, nesta Secretaria de Estado, o seguinte ofício dimanado da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português:

«A DORL do PCP pretende organizar em 4 de Abril, f. p., uma grande festa popular na área de Belém, com a utilização das instalações do Mercado do Povo.

«Para este efeito, rogo a V.ª Ex.ª a necessária autorização e, bem assim, sejam promovidas diligências e concedidas facilidades necessárias ao bom êxito daquela iniciativa».

«2 — Em relação a este ofício, exarou o secretário de Estado da Cultura o seguinte despacho, do qual foi dado conhecimento à DORL, por ofício enviado no dia 17: «É intenção da Secretaria de Estado da Cultura evitar doravante a utilização partidária — seja por que partido for — de instalações que dela dependam».

«3 — No dia 24, um membro do Comité Central do PCP telefonou para esta Secretaria e, em conversa telefónica com o próprio secretário de Estado, solicitou de novo autorização para a utilização daquele local, sublinhando o carácter «predominantemente cultural» da festa que a DORL do PCP aí pretendia realizar, acentuando a fase já adiantada dos preparativos; em curso e invocando ainda a expectativa criada por precedentes realizados no mesmo local.

«4 — Perante a exposição dos factos apontados — em que o propósito cultural pareciam sobrepor-se ao cariz partidário da iniciativa — o secretário de Estado exarou então novo despacho concebido nos seguintes termos:

«Embora a Secretaria de Estado da Cultura pretenda desvincular a Galeria de Arte Moderna em Belém de quaisquer iniciativas que possam assumir carácter partidário, considera-se, tendo em conta práticas precedentes que poderão criar legítimas expectativas, e ainda o carácter eminentemente cultural da actividade proposta, que é de autorizar a utilização das instalações da Galeria de Arte Moderna em Belém para realizar as iniciativas indicadas na data solicitada».

«5 — Posteriormente, só por notícia publicada no dia 1 de Abril num diário de Lisboa, veio esta Secretaria de Estado a tomar conhecimento do programa geral da festa projectada, no qual avulta, afinal de contas, o aspecto partidário, com a realização, dentro do Mercado do Povo, de uma sessão de esclarecimento — quando a verdade é que esta parte substancial do programa não foram aludida nem no ofício enviado pela DORL nem na conversa com o secretário de Estado.

«6 — Apesar de tudo isto, não quis, todavia, a Secretaria de Estado da Cultura — a quarenta e oito horas da «festa do PCP» — embargar a sua realização, mas melhor reconheceu ainda a justeza da posição que assumira no sentido de «evitar doravante a utilização partidária de instalações que dela dependam».

«7 — Dado, no entanto, o precedente que por agora se verifica — e justamente no começo da campanha eleitoral —, decide desta vez a Secretaria de Estado da Cultura, e apenas no decurso dessa campanha, por o Mercado do Povo à disposição de todos os partidos portugueses legalmente constituídos e concorrentes às próximas eleições, a fim de no mesmo local poder cada um realizar um comício de propaganda.

«8 — Deste modo se solicita a todos os partidos mencionados, que desejem realizar os seus comícios nas instalações referidas, que se dirijam à Direcção Geral de Acção Cultural desta Secretaria de Estado para que seja possível elaborar o — atendário das respectivas manifestações.

«9 — Findo o período eleitoral, não deverá o Mercado do Povo — nem qualquer outra instalação dependente desta Secretaria de Estado — voltar a ser utilizado seja por que partido for.»

post scriptum

NÃO BRINQUEM COM O FOGO

Todos os anos vou à minha terra natal., (Alvega-Abrantes), e de cada vez que o faço mais desapontado fico. Da última vez (há dias) quando lá estive, peguei no cântaro e fui à fonte. E não encontrei água, nem na torneira, nem em nenhum dos dois tanques existentes.

No dia seguinte perguntei à minha tia onde é que ia à água. Peguei no cântaro e lá fui. Que tristeza! — Um bocado de mangueira com uma rolha de cortiça sobre uma telha... era a nova fonte da terra!

Em conversa com os que em criança me deram codeas de pão, cheguei à conclusão de que o facto se devia ao encravamento da canalização, ocorrido em fins de Janeiro passado. E também à divisão entre as pessoas. E porquê? Bem. Já em Novembro de 1971 o povo se havia reunido e decidido ir ao concelho falar com quem de direito, por causa dos eucaliptos na terra, no meio dos quais passa a canalização. Mas a plantação foi efectuada. De notar que esta canalização já há muitos anos dá problemas (que o povo tem remediado sempre).

O problema da água na freguesia de Alvega obrigou os responsáveis a optar por medidas consideradas «convenientes». À vista por ora... para as Portelas, uma vez que se admitiu ser uma das aldeias com água suficiente. Bastava que a população se quotizasse para ajudar na abertura da nova vala que a Câmara de Abrantes daria o resto. A quotização está feita. Mas quando é que o resto estará concluído? Volvidos dois meses o encravamento da canalização o presidente da Junta diz: «Assim que chegar o tubo à Câmara, vem logo para cá».

Será esta decisão mais sensata? Cómoda, sim. Sensata, não. Pois vejamos: 1.º — Não se conhece o prazo de entrega do tubo; 2.º — Não se obteve informação sobre se havia tubo substituto; 3.º — Nao se esgotaram as possibilidades do mercado nacional; 4.º — Não se tentou verificar se era vantajoso remendar a canalização antiga.

Segundo informação que obtive, oito dias era o tempo necessário para o tubo chegar.

Resta-nos perguntar por que razão as pessoas não se reuniram para remendar a canalização antiga, tal como se fez para a instalar. Reunir, reuniram, mas não conseguiram decidir nada, porque a chama da desunião impediu tal.

Manuel de Oliveira Pires — Lisboa

AO ALENTEJO, PARA VER MARES DE PÃO

Vale a pena ir ao Alentejo. Não só para ver mares de pão, a perder de vista, como, principalmente, para sentir o calor humano com que aquela gente defende a sua obra, contra os ataques e as calúnias alheias. Não há como ver. Ficam-se a compreender melhor as razões por que se joga ali muito da Revolução e o encarnecimento dos contra-revolucionários contra aqueles homens, dos mais variados credos, irmanados no mesmo objectivo: ter, finalmente, trabalho e pão certos num mundo de incertezas.

Nestes dias de Primavera sabe bem ouvir cantar, novamente, livremente, a «Grândola» em terras do Alentejo. Vale a pena...

Graça Maria S. Costa — Lisboa

UMA CARTA QUE ME FEZ RIR

Recebi há dias uma carta-circular do Partido da Democracia Cristã, segundo a mesma citava, porque «pessoa amiga» (daquele partido) havia indicado o meu nome como «simpatizante do P.D.C.». A primeira reacção foi uma gargalhada; de seguida veio a pergunta: — onde teriam estes «fachos» descoberto o meu nome?

Não foi difícil concluir que tinha de ser da Igreja Católica onde militei (?) durante alguns anos.

É que, na minha freguesia fui presidente da J.A.C., fiz parte do Conselho Paroquial, Secretariado do mesmo, direcção da Catequese, regente de um grupo de cânticos nas missas dominicais, participei num curso de Cristandade e cheguei mesmo a ser convidado para a Escola de Responsáveis destes cursos, onde permaneci quase um ano.

Foi, portanto, destes arquivos que o meu nome foi retirado.

O que estes senhores não devem saber, todavia, é que ainda dentro de algumas das organizações citadas, já colaborava com o Partido que a mesma Igreja acusava de tudo o que havia de pior. A mesma Igreja que era, depois da polícia política, o principal pilar de sustentação dum regime hediondo, que transformava as pessoas em coisas, no maior paradoxo que é possível existir entre a teoria e a prática daquela religião. A mesma Igreja que fala do amor fraterno e, quando a abandonei, me negou os bons-dias, pela boca de muitos dos que dela fazem parte, «irmãos de Cursilho», inclusive.

Sabem, porém, estes senhores que, quando há cerca de dois meses, fui demitido da administração da Câmara Municipal de Torres Novas, não o fui por ser católico, nem simpatizante do P.D.C., mas por afirmação escrita acerca do que chamaram «Relatório Preliminar dos Acontecimentos do 25 de Novembro», cuja brecha deixada apenas beneficiou fascistas e reaccionários como os do P.D.C.

Quem são os senhores do P.D.C. e o que pretendem, sei-o muito bem!

Que a Igreja Católica esteja com eles, também não me admira, porque a conheci por dentro.

Carlos Maria Sousa Pereira — Riachos

A economia no sector controlado pelo Estado

IV. A SITUAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

HENRIQUE DE OLIVEIRA

Aquilo que vulgarmente se entende por gestor público é o representante ao mais alto nível dos interesses do Estado na gestão de uma empresa onde existam capitais públicos.

Por sua vez é o Governo responsável perante o País, através da Assembleia da República e Presidente da República, pela mesma gestão em todas as empresas com essa participação pública. É fácil e parece-nos necessário concluir que o papel do gestor público como o definimos é extremamente importante na vida económica do País, onde o sector com participação pública é já significativo. A importância económica deve ser mesmo extrapolada pois com frequência as meras decisões de carácter económico-financeiro das empresas atingem importância política.

Os gestores públicos sempre existiram entre nós, embora se saiba que até 25 de Abril de 74, pouca ou nenhuma gestão, a maior parte deles fazia. Por alguma razão eram conhecidos os seus lugares como «tachos» e em regra desempenhados por ex-ministros ainda que tivessem sido corruptos ou incompetentes, generais e militares de alta patente que, tinham entretanto adquirido «o direito» a uma compensaçãozinha de ordem material, etc. Eram normalmente designados por administradores por parte do Estado ou delegados do Governo, mas nunca será bom esquecer que como administradores (com excepção de algumas empresas públicas) a sua acção se limitava à assistência a escassas reuniões do Conselho e como delegados do Governo, o seu papel fiscalizador era quase sempre nulo, não se fosse cair nalguma fiscalização... que se não podia fazer! Um aparelho de Estado corrupto tinha os meios que tinha que ter.

A partir do dia em que o Movimento dos Capitães desencadeou um processo de transformação da nossa sociedade é um facto que se tem de salientar, porque é justo, que a situação das pessoas que desempenhavam os lugares atrás indicados, se transformou progressivamente a ponto de se terem eliminado a quase totalidade das imoralidades existentes. Para essa alteração de fundo, tiveram as Comissões de Trabalhadores formadas um papel singular, não permitindo a utilização de critérios semelhantes para a respectiva nomeação, pugnando depois pela inserção dessas pessoas num trabalho colectivo e que ao seu nível se pretendia produtivo.

A realidade, por motivos complexos e muito ligados a erros cometidos, trouxe infelizmente novos conhecimentos e o que se verificou é que na maioria das situações criadas, o trabalho dessas novas pessoas não pôde ser positivo, tal como era absolutamente necessário, se queríamos que o nosso país se encaminhasse para um verdadeiro estado de justiça social.

De começo, a nomeação do gestor fazia-se normalmente já com o «credo na boca», portanto em momento extremamente difícil. Quer se tratasse de substituição quer de intervenção ao abrigo do Decreto-Lei 660/74, o que se verificava é que logo à partida a tarefa era espinhosa, mesmo para quem tivesse experiência da função. Mas a gravidade desenhava-se quando o gestor «lançado» para a empresa, cedo se apercebia que estava isolado dos responsáveis do Governo que o tinham nomeado, pois mesmo que tivessem boa vontade de o apoiar, a máquina estatal não funcionava e como tal, pouco tinham para lhe dar. Também acontecia, talvez quase sempre, que os governantes só tinham tempo para discutir política...

O gestor público também não demoraria muito tempo, a ficar isolado doutros sectores dentro da empresa (pelo menos em termos profissionais), pois pouco podia realizar dentro do seu campo específico e muitas vezes não podia contar com a colaboração dos quadros lá existentes — comprometidos quase sempre e com um jogo de forças que lhes foi sempre favorável — embora se deva dizer por justiça que muito pouco foi feito, até pelos partidos políticos, para apoiar e recuperar essas pessoas.

Pensa-se, que na maioria dos casos, pese a boa vontade e dedicação que se aceita terem existido, as pessoas optaram pela alienação completa dos verdadeiros problemas a que estavam ligados profissionalmente. Alguns, talvez não muito poucos, dedicaram-se a ser apenas políticos, dentro de uma óptica partidária, claro está. Outros ainda, estes de certeza os minoritários, procuraram denunciar toda a conjuntura onde se inseriam, lutando ou demitindo-se conforme era necessário.

Por parte da máquina governamental, e como já foi referido, o apoio foi e continua a ser quase inexistente. Sucessivos governos provisórios; predominância do vector político-partidário (desde a nomeação à acção desencadeada pelo sector nomeado); ausência de uma política económica definida, decorrendo dessa política os objectivos a atingir pelas empresas; incompetência dos escassos instrumentos técnico-humanos existentes em cada um dos ministérios; e ausência completa de novos organismos voltados para o sector económico com responsabilidades do Estado, explicam a totalidade do problema.

Como já se disse ao nível do Instituto de Participações do Estado (IPE) não se passou da intenção inicial e provavelmente do trabalho dedicado da Comissão Instaladora que elaborou os diversos projectos de legislação, incluindo o do estatuto do gestor público e que, segundo sabemos, também foi enviado ao Governo há mais de 6 meses!

Em termos de segurança social, entretanto como funcionaram os «representantes do Governo» nas empresas? (Na nossa interpretação teremos de dizer, pessoas lançadas às feras com irrecusável responsabilidade social).

Que garantias tiveram ou têm, os gestores públicos no tocante ao direito ao trabalho que qualquer cidadão de um país civilizado deve ter? Como poderão ter estado ou estar encorajados a realizar um trabalho que se tem de entender em termos de futuro se uma simples mudança de Governo, os faz cair? Se o ministro respectivo decidir embirrar com a cor dos seus sapatos, como poderão estar imunes às arbitrariedades que podem incluir a demissão? Poderá assim funcionar um gestor público que seja honesto e queira seguir um determinado caminho profissional de que o País está tão carecido?

Estas perguntas que aqui deixamos, devem ser respondidas, julgamos, pelos responsáveis deste País e também pelas pessoas que a este problema estiveram ou estão ligadas e para as quais ao formulá-las não nos assiste nenhuma dúvida na resposta, queremos sim denunciar mais uma vez o «grande escândalo» que o País deve conhecer de se querer reconstruir algo mais justo e mais digno e não se darem condições de exercício a um grupo de intérpretes que unanimemente se reconhece ser fundamental.

É tempo de estudar este problema ou, se está estudado, avançar com as soluções que podem não ser ainda as melhores: são é, com certeza, melhores que o «nada».

O gestor público só pode funcionar se alguém lhe encomendar qualquer coisa e se esse alguém controlar o seu trabalho. É preciso que seja definida uma política económica para sua empresa e que lhe sejam pedidos resultados positivos dentro dessa perspectiva. Por outro lado a sua acção deve ser acompanhada, através dos vários indicadores da actividade de uma empresa. Têm que lhe ser fornecidos elementos por ele julgados necessários ao bom desempenho da sua missão e se alguma coisa falhar tem de ser dar a rotura, não se podem perpetuar situações que trarão para o País custos cada vez mais elevados.

Por outro lado a nomeação por critérios políticos é absolutamente necessária, mas tem de ter em conta um mínimo de aptidões. «Nem oito nem oitenta», como se costuma dizer. Além de que é errado não se aproveitar a experiência de grande parte dos antigos gestores no sector privado, onde muitos deles funcionavam com critérios de eficiência adequados à conjuntura em que viviam. O País não pode dispensar todos os quadros nem tem um batalhão de gestores dentro de cada quadrante político para mudar quando muda o Governo. Há sim, é que formar muitos mais, pois as carências nesse domínio são enormes. Mas importa que se tenha consciência de que para isso se torna necessário dar condições de segurança e apoio mínimo que habilitem os mais válidos a optar por lugares de responsabilidade em período tão difícil como é qualquer período de transição para uma sociedade diferente.

Acresce ainda dizer que a gestão das empresas com capitais públicos não fica ainda resolvida com a nomeação de um gestor competente a quem é traçada uma política económica realista para a empresa. Há igualmente que pôr o dedo noutra ferida e dizer sem rodeios que o êxito final passa pela institucionalização da participação dos trabalhadores na vida das empresas. Sem ela não se deve ter ilusões que consigamos sair do impasse em que caímos. Em cada caso provavelmente haverá uma solução ideal e isso não se poderá prever exaustivamente por decreto, mas ter-se-à de aceitar uma política de abertura ao controlo operário e a outras formas de participação que permita em cada estatuto de empresa a solução mais correcta.

Assim, o gestor-trabalhador poderá inserir-se no grupo a que pertence e realizar o trabalho que lhe é próprio. Doutra forma bem se pode esperar o milagre, que ele não virá!

O nosso colaborador de assuntos económicos Henrique Manuel Pinto de Oliveira assina esta série de artigos simplesmente Henrique Oliveira.

D.C. ITALIANA DIVIDIDA

ROBERT SOLÉ

ROMA .. Após uma longa e confusa batalha que só terminaria a 24 de Março, Benigno Zaccagnini foi confirmado no Secretariado da Democracia-Cristã. Zaccagnini obteve 885 400 votos (51,6 por cento) contra 831 500 (48,4 por cento) do seu concorrente da direita, Arnaldo Forlani, ministro da Defesa. Pela primeira vez na história do partido governamental, é o conjunto do congresso — e não o Conselho Nacional — que ocupa este lugar-chave.

Com efeito, o chefe de Estado só tem um papel de representação e mediação, enquanto que os presidentes do Conselho se sucedem demasiadas vezes para que possam exercer uma acção determinante. Tudo depende pois do secretário da Democracia Cristã — isto cria pelo menos, verdade até agora. O partido da maioria relativa (35,3 por cento do corpo eleitoral) vê a sua hegemonia reduzir-se. De resto, é possível perguntar como é que Zaccagnini vai exercer a sua autoridade. Se é verdade, como o afirma o PC que não se governa a Itália só com 51 por cento dos votos, é certo que, para os dirigentes da democracia cristã se impõe um amplo consenso.

Mas após a ruptura ocorrida no seio do partido durante esse tumultoso congresso de Roma, o secretário só representa metade da DC.

Os amigos de Zaccagnini opuseram-se até ao fim a um voto do Congresso, apesar das aparentes vantagens dessa designação de tipo presidencial. Por fim, ao verificar o clima de extrema tensão que reinava na Assembleia, Zaccagnini preferiu concordar. O número obtido pelas seis correntes da democracia cristã foi confirmada pela votação. A maioria reagrupa agora os partidários de Aldo Moro, presidente do Conselho, Mariano Rumor, ministro dos Negócios Estrangeiros, Emilio Colombo, ministro de Tesouro, Carlo Donat— Cattin, ministro da Indústria, Giovanni Marcora, ministro da Agricultura, e Ciriaco de Mita, ministro do Comércio Externo. O outro

Continua na pág. 18

Nacional

Os meios do comunicação no Relatório Preliminar do 25 de Novembro

4. CONCLUSÕES FINAIS

Dada a diferenciação de actuações em relação à conjura entre os meios de Comunicação Falada e Audiovisual, por um lado, e Escrita, por outro, em que os primeiros actuaram antes e durante o 25NOV75 e os segundos apenas antes daquela data, as conclusões que a eles se referem são apresentadas separadamente.

a. MEIOS DE COMUNICAÇÃO FALADA E AUDIOVISUAL

(1). Sinopse dos acontecimentos mais importantes ocorridos em 25NOV75

EN	RCP	RTP
Influência da ideologia política nos procedimentos dos seus trabalhadores.	Influência da ideologia política nos procedimentos dos seus trabalhadores.	Influência da ideologia política nos procedimentos dos seus trabalhadores. Actividade exercida pelos elementos da célula do PCP.
Ocupação da Estação por tropas da PM e com interferência na informação e na programação.	Presença de militares do RTpt, sem interferência na informação e programação.	Ocupação da Estação por tropas da EPAM com interferência na informação e programação.
Confusão entre os trabalhadores por falta de informação sobre os acontecimentos, especialmente no ERSul. Perturbação nas forças ocupantes a partir da declaração do estado de emergência até ao aparecimento da auto-proclamada "Nova Direcção".	Agitação entre os trabalhadores após o conhecimento de ter sido decretado o estado de emergência, dada a não aceitação por grande maioria, da limitação aos noticiários, que o mesmo estado impunha.	Situação definida a todos os níveis por virtude da acção desenvolvida pelas forças ocupantes que, desde o princípio, tomam uma posição de ocupação e de intervenção directa.
Esforço dos trabalhadores ligados a ideologias semelhantes à dos conjurados para se manterem informados.	Resolução tomada na sequência da notícia da "retenção" do ex-Gen. O. S. Carvalho consistindo na apropriação da emissão em ligação com os acontecimentos em curso, tirando proveito dos postos de trabalho.	Aproveitamento da situação criada para apropriação total da emissão em favor dos conjurados, após o conhecimento da declaração do estado de emergência.
Aproveitamento da confusão indicada acima para, apropriação da emissão em ligação com os acontecimentos em curso, tirando proveito dos postos de trabalho.		
Colaboração activa por parte de alguns trabalhadores, sem o que não teria sido possível a emissão.	Colaboração activa por parte de alguns trabalhadores, sem o que não teria sido possível a emissão.	Colaboração activa por parte de alguns trabalhadores, sem o que não teria sido possível a emissão.
Na emissão do dia, destaque para: -Programa "Rádio Estudantil" (17/1800); -Referências ao comunicado dos paraquedistas e leitura de comunicados de organizações sindicais e partidos políticos (Noticiário das 2000); -"Ponto da situação" feito por um oficial do COPCON (Noticiário das 2000).	Na emissão do dia, destaque para: -Comunicado dos trabalhadores decidindo suspender os noticiários e leitura do Estatuto Editorial (Noticiário das 1800); -Intervenções noticiosas diversas focando: -intervenção dos Comandos no CDACI; -retenção do ex-General Otelo Saraiva de Carvalho em Belém; -Apelo de um trabalhador em nome do Sindicato da Construção Civil para a mobilização junto ao Sindicato; -Leitura de um comunicado da Inter-Comissões de Soldados e Marinheiros (todos entre as 1800 e o fecho da emissão).	Na emissão do dia, destaque para: -Slide do "Poder Popular" (às 1702); -Primeiro comunicado dos paraquedistas (às 1702); -Comunicado lido pelo Cap. Clemente apelando às massas populares (às 1809); -Leitura pelo Cap. Clemente de dois comunicados do Sindicato dos trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalo-Mecânica do Distrito de Lisboa, incitando à paralização do trabalho, à concentração nos quarteis e discordando da proclamação do estado de emergência (às 1931); -Telejornal (às 2048) com intervenção do Cap. Clemente, até à comutação para o Porto (às 2110).

(2). Da análise conjunta do quadro sinóptico acima apresentado e do já exposto do antecedente, ressaltam as seguintes conclusões:

(a). Desde antes de 25NOV75 verifica-se no interior de cada um dos meios em apreço uma tentativa progressiva e sistemática de domínio em ligação directa com a linha táctica PCP/FUR.

(b). Em 25NOV75 a actuação dos trabalhadores de cada um destes órgãos de Comunicação subordinou-se à sua ideologia política, aproveitando a situação interna que então se verificava e a influência dos respectivos postos de trabalho para uma apropriação das emissões em ligação com as acções dos conjurados, já em curso, ou mesmo, abertamente, em seu favor.

(c). A EN e a RTP foram militarmente ocupadas (PM e EPAM), em ambas se verificando a interferência dos elementos militares na informação e programação do dia. No RCP a presença de militares (RTpt) não interfere na programação, verificando-se não se ter tornado, aliás, necessária para a orientação impressa na informação e programação produzidas nesse dia.

(d). A informação e programação produzidas não teriam sido possíveis sem a colaboração activa de trabalhadores afectos à ideologia que presidiu à conjura, pois não poderiam ter sido obra, apenas, dos militares ocupantes ou, como no caso da EN, da acção desenvolvida pela auto-proclamada "Nova Direcção".

(e). A partir de cerca das 1800 de 25NOV75 e até ao corte de emissão ou transferência para os respectivos emissores no Porto, conforme os casos, toda a actuação destes meios está em perfeita "sintonia" e em ligação com a conjura, sendo de notar que em curto lapso de tempo (o que, praticamente, lhes confere um carácter de quase simultaneidade) são emitidos, pelo conjunto destes meios, comunicados, moções e/ou apelos das seguintes entidades:
- População da freguesia do Couço (apoiando a luta dos "camaradas fardados" contra os "contra-revolucionários que tentam travar o processo");
- Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa (paralização do trabalho, saída para a rua, concentração junto dos quarteis);
- DORL do PCP (exortando à concentração de militantes);
- Secretariado Provisório da Comissão de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (apelando para a combatividade e vigilância atenta da classe operária);
- Um trabalhador do Sindicato da Construção Civil, em nome do seu Sindicato (apelando para a mobilização, junto da Sede da respectiva organização, com viaturas de trabalho);
- Inter-Comissões de Soldados e Marinheiros (apelando também para a concentração junto dos quarteis);
- Paraquedistas conjurados;
- COPCON, através do "ponto da situação" feito por um oficial daquele Comando,

tudo antecedido pela emissão do programa "Rádio Estudantil" na EN.

(f). Torna-se impossível prever com um mínimo de segurança e realidade qual viria a ser o tipo de comportamento destes meios de Comunicação Social, caso as autoridades politico-militares se não tivessem decidido quer pelo fecho, quer pela comutação das respectivas emissões dado o teor das programações apresentadas, uma vez que tinham sido já desrespeitadas as limitações impostas à informação pela instauração do estado de emergência.

b. MEIOS DE COMUNICAÇÃO ESCRITA

Tendo em conta as análises anteriormente referidas e no que respeita a três dos jornais nelas focados, pode concluir-se o seguinte:

(1). "O SÉCULO", o "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" e o "DIÁRIO DE LISBOA" conduziram uma manipulação da informação que, continuada e progressivamente, levou à saturação do público leitor;

(2). Os mesmos jornais, em conjunto, conduziram em simultaneidade ataques sistemáticos de intensidade crescente ao VI GP, contribuindo, assim para a criação de um clima de instabilidade precursor duma insurreição;

(3). Assim, as edições destes mesmos jornais publicadas em 25NOV75 constituem parte integrante das acções desenvolvidas até então, retirando-lhes totalmente o carácter de não comprometimento que lhes fora atribuído, quando analisadas isoladamente;

(4). O comportamento destes órgãos só foi possível porque existia entre eles e as forças políticas que provocaram os acontecimentos um esforço simultâneo e complementar orientado para um objectivo comum: a preparação de um clima propício à insurreição.

c. Finalmente, tendo em conta o já claramente demonstrado pelo "Relatório Preliminar" de 12JAN76 no que respeita a actuações ao nível militar em 25NOV75, tendo em conta, também, o exposto e as conclusões alcançadas no presente Relatório quanto aos Meios de Comunicação Social falados, televisivo e escritos, antes e durante aquela mesma data (simultaneidade e concordância de acções e comportamentos), tudo é unânime em mostrar o comprometimento destes com a linha táctica PCP/FUR.

Geral

Canadá: "não' aos retornados

A crise económica que assola o Canadá, assim como a grande maioria dos países capitalistas com quem partidos portugueses vêm intensificando contactos, impedem aquela nação americana de receber «retornados» das ex-colónias portuguesas que não encontram colocação em Portugal.

Parecem assim baldar-se os esforços feitos por alguns partidos que ultimamente contactaram o Canadá, não apenas com vista à resolução do problema dos «retornados», como também em busca de apoio económico. Da mesma maneira, acentua-se que, para a grande maioria dos «retornados», o futuro continua a apontar para um regresso a Angola e a Moçambique, que só pode ser obtido pela via traçada através das últimas iniciativas portuguesas em Luanda e Maputo.

Segundo a «Associated Press», citada pela ANOP, o ministro canadiano da Imigração, Robert Andras, teria cortado ontem as últimas esperanças que ainda existiam ao declarar, no Parlamento, em Otava, que o seu país «não pode conceder estatuto especial de refugiados a pessoas provenientes de Angola e Moçambique».

O P.C.P. E OS RETORNADOS

O P.C.P. «envidará todos os esforços na ajuda a todos os que queiram regressar a Angola e Moçambique», afirma a Organização dos Retornados do Partido Comunista Português num comunicado difundido ontem.

Aquela organização dispõe já de um gabinete especial a funcionar no Centro de Trabalho de Santos (Largo de Santos) onde «com a solidariedade activa dos trabalhadores em Portugal, apoiará todos aqueles que se dirijam, não com atitudes de revolta, mas de forma construtiva».

O comunicado da O.R. do P.C.P. afirma ainda: «Os partidos da direita reaccionária P.P.D., C.D.S., P.P.M. e P.D.C. e os grupelhos seus satélites M.R.P.P., P.C. de P.(m-l) e A.O.C. têm razão em estar preocupados quanto a possíveis resultados da próxima campanha eleitoral» pois «o aumento do custo de vida, a libertação dos elementos da P.I.D.E./D.G.S., a política de hostilidade para com o M.P.L.A., o tardio reconhecimento da República Popular de Angola, o estímulo por aqueles partidos a actividades conspiratórias contra os governos de Angola e de Moçambique, os boatos alarmistas, e o boicote às reivindicações, cada vez consciencializam mais os retornados dos perigos da manipulação e das consequências e prejuizos que adviriam se esses partidos obtivessem a maioria nas eleições para a Assembleia da República».

Brasil à conquista do mercado angolano

O Brasil intensifica contactos com as ex-colónias portuguesas.

Enquanto uma delegação económica, a nivel governamental, da Guiné-Bissau, visita actualmente aquele país latino-americano, uma delegação brasileira, integrando elementos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de bancos particulares prepara-se para iniciar, em Angola, contactos com as autoridades do MPLA com vistas à compra de café e de petróleo angolanos.

Aproveitando-se do vazio criado pelo bloqueamento das relações de Portugal com Angola após a independência, as autoridades de Brasil empenham-se em preencher o lugar, até há pouco ocupado pelo nosso país, propondo transacções comerciais em condições vantajosas.

Enquanto navios da Marinha Mercante portuguesa se encontram paralisados pela suspensão dos antigos fretes com as ex-colónias, a Marinha Mercante brasileira, com o apoio da agência da Lloyd naquele país, e aproveitando-se do apoio de empresários portugueses ligados ao antigo regime, lança uma ofensiva comercial rumo a Luanda e a Bissau. Aliás, a questão dos fretes marítimos deverá ser um dos pontos discutido em Luanda pela missão comercial brasileira que hoje seguiu para aquela cidade e que integra elementos do departamento de promoção comercial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Banco do Departamento do Comércio Externo e do Lloyd brasileiro.

Espera-se que o Brasil compre a Angola entre 500 a 800 mil sacos de 60 quilos de café robusta e inicie a importação de petróleo, negociando ainda, através da Interbrás, a possibilidade de obter concessões para prospecção e exploração de petróleo no Norte e Centro de Angola.

Trabalhadores e seareiros resolvem falso problema

Trabalhadores agrícolas e seareiros, em diálogo aberto, resolveram o problema que a direita pretendia provocar em Coruche. Foi assim despoletado um conflito que rebentaria inevitavelmente se as partes interessadas não tivessem chegado a acordo, através de negociação.

Numa reunião realizada ontem na Casa do Povo do Couço com a presença de todas as comissões de trabalhadores das herdades colectivas do concelho de Coruche, de dois técnicos do CRRA, de um elemento do Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém e de três representantes do grupo de seareiros do Couço, foram analisadas as situações das 85 famílias que se inscreveram como seareiros de campanha no CRRA de Coruche. Após uma profunda discussão decidiu-se que um total de 19 famílias seriam distribuídas pelas unidades colectivas de produção (Casas Novas, Engal, Pavões e Pinheiro do Divor), abrangendo uma área total de 65,5 hectares.

Os seareiros do Couço, que em princípio pediam 150 hectares, desceram, primeiro para 100, depois para 30 e finalmente acabaram por ficar com 12 hectares. A terra cedida em Casas Novas (38,5 hectares) foi dividida por João Galvão Campos (5 hectares), J. Martins e mais 3 seareiros (20), Custódio Jusiano, (5), Jacinto José (5) e Fernando Eliodoro Ramos (3,5 hectares).

Em Pinheiro do Divor ficou Manuel Henriques Azevedo com 5 hectares. Em Pavões, 5 hectares para José Joaquim Filipe e mais 5 para Francisco Neves. No Engal foi distribuída uma parcela de 12 hectares por Pedro de Oliveira Carvalho, Manuel Custódio Lourenço, Alfredo Teles Garcia, Januário Casa Branca, António Casa Branca, José dos Santos Custódio, António Custódio e José Luís Sardeira.

Os participantes da reunião, na qual estava também o eng.º Leiria Pinto, responsável pelo CRRA de Coruche, deliberaram que os seareiros iniciariam os trabalhos agrícolas na segunda-feira para dar tempo às comissões de trabalhadores para informarem os operários agrícolas das unidades colectivas das resoluções tomadas. Por outro ado, foi acordado que não seriam entregues mais terras aos seareiros nas herdades colectivas integradas no concelho de Coruche, durante a campanha do presente ano.

Ficou, portanto, arrumado o problema de 19 famílias. As restantes, num total de 76, irão para as terras nacionalizadas onde se encontram ainda os agrários.

Morreu aos 120 anos

A mulher mais idosa do Nordeste morreu aos 120 anos. Ao longo de quatro gerações, foi matriarca de uma família com cento e doze membros.

A centenária, sr.ª D. Maria Paula Moreira, era de Mogadouro. Nos seus últimos dias, manteve viva a imagem de lucidez e simpatia que os seus conterrâneos sempre lhe conheceram.

Governo de Dili diz que Portugal "já perdeu Timor"

JACARTA, 3 (R) — Portugal deixou de controlar a sua colónia de Timor porque o povo do território dirige agora os seus próprios assuntos, de acordo com o Governo Provisório pró-indonésio de Timor Oriental.

A agência noticiosa indonésia Antara citava ontem o Governo como tendo dito: «O Governo português deixou de ter o direito de falar em nome da sua antiga colónia e todas as actividades que envolvam o futuro do povo de Timor Oriental estão agora nas suas próprias mãos».

«Não havia qualquer outra alternativa para Timor Oriental senão integrar-se na Indonésia», teria afirmado o Governo, segundo a agência.

Lisboa emitiu um comunicado no fim-de-semana passado dizendo que ainda considerava Timor Oriental como sua colónia e condenava a Indonésia por manter ali tropas.

O Governo Provisório, apoiado por tropas indonésias, afirma controlar todo o território e tem convidado Jacarta a declarar aquele como parte da Indonésia.

Contudo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, disse que a Indonésia deseja um referendo em Timor Oriental, sob a fiscalização das Nações Unidas, para decidir o futuro do território.

Cursos de oficiais e sargentos milicianos

Todos os recrutas que aguardam incorporação no corrente ano e possuidores de habilitações literárias para os cursos de oficiais e sargentos milicianos, que desejem frequentar os respectivos cursos com início em 30 de Agosto de 76, deverão oferecer-se nos distritos de recrutamento e mobilização a que pertencem até ao dia 3 de Maio do corrente ano.

Esclarece-se que aqueles que, por qualquer motivo, ainda não comprovaram as habilitações literárias declaradas no acto da inspecção deverão, no acto do oferecimento, proceder à sua comprovação nos respectivos distritos de recrutamento e mobilização.

De acordo com as normas recentemente estabelecidas, o preenchimento das necessidades para os respectivos cursos far-se-á pelo recurso, em primeiro lugar aos militares que, prontos a incorporar se ofereçam para o cumprimento do serviço militar e em segundo lugar, por sorteio entre os militares aguardando incorporação.

Excetuam-se do presente convite os recrutas habilitados com os cursos completos de Medicina, Medicina Veterinária, Farmácia, Direito, Engenharia Mecânica, Engenharia Electrotécnica, Engenharia Civil, Germânicas, Românicas, Educação Física, Arquitectura, Filosofia, e psicologia, os quais, pelas suas habilitações serão destinados aos cursos especiais de oficiais milicianos.

Salgado Zenha no Luxemburgo

O ministro das Finanças, dr. Salgado Zenha, parte na terça-feira para o Luxemburgo, onde vai assinar o acordo referente aos dois primeiros contratos para a ajuda excepcional de urgência, acordada pela CEE a Portugal.

Salgado Zenha, que deverá encontrar-se com o primeiro-ministro luxemburguês, chefia uma missão integrada pela prof. Magalhães Colaço, drs. João Salgueiro e Machado Oliveira, do Banco de Fomento, e eng.º Ivo Gonçalves, da CPE.

Entre os contratos que fazem parte do acordo com a CEE contam-se os que dizem respeito aos projectos CPE e Banco de Fomento, contemplando-se, no primeiro, a Central Eléctrica de Setúbal e, no segundo, as pequenas e médias empresas de turismo através de um empréstimo global.

Governador Azeredo não deu pela partida de Mário Soares

FUNCHAL, 3 — Já o secretário-geral do Partido Socialista, dr. Mário Soares, regressara a Lisboa, e ainda o governador da Madeira, brigadeiro Carlos Azeredo, procurava encontrá-lo.

O facto, insólito, vem demonstrar que o dirigente do PS se obrigou a sair do Funchal sob o maior sigilo, como de resto noticiámos na nossa edição de ontem.

Com efeito, fonte segura afirma-nos que o brigadeiro Azeredo se deslocou por volta das 10 horas de ontem ao aeroporto de Santa Catarina, e ali perguntou: «O dr. Mário Soares já chegou?». Disseram-lhe que sim, e que já tinha partido. No avião das 7 e 15...

VITALIDADE • VITALIDADE

COM GINSENG O ROMANTISMO RENASCE

GINSENG DE CORÉE é o suplemento alimentar que lhe restituirá as forças e energias perdidas.
É o único que se apresenta em pó e estado puro.

REPRESENTANTE EXCLUSIVO:

NATIRIS — CENTRO DIETÉTICO

Rua Aquiles Monteverde, 28-1.º — Telefs. 46493 - 560495 — LISBOA

NO PORTO, À VENDA:

MINIMERCADO DE ALIMENTAÇÃO RACIONAL
Rua de Santa Catarina, 274 T

ENERGÉTICO • PODEROSO RECONSTITUINTE

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34-1.º Lisboa - 1
Telefones: 77 02 74 - 76 32 76 - 77 00 66

COMUNICADO

Para que não fiquem dúvidas aos sócios deste Sindicato, esclarece-se:

Que durante as conversações havidas no Ministério dos Transportes, Palácio de S. Bento e Presidência da República, nunca a Direcção deste Sindicato se vinculou ao que quer que fosse apresentado por estes organismos oficiais no que se refere ao problema alvarás para Táxis e letra A para retornados.

Apercebemo-nos desde o início que o problema levantados à volta deste assunto era grave, e não era unicamente um conflito de trabalho, mas sim fundamentalmente um problema político provocado por forças da direita que nada mais visam que criar um clima de instabilidade, vindo depois a responsabilizar os trabalhadores por qualquer acto de maior gravidade que daí pudesse advir.

Comprometeu-se sim, a Direcção a expor o problema e as propostas apresentadas pelas entidades Governamentais, aos trabalhadores, em Assembleias a realizar para o efeito a fim de que estes se pudessem pronunciar.

Aconteceu, porém, que a pressa que o Governo teve em aprovar mais um Decreto nas costas dos trabalhadores, e o SENSACIONALISMO DESINFORMATIVO E TENDENCIOSO, que a grande maioria da Imprensa e outros órgãos de informação social deram a este caso, contribuindo assim para agravar uma situação, pela qual nem a Direcção do Sindicato nem os Trabalhadores se podem considerar responsáveis.

Portanto, e conforme largamente o tem demonstrado, sempre esta Direcção defendeu, e defenderá, a vontade e os verdadeiros interesses dos trabalhadores.

UNIDOS !
ORGANIZADOS !
VIGILANTES !
VENCEREMOS !

Lisboa, 2 de Abril de 1976.

A DIRECÇÃO
Rogério Torres

IMPORTANTE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL DA REGIÃO DE LISBOA

ADMITE:

CHEFE DE SERVIÇO DE GESTÃO DE STOCKS

EXIGE-SE:

— Curso de nível superior

PREFERE-SE:

— Economista
— Experiência em Gestão de Stocks

OFERECEMOS:

— Boa remuneração, a combinar
— Regalias sociais diversas extensivas a todo o pessoal.

Enviar «Curriculum» detalhado com todos os elementos considerados de interesse a este jornal ao N.º 1634.

Sociedade «ESTORIL»

LINHA DE CASCAIS

AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 5, 6, 7, 8 e 9, no troço C. Quebrada-Caxias, a circulação de comboios, das 9 h 45 ás 12 e das 14 h 45 às 16 horas, far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

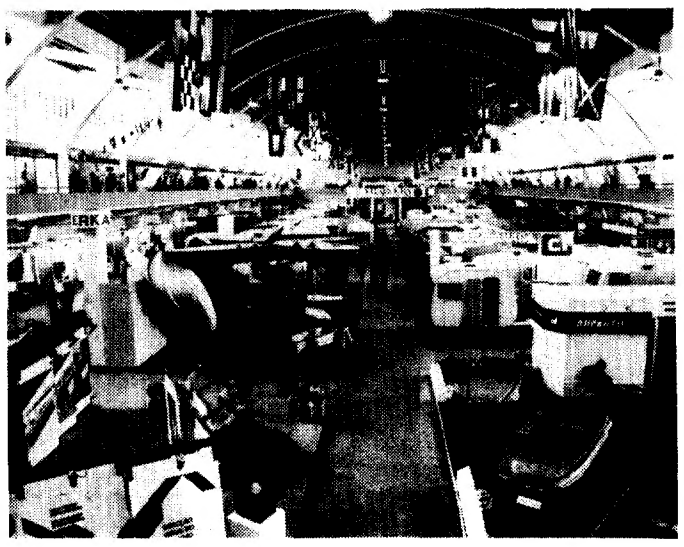
Nacional

Nauticampo abriu sob o signo da juventude

Os trabalhadores da Feira Internacional de Lisboa, há um ano em autogestão, organizaram a décima edição do salão Nauticampo, ontem inaugurado nas instalações da FIL. Na inauguração estiveram presentes o governador civil de Lisboa, o coronel Severo, em representação do comando-geral da GNR e representantes dos secretários de Estado do Turismo e da Juventude e Desportos.

No certame estão representados 144 expositores, sendo 102 estrangeiros, pertencentes aos seguintes países: República Federal Alemã, Áustria, Brasil, Canadá, Checoslováquia, Dinamarca, EUA, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Itália, Japão, Jugoslávia, Grã-Bretanha, Noruega, Suécia, Suíça e União Soviética. O material exposto divide-se pelos sectores de campismo, caravanismo e desportos náuticos.

Para a realização da «Nauticampo-76», patente ao público até ao próximo dia 11, das 16 às 23 horas, nos dias úteis, e das 15 às 23 horas, aos sábados e domingos, contribuiram vários organismos oficiais e diversas organizações, nomeadamente, a Direcção-Geral do Turismo e Centro Nacional de Formação Turística e Hoteleira; a Direcção-Geral dos Desportos, que promove nas instalações da FIL, durante a exposição da Nauticampo-76, um amplo programa para jovens, que inclui demonstrações, colóquios, convívios projecções e torneios integrados no Juvendo/76 e o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, que entre outras iniciativas organizará demonstrações ilustradas com projecções de aeromodelismo e carros teleguiados, divulgará o teatro de fantoches e cinema de animação, promovendo ainda, com a DGD, uma grande simultânea de xadrez para jovens.



Um flagrante da Nauticampo-76, ontem inaugurada

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

ABRANGENDO O DISTRTO DE AVEIRO

COMUNICADO

CONFLITOS? MAIS UM A JUNTAR À DESESTABILIZAÇÃO SOCIAL, ENCETADA PELO PATRONATO REACCIONÁRIO EM PREPOTÊNCIA ÀS JUSTAS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES

Desestabilização Social, é o prato do dia, posto em prática pelas forças que neste País não estão interessadas nem na via socialista nem no Socialismo que muitos apregoam mas não pretendem; dizem-se SOCIALISTAS e até se apresentam como tal.

Desestabilização Social é o que todos os trabalhadores têm em mente: aquilo que os patrões, o capital, a burguesia e a reacção pretendem impor sem olharem a (meios) mas sim a situações que no momento actual lhes são favoráveis, situação essa de tal natureza, que as autoridades deste País deviam pôr cobro, travando assim um avanço generalizado da Direita reaccionária, mostrando assim ao mesmo tempo as mesmas autoridades que estão com os trabalhadores explorados deste País.

O não cumprimento do C. C. T., é a justa luta das trabalhadoras das «MALHAS MARAJÁ», que em 19/12/75, muito humanamente e acreditando na demagogia patronal, facilitaram que o Patrão Amadeu, pagasse o 13.º mês em duas prestações especificadas tal como em acta elaborada e assinada pela entidade patronal; nas seguintes condições e teor:

«Comprometo-me ao pagamento de 60 % do 13.º mês, em 19/12/75, ficando os restantes 40 % a liquidar no mês de Março de 1976, assim como o acerto dos retroactivos das diferencas salariais».

Perante o documento assim assinado a Comissão Sindical, pressionada pelas trabalhadoras e antes que o mês de Março terminasse em claro no respeitante ao estabelecido e assinado, fizeram recordar à entidade patronal que o mês de Março estava nos últimos dias sem que a Administração se prenunciasse nas suas obrigações.

Perante esta situação a resposta do Patrão Amadeu foi peremptória e prepotencial, dizendo às trabalhadoras que não pagava, insultando-as na presença de Dirigentes Sindicais, que de imediato reprovaram tal actuação.

Porém, tentou-se por todos os meios e bom senso chegar a uma plataforma de acordo satisfatório, sendo apresentadas propostas correctas à entidade patronal, mas esta está na sua firme disposição, mais não fez que muito cobardemente se pôr em fuga, fugindo a todos os diálogos possíveis, chegando-se ao cúmulo do filho do patrão Amadeu, Antoninho, também cobardemente tentar agredir uma trabalhadora em estado de gravidez avançada.

Mas os prazeres do patrão Amadeu não ficaram por aqui, já em casa chamou a G. N. R. local, que imediatamente se apresentou, sendo objectivo do patrão, com a presença da autoridade, pressionar as trabalhadoras a abandonarem os locais de trabalho. Porém a G. N. R. teve uma actuação correcta não metendo argoladas repressivas e de confrontos entre trabalhadoras e autoridades que era o que o patronato pretendia, acabando a mesma autoridade por abandonar as instalações fabris, convencidas que foram chamadas a engano, pois que nada de anormal se passava a não ser um conflito de trabalho e que o mesmo lhes não dizia respeito, não sendo tal problema da competência específica da G. N. R.

Em conformidade da situação criada pela entidade patronal, as trabalhadoras das «ALHAS MARAJÁ» apoiadas pelo Sindicato representativo, afirmam-se na disposição de continuarem a sua luta, não abdicando do contrato assinado pelo patrão Amadeu, e responsabilizam este pelas consequências que venham a surgir.

Pela Direcção
Octacílio Martins de Lima

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

Abrangendo o distrito de Aveiro

Avenida da Boavista, 583, Porto

3.º COMUNICADO

TERMINOU O LITÍGIO DE TRABALHO NAS MALHAS MARAJÁ

Graças à unidade e decisão firme das trabalhadoras das Malhas Marajá, teve fim vitorioso a justa luta pelo cumprimento do C. C. T.

Ao fim de várias horas de diálogo o patrão Amadeu, concordou e assinou em acta a entrega às trabalhadoras daquilo que não lhe pertence, que é 40 % do resto do 13.º mês, assim como as diferenças salariais que o patrão Amadeu, tem retido como fonte de rendimento ao juro.

Depois do acordo entre as partes, comprometeu-se a entidade patronal a liquidar até ao dia 30 do corrente mês, a totalidade do acima referido, assim como todo o tempo de paralisação, a liquidar também na próxima sexta-feira, dia 2 do corrente.

As trabalhadoras das Malhas Marajá, muito cautelosamente e dirigidas pela sua briosa delegada Sindical, souberam com determinação impor-se às brutalidades mais repugnantes de um patrão habilmente comandado pelo patrão do Grémio dos Patrões que nem merece desenterrar para não ressuscitar.

Terminado o litígio cabe agora às trabalhadoras das Malhas Marajá redobrar esforços no sentido de neutralizarem toda e qualquer pressão traiçoeira que venha a verificar-se, pois que o inimigo camuflado de Democrata e Humanistíco, não desistirá de tentar o contra-ataque pelos flancos mais afectos ao ao Anti-Camarada Patrão Amadeu.

CAMARADAS
A Luta Continua Agora em Permanente Vigilância!
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

PELA DIRECÇÃO
Octacílio Martins Lima

BOITE «A PEGA»

ESTRADA NACIONAL 10
ST.ª IRIA DA AZOIA

HOJE DIA 3

— ESTREIA SENSACIONAL —

DO
AGRUPAMENTO MUSICAL
DE

CARLOS ALBERTO + 5

com CARLOS ALBERTO, Órgão — PIERRE, Baixo — DIAS, Trompete — MATOS, Saxo, CARLOS, Bateria, e a voz maravilhosa de

SHONNY PARGA

Nacional

Promulgada a nova Constituição portuguesa

«As Forças Armadas, vinculadas como já estão por outras normas constitucionais, agirão com escrupuloso respeito pela Constituição acatando as decisões dos orgãos do Poder, que nos seus termos, forem legítimamente investidos e serão o garante último da sua defesa», sublinhou o Presidente Costa Gomes na sua importante intervenção a assinalar o momento histórico da promulgação da nova Lei Fundamental da República Portuguesa.

Costa Gomes sublinharia também, ser a nova Constituição um «marco fundamental da História iniciada em 25 de Abril de 1974» e que nos encontramos no «momento decisivo de uma nova fase da caminhada em direcção à democracia e ao socialismo».

Altos comandos das Forças Armadas e membros do Governo sentaram-se frente à mesa durante a histórica sessão de ontem à noite.

COSTA GOMES

"Momento decisivo em direcção à democracia e ao socialismo"

Eis o texto do discurso do Presidente da República:

«Com a aprovação do texto final da Constituição Política, esta Assembleia encerrou os seus trabalhos e, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 3/74, de 14 de Maio, dissolver-se-á automaticamente.

Não posso, porém, deixar passar esta ocasião, que considero marco fundamental da história iniciada em 25 de Abril de 1974, sem que, em breves palavras, vos transmita aquilo que julgo ser o sentimento geral da Nação.

Foi esta a primeira vez que, mesmo considerando a efémera e generosa Constituição Republicana de 1911, o Povo Português teve o direito e a possibilidade de, realmente, através dos seus legítimos representantes, participar na elaboração da lei fundamental do Estado.

Todos sabemos que, até 25 de Abril de 1974, os textos constitucionais que nos regeram procuraram antes de mais, dar cobertura jurídica a interesses ou ideários que estavam longe de coincidir com a realidade político-social.

Contudo, só poderá haver uma Constituição autêntica quando, pela voz do povo, em liberdade, se definam os valores e princípios fundamentais que hão-de dominar a organização do Estado e a repartição dos seus poderes, com vista à correcta prossecução dos seus fins legítimos.

Será errado, se não mesmo perigoso, conceber-se uma Constituição que, em obediência, seja a princípios caducos, seja a sistemas importados de outros quadrantes, se imponha ao povo, como se este fosse uma massa docilmente manipulável.

O povo, como comunidade política, é uma realidade consciente e dinâmica.

Uma Constituição tem, pois, de ser muito mais do que aquilo a que já se chamou uma simples folha de papel destinada a egitimar o sistema de forças em que se exprime.

Tem de ser uma Constituição viva, tão viva como o povo que se destina a servir, cujos valores culturais e materiais, superando mesmo arranjos políticos de momento e outros factores conjunturais, tracem no mapa político o rumo certo e real da comunidade.

Mas esta tarefa correrá o risco de não ser válida, de não passar da teoria ou de uma experiência política despida de autenticidade, se não for essa mesma comunidade, em liberdade, com fé e respeito mútuo, a levá-la a cabo.

Vem dos primórdios do direito constitucional a proclamação de que o «poder constituinte» pertence ao povo e só a este.

No entanto, ainda não há muito tempo praticava-se entre nós a regra inversa.

Durante longos anos, desde 11 de Abril de 1933, vigorou em Portugal uma lei constitucional que, por maior que tivesse sido a sua perfeição técnica, mais não foi do que cobertura jurídica a uma doutrina política estranha às nossas gentes, ao seu sentir e aos seus anseios.

Essa lei, de índole essencialmente pragmática, traçada em obediência ao figurino político que então servia de modelo na Europa Central, nunca chegou a ser uma Constituição real, autêntica e viva.

Mas já o mesmo não se poderá dizer da que esta Assembleia acabou de redigir.

Porque vós fostes os autênticos representantes do povo, desse povo que vos elegeu há um ano e que vos conferiu o mandato. de construir a lei fundamental que o havia de reger.

E o vosso mérito, senhores deputados, será tanto maior quanto é certo que o clima de instabilidade política que dominou a vida nacional durante o ano que passou não foi o mais conforme à serenidade e à reflexão que um trabalho deste género exigia.

A história reconhecerá e louvará a vossa dedicação.

A realização deste acto, por si só, condenou já todos os que, prosseguindo insondáveis desígnios, dificultaram a actividade desta Assembleia e contestaram a sua representatividade, chegando mesmo a negar a sua própria necessidade.

Poderá haver quem, pessoalmente, não concorde com um ou outro ponto acolhido na Constituição.

Mas, no seu todo, ela tem de se considerar uma obra muito válida e actual, podendo mesmo apontar-se como, politicamente, adiantada a outros textos congéneres.

Nela se consignam, como objectivos fundamentais do Estado, a promoção da independência nacional, em termos tanto políticos, como económicos, sociais e culturais; a democratização da vida pública, garantindo-se o respeito e a defesa intransigente da democracia e da liberdade; e ainda a adequação da riqueza ao seu fim social, criando-se as condições que permitam promover o bem-estar e melhorar a qualidade de vida do nosso povo.

Aos olhos dos Portugueses e do Mundo, surge como um texto que, apontando finalidades eminentemente progressistas, reconhece a realidade resultante das grandes mudanças operadas na vida nacional, reflecte os anseios de futuro melhor que em nós existe e reconhece o direito de homens expressarem livremente, a sua vontade e as suas razões.

Definindo ainda que, nas relações internacionais, Portugal respeitará o direito dos povos à autodeterminação e independência, a Constituição consagra o objectivo «descolonização» inerente à Revolução de Abril.

... Objectivo que, aliás, foi alcançado em circunstâncias particularmente difíceis, num ambiente de permanente instabilidade interna e de influências externas, limitador da nossa liberdade de acção.

A Constituição Política que temos perante nós, será a lei fundamental do Povo Português pela qual teremos de pautar a nossa conduta.

Respeitá-la, observando as regras da democracia, em toda a sua autenticidade e pureza, deve ser honroso acto voluntário de todos os Portugueses e dever indeclinável dos responsáveis pela vida nacional, designadamente os partidos políticos.

As Forças Armadas, por seu turno, vinculadas como já estão por outras normas constitucionais, nomeadamente a Lei n.º 17/75, de 26 de Dezembro, agirão com escrupuloso respeito pela Constituição, acatando as decisões dos órgãos do Poder que nos seus termos, forem legitimamente investidos e serão o garante último da sua defesa.

Integrando, ainda, nos órgãos de soberania, o Conselho da Revolução, a Constituição Política empenhou decisivamente as Forças Armadas e comprometeu inteiramente todos os militares na defesa intransigente da democracia.

Eis-nos, pois, no momento decisivo de uma nova fase da caminhada em direcção à democracia e ao socialismo, na qual a Constituição que tenho a honra de promulgar é instrumento básico para a construção, em liberdade e em paz, da sociedade que ambicionamos para todos nós, em Portugal».

C.D.S. contra a Constituição

. A sessão da tarde, marcada pelas intervenções dos representantes dos partidos e pela votação do texto final, teve a assinalá-la dois factos marcantes. Primeiro a profunda emoção vivida no momento da aprovação da nova Lei Fundamental, com prolongados aplausos dos deputados, que cantaram, comovidos, o hino nacional.

Depois a posição do C. D. S., cujos deputados no momento da votação manifestaram a sua oposição ao texto aprovado. Freitas do Amral diria entretanto, mais tarde, que o seu partido não era de direita, que estava no centro.

P. S.: «A CAMINHO DO SOCIALISMO...»

As declarações de representantes dos partidos encerram a sessão da tarde.

Mário Soares, em nome do P. S., saudou em primeiro lugar Henrique de Barros, como presidente da Assembleia, e os militares que derrubaram o fascismo. Salientou depois o facto de a Constituição defender direitos essenciais dos trabalhadores e definir uma «democracia avançada a caminho do socialismo, que foi, é necessário recordá-lo, a grande opção do Povo Português em 25 de Abril de 1974».

O dirigente do P. S. referiu ainda as transformações profundas que a sociedade portuguesa tem vivido desde o 25 de Abril, incluindo a descolonização, afirmou que o seu partido considera as nacionalizações irreversíveis e sublinhou ser a Reforma Agrária «um princípio justo, um princípio que dignifica Portugal e os trabalhadores portugueses».

P.P.D.: «UM PRIMEIRO MARCO»

Ferreira Júnior (P. P. D.) afirmou, nomeadamente, que a «Constituição surge numas circunstâncias ainda particularmente difíceis resultado das distroções e posições anarquizantes de que foi vítima a evolução revolucionápria, que teve a sua motivação forte e fecunda no Programa do Movimento das Forças Armadas».

Finalmente, e depois de considerar «degrada» a economia e «intranquila» a situação político-social, e manifestou a «profissão de fé» do seu partido «na construção em Portugal de uma democracia política, económica, social e cultural cuja institucionalização teve nesta elaboração da Constituição um primeiro marco essencial».

P.C.P.: «CONQUISTAS IRREVERSÍVEIS»

Octávio Pato (P. C. P.) salientou o facto da nova Lei Fundamental ser resultado «da luta dos trabalhadores e da acção das massas populares e da aliança Povo-M. F. A.», e saudou os capitães e oficiais do 25 de Abril que «contribuíram decisivamente para o restabelecimento das liberdades democráticas, e criação deuma Constituição que ressalva a independência e unidade nacionais, que põe fim ao colonialismo, que consagra os direitos fundamentais dos trabalhadores (direito ao trabalho, liberdade sindical, direito à greve), que estabelece «como conquistas irreversíveis dasclasses trabalhadoras» as nacionalizaçpes, que consagra a Reforma Agrária, assim como o controlo ope-

Continua na pág. 8

COMISSIONISTA
PRECISA-SE
Para Lisboa e Sul do País c/ carro próprio
Material de queima de propano e agro-pecuária
MAFIL — Rua Pinto Bessa, 290 — PORTO

quarteto
EM EXIBIÇÃO
às 14.45, 17, 19 e 21.30 horas
2.ª F. e 4.ª F. sessão extraordinária às 23 horas

Nacional

HENRIQUE DE BARROS

"Cumprimos a missão"

Transcrevemos seguidamente as palavras do presidente da Assembleia Constituinte, prof. Henrique de Barros:

«Senhor Presidente da República

«Senhor Primeiro-Ministro.

«Senhores conselheiros da Revolução.

«Ilustres convidados.

«Prezados colegas deputados de todos os partidos:

Em nome da Assembleia Constituinte, e em meu nome próprio, quero começar por agradecer a honrosa presença de Vossas Excelências, Senhor Presidente da República e demais autoridades oficiais, nesta casa que hoje ainda é a nossa casa, a casa dos constituintes, e em breve será a sede do Poder Legislativo da República Portuguesa.

«Permita-me Vossa Excelência, Senhor Presidente, que, neste momento solene, reitere, sem lhes retirar uma vírgula, as palavras com que me referi, a 2 de Junho de 1975, à vossa figura ilustre de patriota e de militar.

«Assim como, naquele dia, que tão longínquo já nos parece, afirmei nunca ter sentido dúvidas de que as eleições de 1975 se realizariam, para tal me bastando a garantia sempre dada por Vossa Excelência e os seus camaradas do MFA, assim também direi agora, que, mau-grado todas as vicissitudes que atravessámos, algumas bem penosas, a presença do general Costa Gomes na magistratura suprema e à testa de um Conselho da Revolução que soube manter-se fiel ao ideal democrático, significou constantemente, para mim, a convicção de que não seríamos abusivamente impedidos de levar ao fim o nosso trabalho.

«Senhor Presidente.

«Senhores deputados.

«Terminámos a nossa tarefa. Cumprimos a missão que o Povo português nos quis confiar, através de eleições que foram amplamente participadas, claramente livres, inegavelmente genuínas.

«Haverá porventura quem pergunte se o fizemos sem dificuldades, sem problemas, sem hesitações, sem incómodos e até angústia, linearmente, exemplarmente?

. «Perguntas a que, como nós deputados bem sabemos, melhor até que ninguém, só se poderá honestamente responder pela negativa mais formal, já que as dificuldades nunca escassearam, os problemas surgiram de todos os lados (esperados uns, outros inesperados), as hesitações foram numerosas, os incómodos quotidianos, a angústia frequente, no caminho percorrido muitos foram os trechos sinuosos, os exemplos que demos nem sempre teriam sido os mais edificantes.

«Se, porém, como é nosso direito, nos quisermos lembrar dos vaticínios (que de toda a parte apareciam) de que a Assembleia Constituinte não chegaria ao seu termo natural, que se desagregaria prematuramente, que seria dissolvida pela força, que agonizava, que era já um corpo moribundo ..., se nos quisermos lembrar, por uns momentos, **e sem acrimónia**, de tudo isso e do muito mais que impudicamente se escreveu, disse e **fez** a nosso respeito, verificaremos sem demora, pela simples invocação da evidência dos factos, até que ponto a verdade se afastou daquelas sombrias previsões, desses funestos presságios, até que ponto soubemos dar provas, todos nós, de vitalidade, resistência, autodomínio, serenidade e perseverança, até que ponto nos recusámos a desertar.»

SESSENTA E DUAS RENÚNCIAS E UMA MORTE

«A seu tempo será elaborado o relatório completo e circunstanciado da actividade da Constituinte de 2 de Junho de 1975 até 2 de Abril de 1976.

«Neste momento, a sua apresentação seria descabida. Afigura-se-me, no entanto, que o não serão algumas breves informações sobre tal actividade.

«Efectuaram-se cento e trinta e duas sessões plenárias, ocupando quase 500 horas, e trezentos e vinte e sete sessões das 13 comissões especiais que se constituíram, ocupando um total aproximado de 1000 horas.

«Das sessões plenárias, 108 foram dedicadas ao trabalho propriamente constituinte, discutindo e votando o articulado que as comissões iam sucessivamente elaborando e propondo.

«As restantes 23 sessões foram ocupadas do modo seguinte:

«1 sessão colene inaugural;

«2 sessões para verificação de poderes;

. «1 sessão para eleger a mesa e nomear uma comissão incumbida de elaborar uma proposta de regimento interno;

. «7 sessões para discussão e aprovação deste regimento;

. «1 sessão para designar uma comissão incumbida de preparar uma proposta de sistematização da Constituição;

. «1 sessão para apresentação do «parecer» daquela comissão;

. «9 sessões para discussão simultânea do referido «parecer» e dos projectos da Constituição elaborados e propostos por cada um dos seis partidos representados na Assembleia, a última das quais aprovou a proposta de sistematização e designou as comissões especiais;

«Terminámos a nossa tarefa. Cumprimos a missão que o povo português nos quis confiar, através das eleições que foram amplamente participadas, claramente livres, inegavelmente genuínas»

«1 sessão para eleger a mesa e nomear uma comissão incumbida de elaborar uma proposta de regimento interno;

. «7 sessões para discussão e aprovação deste regimento;

. «1 sessão para designar uma comissão incumbida de preparar uma proposta de sistematização da Constituição;

. «1 sessão para apresentação do «parecer» daquela comissão;

. «9 sessões para discussão simultânea do referido «parecer» e dos projectos da Constituição elaborados e propostos por cada um dos seis partidos representados na Assembleia, a última das quais aprovou a proposta de sistematização e designou as comissões especiais;

. «1 sessão de encerramento, cuja parte final está agora a decorrer.

«Das 500 horas ocupadas pelas sessões plenárias, destinaram-se 90 às 23 sessões acima citadas, 280 à discussão e votação da Constituição e consagraram-se as restantes aos chamados «períodos antes da ordem do dia», durante os quais se procedia à leitura de uma correspondência que foi sempre copiosa e por vezes interessante, os deputados formulavam «requerimentos», dirigidos aos diversos departamentos ministeriais, e procediam, não raro acaloradamente, em especial quando solicitados por outros a prestar esclarecimentos, à exposição das mais variadas questões de política geral relacionadas com as conjunturas que sucessivamente iam sendo atravessadas e tantas vezes foram complexas, difíceis, confusas, emocionantes e até ameaçadoras.

«Ao passo que as sessões plenárias, como determinava o regimento, decorreram sempre à luz crua do dia, bem à vista de todos quantos as quisessem observar, com toda a desejável publicidade oral e escrita, as reuniões das comissões, cada qual formada por 11 e 12 deputados, realizaram-se, como é normal, à porta fechada.

«Foi assim assegurada ao público toda a oportunidade para ver a Assembleia a funcionar, em plenário, com as suas virtudes e os seus defeitos, os seus acertos e os seus erros, os seus êxitos e os seus insucessos, e consequentemente ficou tal público habilitado, sempre que tiver sido esse o seu desejo, a formular o seu juízo e ditar a sua sentença.

«Mas não pôde, esse mesmo público, observar o trabalho demorado, tranquilo e paciente das 13 comissões que afincadamente, durante cerca de 1000 horas, funcionaram num ambiente que se caracterizou sempre pela lealdade e a franqueza, num clima de relações humanas de mútuo respeito e recíproca cordialidade. Foram, afinal, é necessário que se diga, as comissões especiais, e em particular a Comissão de Redacção, as verdadeiras doctoras do articulado constitucional, em reuniões de trabalho que muitas vezes se prolongaram pela noite dentro.

«Julgo meu dever deixar aqui consignada uma palavra de profundo reconhecimento e vivo apreço dirigida a todos os membros das Comissões, em particular aos seus presidentes, relatores e secretários.

«Para os senhores Vice-Presidentes da Assembleia, que tanto me auxiliaram, substituindo-me na direcção das sessões plenárias, vai também a minha amigável gratidão, e em especial para o meu camarada Vasco da Gama Fernandes, que presidiu a nada menos de 21 sessões completas.

«Dos três Secretários da Mesa, e também dos seus muitos eventuais substitutos, os dois vice-secretários, só posso dizer que não imagino sequer como teria sido possível conduzir as sessões sem a sua activa, prestante, competente e sempre leal colaboração.

«E já que de reconhecimento se trata agora, não quero nem devo esquecer os serviços do Palácio de S. Bento que, mau grado a notória insuficiência dos seus quadros, tão diligentemente e com tanta correcção cumpriram as missões que lhes competiam: Secretaria-Geral, Gabinete Técnico, Expediente Geral e Apoio às Comissões, Relações Públicas e Informação, Contabilidade, Almoxarifado. Em todos eles, desde os chefes aos mais obscuros executores deixo nesta casa bons amigos.

«A Assembleia Constituinte começou a funcionar, com a totalidade dos 250 deputados eleitos a 25 de Abril de 1975, dia que ficará memorável nos anais da Democracia.

«Destes, 62 houve que, por motivos variados, mas principalmente devido a incompatibilidades com as funções públicas para que foram sendo nomeados, renunciaram aos seus mandatos; verificou-se outrossim o falecimento imprevisto do Deputado do P. C. P. Herculano de Carvalho. O total de vagas abertas atingiu, portanto, 63. Destas foram preenchidas 60, pelo que o número actual é de 247.

«O desaparecimento do jovem Herculano de Carvalho, em condições tão súbitas como trágicas, causou entre nós mágoa generalizada, que neste momento quero voltar a exprimir.»

«PODERÁ ACASO ESSA CONSTITUICÃO CONSIDERAR-SE PERFEITA?»

«E agora, Senhor Presidente, senhoras e senhores, para terminar esta alocução que se desejou e será breve, algumas referências à Constituição que elaborámos. Encontra-se ela já votada por esta Assembleia bem como o Decreto que a aprova, Decreto este que, depois de lido, vou assinar e cuja promulgação me permito solicitar a Vossa Excelência.

«Poderá acaso, essa Constituição considerar-se perfeita, essa Constituição que pretende e ambiciona assumir inovador socialmente muito avançado à preocupação constante de garantir a defesa efectiva e concreta das liberdades públicas, bem como de assegurar aos portugueses o exercício dos direitos cívicos e, através dele, o governo democrático da Nação?

. «Não serei eu quem me proponha responder pela afirmativa à pergunta que formulei.

«Inexperientes como todos eramos na prática da democracia representativa, competentes no campo jurídico apenas alguns de nós, ansiosos todos por descobrir soluções progressistas adaptáveis à ideologia de cada qual, ingénuos talvez, qual de nós ousará sustentar que não cometemos erros e que fomos sempre capazes de encontrar as formulações mais realistas, mais susceptíveis de trazer ao domínio da realidade viva os ideais diversos que nos motivaram? Qual de nós ousará?

. «Teremos nós, os constituintes de 1975-76, conseguido gizar essa Constituição de que nos falou o General Costa Gomes, desta mesma cadeira onde hoje volta a sentar-se? «Uma constituição revolucionária», disse-nos ele faz hoje dez meses, «tão avançada que não seja ultrapassada, tão adequada que não seja flanqueada, tão inspirada que seja redentora, tão justa que seja digna dos trabalhadores de Portugal». Tê-lo-emos, prezados colegas, tê-lo-emos conseguido?

. «Se, porventura, o tivermos sido, como pessoalmente desejo e espero com veemência, terá sido dada a prova de que a Constituição Portuguesa de 1976 pertence àquelas Constituições que, como já disse a 2 de Junho de 1975, «valem na medida em que não forem efémeras, em que servirem de quadro à vida política nacional durante um período de tempo suficientemente longo, em que demonstrarem capacidade para suportar o embate, sempre rude, da experiência, da realidade vivida».

«E é exactamente por desejar que a Constituição, por mais discutida, interpretada e contestada que venha a ser, revele possuir tais características, que peço licença para renovar hoje o voto que formulei na sessão inaugural, alterando apenas, como se impõe, o tempo do verbo, e sem tomar partido na querela em torno das condições da revisão constitucional: «Que tenhamos sabido ser dignos de nós próprios dotando a nossa Pátria com uma Constituição que, **na sua essência**, saiba resistir à prova do tempo!»

Conselho da Revolução em peso no hemiciclo

A sala de sessões do Palácio de S. Bento registou ontem, no encerramento da Assembleia Constituinte, a presença de um invulgar número de altas individualidades civis e militares.

Na mesa da presidência, ladeando o general Costa Gomes, encontravam-se o Primeiro-Ministro, Pinheiro de Azevedo, o chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sotto Cruz (represetando o chefe do EMGFA), o presidente da Assembleia Constituite, prof. Henrique de Barros e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, conselheiro Almeida Borges.

Frente ao hemiciclo: todos os membros do Conselho da Revolução, ministros do VI Governo Provisório, provedor-geral de Justiça, secretários-gerais do PCP e PPD (Mário Soares e Freitas do Amaral sentaram-se entre os seus deputados) e dirigentes do MDP e UDP.

Nas tribunas e em sectores reservados das galerias, encontravam-se membros do Corpo Diplomático acreditado e secretários e subsecretários de Estado do Governo.

Nas restantes galerias, repletas de público, assinalam-se ainda numerosos elementos das FA.

Presença ainda invulgar da impresa, nacional e estrangeira, que superlotou a bancada que lhe estava reservada.

C.D.S. votou contra

Continuação da pág. 7

rário e as organizações populares de base, e que apontam ao País o «caminho para uma sociedade socialista».

Recordou as palavras de Henrique de Barros, há dias ao juntar a sua voz «àqueles que têm alertado o povo português para os perigos da implantação de um regime conservador e mesmo do fascismo», e sublinhou a determinação dos comunistas em associarem-se «a todas vozes que clamem neste sentido».

C.D.S.: «SOMOS CENTRISTAS»

Freitas do Amaral depois de fazer o balanço da actividade da Assembleia, das suas condições de trabalho, das posições dos restantes partidos, referiu o facto de se querer colocar o C. D. S. à direita «talvez por terem a sua vista confinada às bancadas de S. Bento». Mas — considerou o dirigente do C. D. S. — se a direita depois das próximas eleições penetrar na sala das sessões logo verão a diferença. O C. D. S. tem sido centrista por atitude e por convicção: talvez em breve venha a ser centrista por contraste».

Disse ainda que depois do 11 de Março do ano passado o seu partido é de oposição, e referiu-se às próximas eleições desejando que «elas constituam um marco fundamental na história política do País».

M.D.P.: «VIGILÂNCIA ACTIVA»

Em nome do M. D. P. / C. D. E. falou Levy Baptista. Sublinhou, nomeadamente, referindo-se à nova Constituição, que «consolidar o regime democrático só pode significar uma activa vigilância sobre os perigos do regresso ao fascismo, num firme combate a todos quantos manobram para o ressuscitar, ressuscitando o poder dos monopólios, dos grandes agrários e dependência humilhante do imperialismo».

Sobre a não presença do seu partido na próxima Assembleia reafirmou que o M. D. P. fê-lo «na perspectiva de que importa não dispersar votos, de que importa concentrar na esquerda uma forte e significativa votação que corte o caminho à conquista do poder pela direita e pela reacção e assegure o feliz prosseguimento da revolução do 25 de Abril».

Fez ainda um forte apelo para uma «clara unidade democrática e de esquerda que sem ambiguidades nem hesitações possa ser a alternativa que é preciso opôr aos planos da reacção».

U.D.P.: «PERIGO DE GOLPE»

Afonso Dias (U. D. P.) referiu também os perigos actuais contra a democracia tendo afirmado que «a escalada fascista tem vindo a desenvolver-se desde 25 de Novembro, ao mesmo tempo que se avolumam as medidas para reprimir a luta dos trabalhadores». Afirmou que «os atentados contra a independência e a unidade nacional sucedem-se sem que os seus responsáveis sejam reprimidos. Os fascistas e os «pides» são soltos. Permite-se o regresso de conspiradores como Sanches Osório e Spínola. Os fascistas e a reacção atacam em todas as frentes. Quanto mais alcançam mais querem. As forças negras da opressão preparam um golpe».

Atacou depois a política externa portuguesa envolvendo nos mesmos propósitos norte-americanos e a União Soviética, e manifestou preocupação por não termos relações diplomáticas «com a China e a Albânia».

Trabalho

TÊXTIL MANUEL GONÇALVES

"Vozes" do ministério não chegam a Famalicão

«Mais uma vez se reafirma que as decisões de «saneamento» tomadas em plenários pelos trabalhadores se consideram como violadoras de direito e garantias fundamentais dos cidadãos, nomeadamente o direito à defesa» — volta a esclarecer o ministro do Trabalho num «telex» ontem enviado à Comissão Sindical da empresa Têxtil Manuel Gonçalves.

«Tal procedimento contraria a resolução do Conselho de Ministros de 3 de Fevereiro de 1976 e a orientação do Governo em tal matéria, pelo que se considera urgente a reintegração dos trabalhadores «saneados», sem prejuízo do prosseguimento do processo de inquérito que esclareça a verdade dos factos.»

. O teor do «telex» foi ontem divulgado em mais uma conferência de Imprensa dada no Porto pelos «17» da Manuel Gonçalves. O Ministério do Trabalho mantém inalterável a sua posição: reintégrar os suspensos. Parece, no entanto, não querer ou não ter meios materiais para obrigar a entidade patronal a cumprir a determinação do Conselho de Ministros.

Recordamos que, no Norte do País, há mais de 130 trabalhadores na mesma situação. Também o relatório do inquiridor, dr. António Parra afirmava «não existir indicação de factos praticados pelos trabalhadores do «Grupo 17» que permitam o exercício de acção disciplinar, a exercer pela administração da Manuel Gonçalves».

Na conferência de Imprensa foi relatada a deslocação a Lisboa, de uma representação de trabalhadores suspensos. «É de referir que, o Senhor Primeiro-Ministro, teve a seguinte expressão quando lhe foi entregue um documento por um trabalhador da T.M.G: «Você está suspenso arbitrariamente? Então refile, pá! Não se esqueça de refilar, pá».

Perante isto os trabalhadores respondem: «O nosso processo de refilar tem sido de, com a maior lisura e calma, alertar todas as entidades civis e militares e andamos nisto há três meses. Posto isto, pergunta-se: que espécie de refilice é necessária para que o Governo governe?». O advogado da entidade patronal da Têxtil Manuel Gonçalves é o deputado Carlos Bacelar do P.P.D.

Bacalhau

TRABALHADORES DA SECA EM GREVE PROGRESSIVA

. Trabalhadores da seca do bacalhau, cerca de 1500, estão em greve progressiva, no sentido de conseguirem o contrato colectivo de trabalho, com a tabela salarial mínima de seis mil escudos.

Até ao próximo dia 8 paralisarão duas horas por dia. Uma manhã (das 11 às 12) e outra de tarde (das 16 e 30 às 17 e 40). O tempo de paralisação aumentará em cada semana, se as suas reivindicações não forem aceites.

Numa conferência de Imprensa ontem efectuada no Sindicato da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, foi salientado que as entidades aceitem o aumento salarial se, em contrapartida, se verificar também um aumento na venda ao consumidor.

O açambarcamento por parte dos retalhistas, uma distribuição nacional equilibrada e uma fiscalização dos preços do bacalhau foram ainda questões colocadas pelas comissões de trabalhadores ali presentes.

«O direito ao trabalho» foi também um dos problemas levantados. Os países fornecedores (Islândia, Noruega, etc.) mostram-se na disposição de exportar apenas bacalhau seco, o que põe em risco o emprego dos portugueses que trabalham na secagem.

A greve progressiva com retenção do produto não significa que o bacalhau se estrague, pois os trabalhadores asseguram a sua conservação em câmaras próprias.

Mais um patrão que quer voltar

. «Os trabalhadores da Cincomo — Cooperativa Operária da Indústria de Mobiliário, SCARL, com sede em Gondomar, tiveram conhecimento que João Claudino C. da Silva Neto (o qual em fins de Junho de 1975 abandonou livremente as instalações fabris, ausentando-se do País sem pagar os ordenados e deixando toda a produção desorganizada) tenta a todo o custo exigir do Governo, o saneamento da comissão de trabalhadores desta cooperativa, com a finalidade de retomar o seu lugar de explorador», afirmam num comunicado os trabalhadores da Cincomo, ex-Nefil, uma das grandes empresas de móveis e decorações do Porto.

Depois de acentuarem que estão dispostos a dar «uma resposta activa às tentativas da administração da Nefil», os trabalhadores afirmam que «se na altura do afastamento voluntário da administração não tivessem tido a coragem de enfrentar o touro de frente e continuar o seu trabalho, seriam cerca de 300 pessoas que iriam para o desemprego, afectando directamente toda a rede de fornecedores e consequentemente a própria economia nacional».

Problemas do sal em Aveiro

Os problemas das marinhas de sal de Aveiro são hoje à tarde estudados nesta cidade, numa reunião que decorre no salão paroquial de Vera Cruz.

Iniciativa dos técnicos da Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos, com a colaboração da Cooperativa Agrícola dos Produtores e Transformadores de Sais Marinhos local, este encontro reveste-se de particular importância.

Será debatida a hipótese de reconversão das marinhas e viveiros industriais de peixe e marisco, sobretudo nos casos em que não seja possível o emparcelamento das marinhas para extracção do sal.

SANIMAR

M.T. paga salários caso se "portem bem"

. Os trabalhadores da Sanimar estiveram ontem numa reunião no Ministério do Trabalho. O encontro com o dr. Gama Vieira começou às 11 da manhã e só veio a terminar às 8 das noite.

Falou-se muito em 9 horas de reunião. Medidas práticas para solucionar o problema da Sanimar, nem pensar nisso. Assim o dr. Gama Vieira terá afirmado no respeitante aos salários, que os trabalhadores só receberiam quando a empresa voltasse a funcionar.

Quer dizer: quando o Ministério quiser. Pois que as instalações foram seladas por sua ordem e só por sua ordem elas podem reabrir. Mas, ao que parece, os trabalhadores teriam de prometer «comportar-se bem, darem-se todos bem», pois dó depois disso a empresa voltava a laborar. E só assim receberiam os salários. «Se se portassem bem».

Acontece que no despacho daquele Ministério, os salários tinham ficado assegurados. Entretanto, também foi colocado o problema da nomeação dos gestores públicos. Os trabalhadores pretendem igual número de representantes seus, na Comissão Administrativa. «Inviável» foi a resposta peremptória do dr. Gama Vieira. Recordamos que o despacho do Ministério do Trabalho ultrapassa um outro despacho de dois departamentos governamentais.

Quanto aos ordenados, os trabalhadores ameaçam colocar o Ministério do Trabalho em tribunal. Por outro lado, estão a chegar várias provas de solidariedade para com os trabalhadores da Sanimar. Qualquer auxílio para os salários dos trabalhadores pode ser enviado para o Sindicato dos Rodoviários.

TIMEX

Acordo próximo?

. Reiniciaram-se ontem, no Ministério do Trabalho, as negociações entre representantes do Governo e a administração da Timex, com vista a solucionar a crise desencadeada a partir do momento em que a firme admitiu a hipótese de encerrar.

«A Timex, que reconsiderou a sua posição, aceitou estudar as propostas iniciais, com as adaptações aduzidas ao longo da reunião, havendo de ambas as partes — o Ministério do Trabalho e a Timex — a maior esperança de se chegar a um acordo no fim da próxima semana» — evela um comunicado ministerial.

Entretanto, uma delegação de trabalhadores da Timex convocou todos os seus camaradas, especialmente os 668 cujos nomes constam da lista de despedimentos, para uma reunião a efectuar na segunda-feira, pelas oito horas, nas instalações da fábrica.

A reunião está relacionada com as negociações a nível governamental, que, segundo a convocatória, «poderão levar a uma rápida resolução do problema».

Decreto-lei corporativo provoca protestos

. A revogação do Decreto-Lei 456/72 há dias publicado no «Diário do Governo» é apreciada num comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto como traindo «mais uma vez os trabalhadores portugueses» e procurando «destruir aquilo que eles conquistaram com tanto esforço nos seus contratos colectivos».

«O Sindicato Têxtil do Porto (abrangendo o distrito de Aveiro)», diz-se no comunicado, «ao mesmo tempo que alerta os trabalhadores para esta manobra e os esclarece que o decreto não se aplica ao 13.º mês de 1975, exige do Ministério do «Trabalho» e do Conselho de Ministros a imediata publicação de um novo diploma que se aplique ao 13.º mês de 1975».

«Com mais este decreto antioperário o Ministério do «Trabalho» salta por cima da exigência de centenas de milhares de trabalhadores e pretende que só no 13.º mês de 1976 se aplique o novo regime» — afirma-se ainda no comunicado.

O Decreto-Lei 456/72 era uma disposição corporativa que, de acordo com o próprio preâmbulo da revogação, condicionava «em termos muito restritos o direito dos trabalhadores a certos subsídios e gratificações de carácter retributivo».

No comunicado agora distribuído pelo Sindicato dos Têxteis refere-se que, aquando do pagamento dos subsídios de Natal em 1975, o secretário de Estado do Trabalho, pressionado pela resposta dos trabalhadores «difundiu pelas Delegações da sua Secretaria de Estado, dois telexes em que sancionava a «revogação» do Decreto-Lei 456/72 e dava ordens à Inspecção de Trabalho para autuar as empresas que dele se estivessem a utilizar».

S.I.T.E.

Risco de desemprego

. Atingiu um ponto crítico a situação das 48 trabalhadoras da Sociedade Industrial de Toldos e Encerados, que lutam pelo direito ao trabalho.

Com efeito, aguarda-se, na próxima segunda-feira, a comparência do administrador de falências, para encerrar as instalações da firma. O patrão declarou a empresa falida, quando os trabalhadores denunciaram as actividades de sabotagem económica e carácter fraudulento que vinha desenvolvendo. No entanto, a firma dispõe de muitas encomendas em carteira.

Os empregados da SITE correm, pois, o risco de ficar no desemprego, sendo credores de quantias referentes a retroactivos e subsídios que ascendem a 1600 contos.

As exposições já dirigidas aos Ministérios do Trabalho e da Indústria ainda não encontraram eco favorável por parte das entidades oficiais.

A O.I.T. contra a pobreza

A Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) está a incitar os governos a desencadearem uma luta total contra a crescente pobreza, em vez de se concentrarem em esquemas para aumentar o produto nacional bruto — noticia a ANOP, reproduzindo notícia da UPI.

A pobreza é o assunto crucial que o Mundo enfrenta — afirma o secretário da O.I.T. num relatório preparado para apresentar na Conferência Mundial do Emprego, em Junho próximo.

"O Século"

Assumiu a direcção do nosso prezado colega «O Século» o dr. João Gaspar Simões, escritor e crítico literário, que substituiu naquelas funções o comodoro Eduardo Scarlatti.

Antigo colaborador do «Diário de Lisboa», onde praticamente iniciou a actividade crítica regular na Imprensa diária, João Gaspar Simões era ultimamente, e desde há anos, colunista do suplemento «Artes e Letras» do nosso prezado colega «Diário de Notícias».

No seu novo cargo em «O Século», para que lhe desejamos um feliz desempenho, terá a coadjuvá-lo, como director-interino, o jornalista dr. Manuel Magro, que já fazia equipa com o comodoro Scarlatti.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

GRANDE ASSEMBLEIA DO C.C.T. RETALHISTA

3.ª FEIRA — 6 DE ABRIL — 21 HORAS
Salão Nobre — INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

ORDEM DE TRABALHOS:

1 Análise da actual situação das negociações
2 Tomadas de posição na defesa do nosso contrato, face à **RECUSA DO PATRONATO** em chegar a acordo com as nossas **JUSTAS REIVINDICAÇÕES!**

Para Vencer o Aumento do Custo de Vida A Tua Presença na Assembleia é Fundamental!

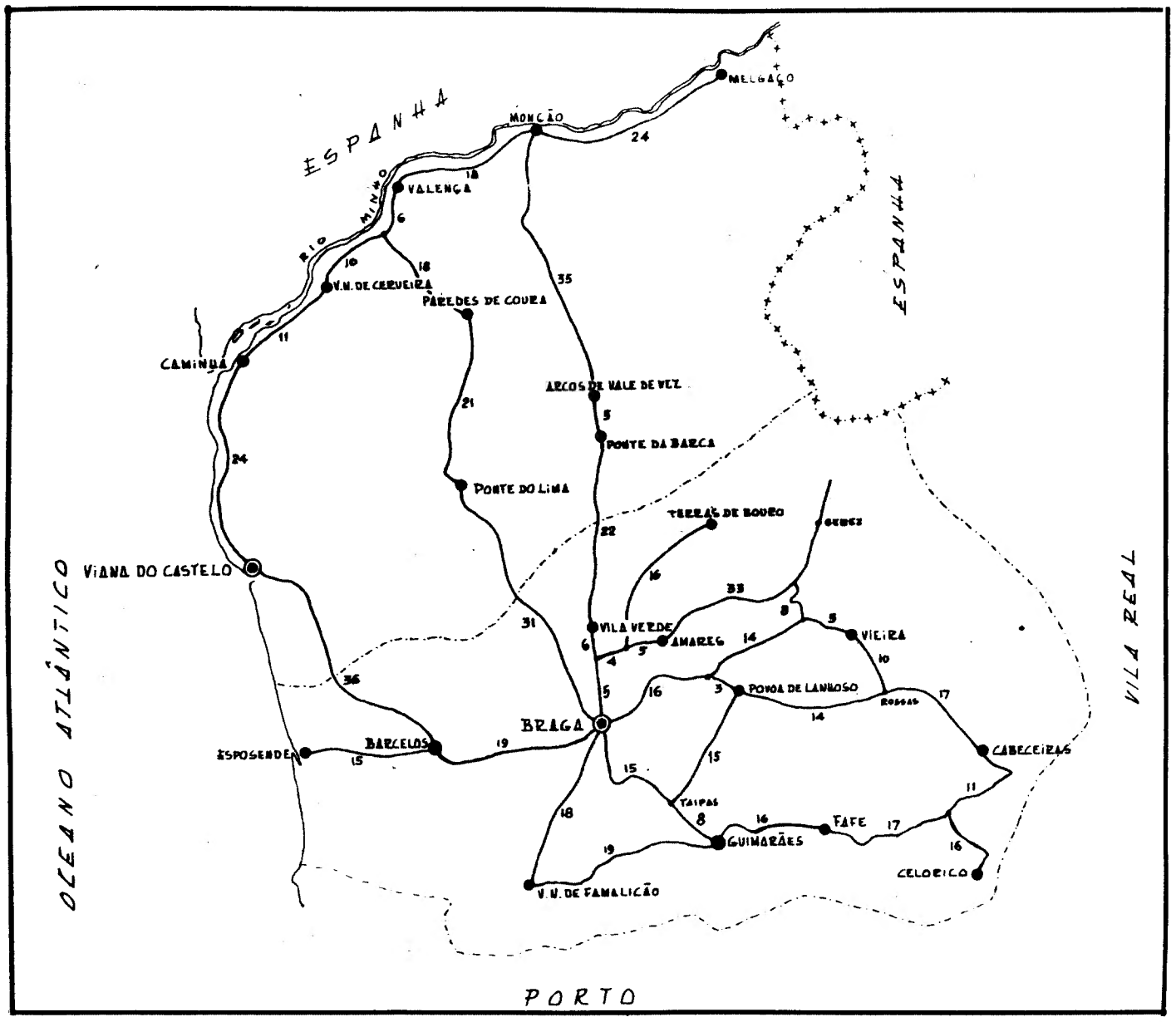
40 MIL TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM MARCHA PARA A CONQUISTA DO CONTRATO!

TODOS À ASSEMBLEIA!
VENCEREMOS!
LX: 1/4/76

A DIRECÇÃO

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-C — LISBOA

Nacional



«Alternativa bipolar» — tecnologia em Guimarães e Universidade em Braga — servirá os interesses de ambos os centros minhotos? Por outro lado, no Norte, individualmente ligadas ao ensino interrogam-se sobre as pressões a que poderá ter estado sujeito o M. E. I. C. durante o desenrolar de todo este processo

A Universidade do Minho começou a funcionar no início do ano lectivo corrente em instalações provisórias situadas em Braga. São três os cursos em funcionamento: **Formação de Professores** (Português-Francês, Português-Inglês, Ciências da Natureza e Matemática); **Línguas Vivas** (Francês, Inglês — ramo Secretariado e Relações Internacionais); **Engenharia** (Têxtil e Metalomecânica Ligeira).

Estão propostos para funcionamento centros de investigação de : Biologia do Desenvolvimento; Física e Química Pura e Aplicada; Ciências e Engenharia de Sistemas; Ciências e Tecnologias dos Materiais; Tecnologia Têxtil; Ciências e Tecnologia do Ambiente; Estudos Galaico-Durienses; e Estudos Educacionais e Desenvolvimento Comunitário.

A população escolar máxima prevista é de 10 000 alunos, considerando a Comissão Instaladora que a área do Campo Universitário não deve ser inferior a cerca de 60 hectares.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 402/73 falta um ano para o fim do período de instalação da Universidade, prazo que pode ser renovado por mais três anos.

Por outro lado eleva-se a uma dezena de anos o tempo necessário para que o Campo Universitário esteja em pleno funcionamento.

Segundo o projecto o valor do investimento total em jogo é superior a um milhão de contos, escalonado ao longo de muitos anos.

Está em vias de ser revista, na próxima segunda-feira, durante uma reunião a efectuar em Braga, com o director-geral do Ensino Superior, a decisão governamental de implantar os cursos tecnológicos da Universidade do Minho em Guimarães.

Tal determinação saída em despacho do MEIC, publicado em Dezembro último, constituiu, desde então, o agigantar da chamada guerra-bairrista entre determinadas forças de Braga e Guimarães. Claramente contrário aos pareceres técnicos, tal decisão surgia quinze dias após a tomada de posse do antigo secretário particular do ministro Pires de Lima, do Governo de Salazar, no cargo de governador civil de Braga; em plena pujança do VI Governo. Dez dias após o 25 de Novembro.

Entendida como uma decisão autocrática à maneira antiga, a divisão da Universidade em dois pólos (os restantes cursos ficariam em Braga) foi considerada pelas pessoas mais conhecedoras do problema como o cantar do cisne de uma escola que praticamente não chegou a existir. Segundo elas dividir a Universidade, antes de constituir uma descentralização, é, neste caso concreto, acabar com ela. Entretanto em Guimarães a Comissão Administrativa da câmara e a Associação Unidade Vimaranense considerada afecta às forças de direita batem o pé dizendo que a decisão governamental não pode ser alterada.

Conforme noticiámos na altura, o antagonismo das posições manifestadas durante uma reunião efectuada há cerca de duas semanas com o director-geral do E. Superior bem como a falta de fundamento do despacho ministerial levou aquele membro do Governo a considerar reversível aquilo que a princípio dizia ser irreversível.

Esta situação leva-nos desde logo a formular uma questão fundamental: que interesses se jogam por detrás da instalação da Universidade do Minho?

A pergunta obriga a uma análise clara do processo da Universidade na sua estrutura e objectivos, articulada com as condições sociológicas do meio e sem perder de vista as forças individuais ou colectivas que detêm o poder nas várias parcelas da região minhota.

QUE UNIVERSIDADE?

Importa, pois, para iniciar a análise saber que tipo de universidade está projectada, a quem vai ela servir e para quem se destina. Cabe aqui referir a posição de um trabalhador bracarense já desenraizado dessa chaga do obscurantismo que é o bairrismo-clubista: o que importa discutir é se a universidade é para os filhos dos trabalhadores ou para os filhos dos burgueses e não a localização aqui ou acolá.

Criada por Decreto (n.º 402/73) para satisfazer a demagógica **democratização do ensino** à Veiga Simão, a Universidade do Minho só viria a conhecer a sua fase de arranque em Fevereiro de 1974, com a nomeação da Comissão Instaladora que, entretanto, logo após o 25 de Abril, passaria por algumas remodelações.

Linearmente os grandes objectivos da Universidade do Minho são para a Comissão Instaladora: a criação de conhecimento e sua divulgação (função de investigação); formação dos membros da sociedade de modo a que, pela aquisição da cultura, preparação científica, competência técnica e consciência dos deveres da cidadania, possam realizar-se de acordo com as suas potencialidades e contribuir para o progresso da sociedade a que pertencem (função de educação); integração participativa no meio em que se insere, designadamente pela identificação, interpretação e resolução dos seus problemas (função de serviço).

Foi de acordo com estes princípios que superiormente foram apresentadas propostas de cursos (Formação de Professores, Línguas vivas, engenharia) e centros de investigação e a realização de diversas actividades de extensão cultural e serviço comunitário, como cursos livres de História e Crítica de Arte, encontros, apoio às escolas do Magistério da região e participação em cursos de reciclagem e aperfeiçoamento de professores.

INSTALAÇÕES DISPERSAS OU CONCENTRADAS?

Consequência da disputa bairrista da Universidade tem-se estabelecido grande polémica à volta da sua implantação de tal modo que a questão das instalações serem de tipo disperso ou concentrado constituiu o fulcro das discussões. A questão é sobremaneira fundamental uma vez que é exactamente, a adopção de uma ou de outra solução que vai determinar o fim ou a continuidade do projecto. Isto segundo a opinião quer dos membros da Comissão Instaladora quer de outras pessoas reconhecidamente conhecedoras do problema. E porquê? Porque criar dois pólos (em Guimarães e Braga) de uma mesma universidade em duas cidades separadas apenas por vinte quilómetros é, à partida, destruir o todo orgânico que é uma universidade. Isto para além de outros inconvenientes que, com base num relatório da CI, se poderão enumerar desta forma: a necessidade de maior número de pessoal docente qualificado o qual, para além de inexistente a curto prazo, representa maior encargo;

b) maior volume quer dos investimentos iniciais, quer dos custos de funcionamento;

c) menor flexibilidade e eficiência na utilização das áreas cobertas existentes.

Para além destes factores poder-se-ia apontar a desagregação dos estudantes da mesma escola o que, no caso vertente, e tendo em conta a dominação ideológica (clerical e não só) existente no meio, enfraqueceria a luta estudantil.

Segundo a Comissão Instaladora o modelo de estrutura que vem sendo estudado para a U. M. é completamente incompatível com as instalações de tipo disperso. E justifica: «basta atentar em que as unidades de apoio (quer técnico-administrativas quer pedagógico-científicas) estão ao serviço das diversas unidades de ensino e de investigação e em que, por exemplo, um químico pode fazer parte de um custo de formação de professores juntamente com biólogos e especialistas em ciências da educação; de um curso de engenharia ao lado de físicos, matemáticos, engenheiros de diferentes ramos e sociólogos; e de um projecto de investigaçao em que participem agrónomos, economistas e arquitectos». Num documento de Fevereiro último a CI diz ainda:

«Seria erro grave supor que uma universidade empenhada em atender à problemática de uma dada região, teria de dispersar por ela as suas instalações. É que a concentração física das instalações não reduz necessariamente a área que beneficia dos seus serviços, mas aquela dispersão é que é incompatível com a existência de uma autêntica universidade».

O cerne da questão — adianta-se no mesmo documento — está precisamente nisto: ou ter uma autêntica universidade, realidade viva e criadora, plasmada pelo encontro interdisciplinar realizado em projectos de acção orientados para objectivos específicos e no simples mas fecundo convívio informal; ou ter estabelecimentos de ensino superior dispersos, isolados entre si do ponto de vista científico-cultural, sem capacidade de resposta de reconversão às exigências imprevisíveis da região e do País e com falta de recursos dada a impossibilidade de satisfazer as numerosas e indispensáveis duplicações de meios humanos e materiais. E não se julgue — continua a CI — que sendo relativamente curta as distâncias entre os principais centros urbanos do Minho, essas duplicações poderiam ser minimizadas, fazendo circular, ao longo da semana, alunos e professores entre os diversos estabelecimentos. Para rejeitar tal solução bastaria o absurdo de parte significativa do tempo escolar ser gasto em viagens e as consequências nefastas de os docentes, permanentes viajantes, não se poderem quedar em actividades de investigação. E quanto ao ensino o erro é de fundo, pois radica no conceito de que universidade é igual a aulas: aulas que os alunos frequetam, aulas que os professores dão.

Ante todos estes argumentos **a CI da U.M. cônscia da a[illegible] responsabilidade do mand[illegible] que lhe foi cometido e dado o estado de subdesenvolvimento do País, reconhece que tem o dever de declarar que, dispersando-se as instalações da Universidade do Minho, criar-se-á uma pseudo-universidade onde estudantes e docentes estarão pela única razão de não terem conseguido entrar em qualquer outra**.

Esta posição inequívoca e firme da Comissão Instaladora aponta claramente para a solução de tipo concentrado que é, aliás, perfilhada noutros pareceres.

Neste âmbito existem duas soluções: campo universitário e cidade universitária. As diferenças entre ambas são substanciais e quer uma quer outra

UNIVERSID — para que

LUIS HUMBERTO

Afi

Para qualificar a transferên tecnológicos da Universidade Guimarães, o despacho minister centração industrial» existente Reconhece, todavia, anteriorme luções (de tipo concentra —perímetro de Braga e Taipas de um «longo trabalho de estu «O conhecimento público desta tagónicas) suscitou tomadas de mente emotivas de vastos sec pública dos concelhos interess em particular do de Guimarães aos cursos de Tecnologia.»

Pronto. De uma penada as ristas suplantam os longos estu

A solução adoptada pelo M sultas ao Conselho de Ministr da Direcção-Geral do Ensino Su num parecer do arquitecto Lu 12 de Novembro, funcionári recção-Geral, estudo esse que reunião havida recentemente e cultado às partes interessadas.

AMORTECEDORES
Reparo e Reconstruo
todas as marcas,
com garantia
MENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A
(Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE
dos amortecedores «J. M.»

DADE DO MINHO
em? (1)

final como é?

es foram ponderadas.

Por cidade universitária entende-se uma área de grande dimensão na qual para além das instalações escolares se

Este é o tipo de solução que está em conformidade com a estrutura concebida para a Universidade do Minho, pela Comissão Instaladora. Frise-se

do MEIC, de 5 de Dezembro ordena a implantação definitiva dos cursos tecnológicos na cidade de Guimarães. Porquê?

Há quem fale em pressões políticas. De facto em Guimarães dinamizou-se um processo de luta dito «popular». Pintaram-se cartazes, recolheram-se assinaturas, fizeram-se muitos telegramas. Procurou-se o apoio dos trabalhadores por parte dos seus sindicatos, sem que a mor das vezes as pessoas estivessem devidamente informadas sobre a melhor solução para o problema. Explorou-se o bairrismo. E contou-se com ele.

A decisão governamental aparecida sem fundamento aos olhos das pessoas mais directamente ligadas ao processo Universidade do Minho, foi de imediato contestada pela C. Instaladora e por várias entidades de Braga. Enquanto que da parte de Guimarães havia manifestações de apoio àquela decisão que, mo entanto, não parecia ter atrás de si a força necessária para ir àvante. Pelo menos é o que se deduz do teor de um telegrama enviado, em 11 de Março, ao ministro da Educação pelo presidente da Unidade Vimaranense e «representantes das instituições, associações, colectividades desportivas e recreativas, sindicatos, grémios e população do concelho»: «denunciamos publicamente que continua por definir o local da instalação, em Guimarães, dos cursos tecnológicos e suas unidades de investigação e apoio...». O mesmo telegrama curiosamente assinado por pessoas de classes antagónicas refere depois:

«Não acreditamos que o MEIC se deixe arrastar por manobras cavilosas e palavras sem sentido de quem está habituado a decidir, talvez, à mesa de um café, que não é o nosso, os destinos de uma região que, pelo menos, lhe devia merecer mais respeito». Para melhor ilustrar a forma em que é encarado o problema, eis mais um naco do aludido telegrama: **a pobreza dos argumentos dos contraditores do MEIC é verdadeiramente confrangedora, mas atentos como estamos, e habituados a sofrer e de que maneira, os efeitos dos que — embora sem razão — para eles obtêm a carne e dão aos outros os ossos, lutamos e lutaremos pela implantação dos cursos tecnológicos em Guimarães...».**

E aos 16 de Março um novo despacho vem reforçar a divisão da universidade em dois pólos. Mais controverso que o anterior diz no ponto n.º 5 **em cada um dos pólos referidos — Braga e Guimarães as instalações definitivas da U. M. serão de tipo concentrado.**

Dois pólos de tipo concentrado? — Não se percebe, mas é o que lá está.

Não acreditamos que a determinação ministerial corresponda, como nos disseram, à entrega de um rebucado a Guimarães e outro a Braga.

rência dos cursos
le do Minho para
sterial fala na «con-
te naquela cidade.
rmente, que as so-
trado) propostas
pas — resultaram
studo». E adiante:
estas soluções (an-
s de posição forte-
ectores de opinião
essados — muito
es no que se refere

as entoações bair-
studos!

o MEIC após con-
istros foi, no dizer
Superior, apoiada
Luís Chaves, em
ário daquela Di-
que só depois da
e em Braga, foi fa-
las. Nesse estudo,

porém, a «alternativa bipolar» para a Universidade do Minho surge apenas como hipótese de estudo. Diz claramente na conclusão: «Entre as principais etapas subsidiárias a desenvolver se deverá continuar além da própria análise de uma solução bipolar, o estudo mais pormenorizado — incluindo a análise dos custos reais — das alternativas de localização da Universidade e o início dos estudos prévios ou anteplanos de construção do (ou dos) complexos universitários por parte da Acessoria de Planeamento. Nenhuma das etapas deverá, no entanto, obviar a que este problema seja amplamente debatido, quer a nível da própria Universidade quer nas instâncias superiores da Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.»

Entretanto, ninguém foi ouvido da parte da Universidade, não houve qualquer debate e a «hipótese» de estudo tornou-se decisão categórica — irreversível até no dizer da Direcção-Geral a atestar pelos dois despachos publicados.

Afinal, como é?

do localizam adicionalmente a maioria das residências universitárias, assim como os necessários serviços de apoio — lojas, cinemas, cafés, etc. Este tipo de solução mesmo quando integrado numa cidade já existente provoca como a experiência o tem demonstrado a segregação entre a população que habita a cidade universitária e aquela que viva na cidade, desenraizando os estudantes do meio onde nasceram e viveram, motivando o elitismo estudantil. Para além disto não serão de descurar os problemas sociais que surgem na própria cidade universitária onde o convívio fora das horas de trabalho se limita em grande parte, às mesmas pessoas.

CAMPO UNIVERSITÁRIO

Resta-nos o campo universitário que é a solução pela qual se inclinam os técnicos, os membros da Comissão Instaladora, professores e várias pessoas versadas em técnicas de ensino e educação.

O que é um campo universitário?

Entende-se por uma zona de área adequada, na qual se localizam todos, ou pelo menos a grande maioria, das instalações da Universidade e na qual só acidentalmente se situam residências universitárias, quer para alunos, quer para docentes ou funcionários.

aqui que segundo tal estrutura não é posta de parte a criação de futuros institutos superiores ou politécnicos com a função primordial de ministrar cursos de curta duração e elevada afinidade, à medida que a população discente aumentar.

A solução «campo» para além de não permitir que os estudantes percam o contacto como meio familiar, com a realidade a mor das vezes dura e atribulada, desse meio, responde às seguintes exigências:

1) crescente interdisciplinaridade dos cursos e das áreas de investigação;

2) integração vertical dos cursos, os quais devem deixar de ser uma soma de estratos horizontais;

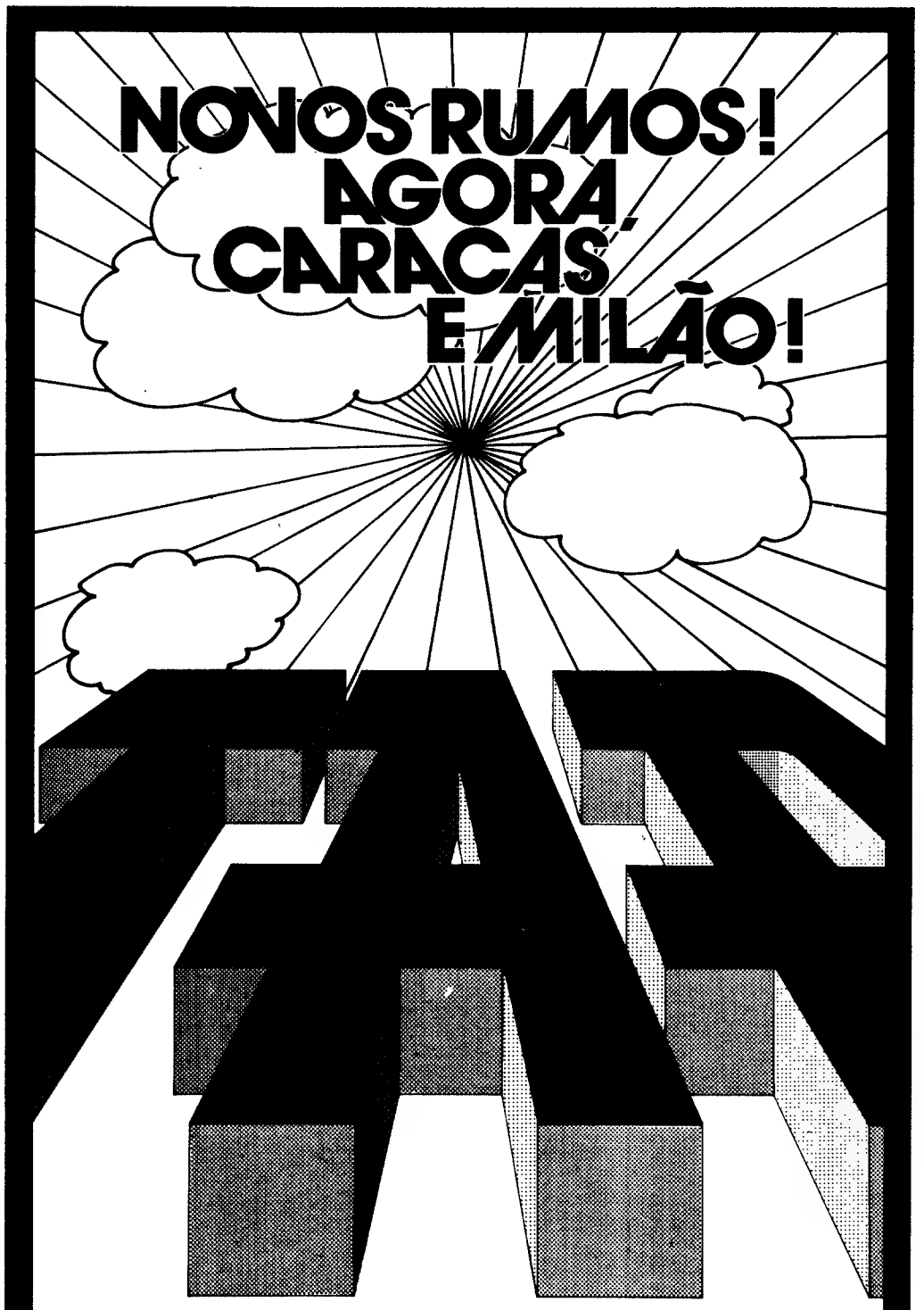
3) que os docentes para além do tempo estritamente correspondente às aulas disponham semanalmente de algumas horas para contactos de tipo tutorial com os alunos;

4) convívio quer de estudantes, quer de professores, quer de alunos com professores, dos vários domínios em que se processa o ensino e a investigação;

5) integração da grande maioria dos docentes em unidades de investigação, actividade a que devem dedicar fracção considerável do seu tempo de trabalho.

PRESSÕES POLÍTICAS?

Apesar de todas estas razões um controverso despacho



Por si a TAP corre mundos,
porque é Você que faz crescer a TAP!
Você e o seu constante vai-e-vem!
Agora, também para Caracas e Milão!
Voos para Milão às 4.as, 6.as e domingos;
com regresso no mesmo dia.
Para Caracas, às 4.as e sábados
e regresso às 5.as e domingos.
Para si, para melhor o servir,
a nova dinâmica TAP.

Consulte o seu Agente de Viagens

TAP
TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES

CASA SONOTONE
ATENÇÃO
REPAREM NAS GRAVURAS

Antes de usar os tampões — Depois de serem usados

Com estes tampões desaparecem todos os ruidos como, o ressonar, motores de rua e nas fabricas. Protecçao total dos ouvidos.
Temos as últimas novidades em aparelhos auditivos. Vendemos pilhas de todas as voltagens de mercúrio e carvão. LARINGES ELECTRÓNICAS para os operados a laringe Somos oculistas. Procurem-nos para uma demonstração que é gratuita.
Temos muito prazer com a vossa visita em:

LISBOA — Poço do Borratém, 33, s. l. — Telef. 868352
PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef. 02-315602

Estrangeiro

A SEMANA

SÁBADO

Sul-africanos iniciam retirada de Angola. A minicimeira africana reunida na capital moçambicana, recomenda a guerra popular pela libertação da Rodésia. Pela primeira vez surge um conflito aberto entre africanos e chineses na ONU, depois de o delegado chinês ter defendido a intervenção sul-africana em Angola. A Plataforma de Convergência e a Junta Democrática, dois agrupamentos da oposição espanhola, anunciaram a sua dissolução e constituiçao de uma aliança, a Coordenação Democrática, com um programa mínimo comum, com vista à efectiva democratização da vida espanhola. Sadat do Egipto confirma que foram canceladas as facilidades navais anteriormente concedidas a navios soviéticos. Guerrilheiros esquerdistas argentinos desencadearam os primeiros ataques depois do golpe de Estado: quatro guerrilheiros terão perdido a vida no assalto a uma esquadra da polícia na cidade de Cordoba.

DOMINGO

O Egipto pediu a intervenção imediata dos Estados árabes no Líbano depois de uma reunião urgente do Conselho de Segurança da ONU, convocada pelo Cairo para debater a questão libanesa. O vice-ministro do Governo rodesiano, Sutton-Pryce, declarou que o seu país enfrenta o «ano mais difícil» da sua história, anunciando que desde o princípio do ano já haviam sido abatidos 114 guerrilheiros africanos.

SEGUNDA

O presidente egípcio, Anuar Sadat, chega a Bona, capital oeste-alema e visita oficial. As forças libanesas de esquerda conquistaram mais um hotel de Beirute: o Hilton. Em Sófia inaugura-se o XI Congresso do PC Búlgaro. O chefe do Estado-Maior do Exército argentino, Jorge Videla, toma posse do cargo de presidente da República, na sequência do golpe que afastou o poder constitucional de Estela Peron. Marcelino Camacho e quatro dirigentes da oposição espanhola presos em Madrid, quado se preparavam para apresentar o manifesto da nova aliança da oposição espanhola, numa conferência de Imprensa, cuja realização foi impedida pelas autoridades. Detido o general italiano Giandelio Malterri, envolvido no atentado de Milão, que há quatro anos custou a vida de dezenas de pessoas. James Schlesinger afirmou que o «poderia militar dos EUA está a decrescer no mundo.

TERÇA

Vitória não decisiva de Callaghan, da ala direita do Partido Trabalhista, na segunda volta do escrutínio para a sucessão de Harold Wilson. Dois deputados da oposição brasileira vêem os seus mandatos cancelados. Graves incidentes os mais sérios desde a fundação de Israel — causam a morte a seis árabes na Galileia. Manifestações e greve na Cisjordânia. O rei Hussein da Jordânia inicia uma visita oficial aos EUA. O presiente Tito da Jugoslavia de visita à Suécia. Jack Nicholson e Louise Fletcher (actores) e Milos Forman (realizador) ganharam os «Óscares», tendo sido premiado o filme «One flower over te cuckko' nest». A Grécia suspendeu as conversações sobre bases americanas no seu território.

QUARTA

O Governo espanhol proibe o pagamento de resgates em caso de rapto. Inicia-se na Argentina um inquérito à corrupção a alto nível. O dirigente de esquerda libanesa, Kamal Jumblatt, declara que há dezassete mil soldados sírios estacionados na fronteira libanesa.

QUINTA

Começo da «cimeira» da CEE no Luxemburgo. Um tribunal norte-americano concedeu aos pais adoptivos de Karen Ann Quintan o direito de desligarem o aparelho de respiração que a mantém viva, consagrando assim a «eutanásia». Três soldados ingleses mortos na Irlanda do Norte. As facções em luta no Líbano acordaram numa trégua de dez dias. O ex-presidente filipino, Diosdado Macapagal, pede asilo político, que lhe é recusado na embaixada dos EUA em Manila. A Junta Argentina intensifica a repressão sobre os sindicatos e militantes democráticos: o secretário-geral da CGT pede asilo na embaixada mexicana.

SEXTA

Morreu em Paris o pintor surrealista Max Ernst, de origem alemã. O falecimento verificou-se na véspera do dia em que completaria 85 anos. A decisão do presidente brasileiro de cessar o mandato de mais um deputado do partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), precipitou a crise latente no Congresso, em Brasília, desde que, dias antes, haviam sido destituídos outros dois parlamentares, também do MDB.

GUATEMALA

O nervosismo dum oficial fez falhar um golpe de estado

Otto Raúl Gonzalez — **Exclusivo da "Prensa Latina"**

CIDADE DO MÉXICO — O golpe de Estado recentemente intentado por um grupo das Forças Armadas na Guatemala foi frustrado, devido ao nervosismo dum dos conjurados, que revelou pormenores do movimento, quinze minutos antes de o plano entrar em execução.

A revelação foi feita nesta capital por círculos guatemaltecos bem informados, os quais afirmaram que esse oficial denunciou, pouco antes da meia-noite do dia 11 de Março, a intentona contra o regime do general Eugenio Kjell Laugerud.

Os conjurados eram todos oficiais jovens, destacados em diversos quartéis que circundam a capital, assim como cadetes da Escola Politécnica (Colégio Militar).

O plano, que não chegou ainda ao conhecimento da opinião pública e que o regime silenciou, consistia num levantamento contra os chefes militares e na tomada transitória do Poder, que seria depois entregue ao general Efrain Rios Mont (actual adido militar da Guatemala em Madrid), logo que este regressasse ao país.

Rios Mont foi obrigado a aceitar este cargo diplomático em 1973, depois da farsa eleitoral em que o «Movimento de Libertação Nacional» (partido oficial) proclamou o triunfo do seu candidato sobre o autêntico vencedor, Rios Mont, candidato presidencial da Democracia Cristã.

O general Rios Mont, que estava na reserva, foi subitamente chamado ao serviço e nomeado adido militar em Madrid, tendo sido obrigado a assumir essas funções apenas 72 horas depois do acto «eleitoral».

Em todo o processo eleitoral teve intervenção publica o general Anastasio Somosa («Tachito»), chefe do vizinho Estado da Nicarágua, que muitos consideram justificadamente o verdadeiro «vencedor» das «eleições» presidenciais da Guatemala.

Os quinze minutos que o denunciante proporcionou ao regime de Laugerud foram aproveitados de imediato pelo presidente, pelo vice-presidente, Mario Sandoval Alarcón, seus ministros e conselheiros de Estado, que ordenaram drásticas represálias, incluindo a tortura e o fuzilamento dos conjurados.

O denunciante forneceu às autoridades a lista completa dos nomes dos oficiais comprometidos na acção.

O regime decidiu manter o caso no mais absoluto segredo, ordenando aos correspondentes estrangeiros que calassem o plano do golpe,as torturas e os fuzilamentos.

A Guatemala, país que recentemente foi arrasado por um dos maiores terramotos conhecidos na região, é vítima de repressão oficial e terrorista das direitas, segundo confirmaram nesta capital representantes de amplos sectores populares.

Como se isto não bastasse, a população indígena da zona de Varapaces está sujeita à repressão exercida por mais de 300 «bóinas verdes» norte-americanos, que ali se instalaram, a título de «voluntários de auxílio às vítimas do terramoto». O povo lamenta o assassínio do dirigente de esquerda, Huberto Alvarado Arellano, que foi morto por uma saravaida de balas a uns 35 quilómetros da capital. Também se denunciou o desaparecimento do escritor Lopez Valdizon, de quem nada se sabe há 6 meses.

Hungria: 31 anos de socialismo

Pedro Alvim

Amanhã o povo húngaro está em festa. Festa nacional. Evoca-se o dia em que o Exército Soviético, ano de 1945, expulsou as tropas de ocupação. Tropas hitlerianas, tropas de cruz gamada. Começou, então, a edificação do socialismo. Hoje — o homem não explora o homem. Eu estive lá em 75, Janeiro frio, quando em Lisboa as massas se manifestavam pela unicidade sindical. Quinze dias de Norte a Sul do país — e em toda a parte sempre a mesma serenidade, uma produção constante, uma consciência política que era uma fronteira segura entre duas ideologias diferentes: a da venda do trabalho a favor de outrem e a do trabalho a favor de toda a comunidade.

OS ALICERCES DO SOCIALISMO

Era o primeiro país socialista que eu visitava. E logo senti que o aceitava na integridade da sua opção. De Budapeste até ao sul, ao longo da planície húngara, mau grado o frio que fazia, vinham-me à lembrança os largos espaços do Alentejo, a sua luta de longos tempos, o seu apego vasto à liberdade... Era bom seguir assim numa terra transformada, plena de força, exacta. Uma terra, enfim, que se deixava pisar sem pisar ninguém: toda ela se entregava a fim de irmanar os homens.

«Uma terra fértil» — ia eu considerando quilómetro após quilómetro. Mas essa fertilidade não era um acaso, uma fatalidade, uma tradição. Assentava, sim, num longo saber — e também numa justa repartição de tudo quanto a terra produz. Um cálculo muito humano, nada longínquo das necessidades de cada um, imperava no cultivo comum de toda a superfície — e daí a segurança dos troncos, dos caules, dos homens.

...Retrocedamos, no entanto, até aos primeiros tempos da libertação da Hungria. Corria o mês de Abril de 1945. De nove milhões de habitantes, meio milhão tinha perdido a vida no decurso da guerra. Cerca de 40 por cento da riqueza nacional encontrava-se destruída — e a indústria acusava uma perda de metade do seu equipamento.A agricultura, de rastos, acentuava bem o que havia sido esse período sangrento imposto pelo nazismo. Que fazer? Os comunistas, defensores de uma sociedade nova, levantaram a esperança do povo — e ano após ano (e já lá vão trinta e um anos) foi surgindo uma sociedade com outra verdade social.

E tudo tão fácil e tão difícil.

As terras foram distribuídas, as minas nacionalizadas — e nacionalizados também os bancos e as fábricas. Os alicerces, em suma, do socialismo foram-se delineando um a um...

DE OLHOS NOS OLHOS

Pode dizer-se que, presentemente, a Hungria avança para uma sociedade sem classes. Um processo revolucionário encarado de olhos nos olhos baniu a propriedade privada, precisamente um dos motivos que mais concorria para a existência de um forte antagonismo entre os cidadãos húngaros. Foram-se para sempre as fortunas imensas — e todo o povo tem hoje a vida assegurada. Numa palvra: já não há aquele que tem **tudo** e aquele que não tem **nada.** Todos têm o necessário e mais alguma coisa — a consciência tranquila...

A guarda avançada do socialismo húngaro, como é óbvio, foi (e é) a classe operária. Trata-se de uma classe que evoluíu (nomeadamente a partir da década de 60) não só no aspecto técnico e profissional, mas também no aspecto cultural e político. Sendo uma das mais numerosas do país (mais de três milhões de pessoas), não pode deixar de ser aquela que, por assim dizer, **produz** esse mesmo país.

E porque assim é, os trabalhadores encontram-se representados nos órgãos de direcção do Estado, do Partido (Partido Socialista Operário Húngaro) e nos mais diversos organismos sociais. Neste mês de Abril de 76, exercem funções de direcção cerca de trezentos mil cidadãos procedentes da classe operária. Daí, pois, a possibilidade de controlo de toda a produção a bem da comunidade. Não há **fugas**, não há negócios obscuros: é pão, pão, queijo, queijo — como nós, portugueses, costumamos dizer nos momentos das grandes opções.

Nos momentos das grandes opções — e de olhos nos olhos.

PAZ, PÃO, HABITAÇÃO...

«Uma terra feliz» — **ia eu considerando quilómetro após quilómetro. Mas essa felicidade não era um acaso, uma fatalidade, uma tradição. Assentava na unidade, na conjugação de esforços (operários, camponeses, intelectuais), num objectivo comum: o socialismo. Sempre tudo mais tão fácil...? Evidentemente que não. Houve, por exemplo, 1956** — um daqueles desvios, um daqueles contratempos, de que nenhum processo revolucionário está isento. Só que...

Só que a verdade é so uma — e, assim, 56 foi ultrapassado, a Revolução prosseguiu, novas conquistas de bem-estar social se registaram. Tudo se foi cimentando cada vez mais, correcções aqui, correcções além, críticas aceites com toda a inteligência.

E amanhã, dia 4 de Abril de Abril de 1976, o povo húngaro festeja 31 anos de socialismo. Quem for a Budapeste — e atravessar a ponte que liga Peste e Buda — certamente não fará um buraco na água: seguirá sempre em frente, dia após dia, e dirá «Sim» em húngaro («Igen») à canção portuguesa que fala em «Paz, pão, habitação, saúde, educação...» Uma realidade, enfim, que existe na Hungria.

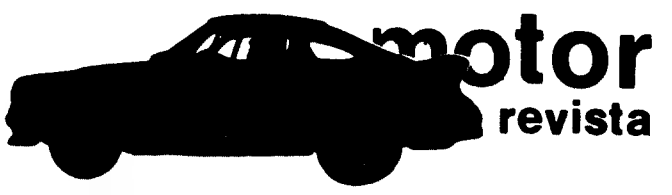
SURDEZ

Recupere a Sua audição com os modernos e garantidos aparelhos auditivos MYKROSON. Um modelo para cada caso de surdez. Consulte-nos sem compromisso.

MICROSOM — Organização especializada em protese auditiva.

LISBOA: Av. Almirante Reis, 75-1.º Esq.

PORTO: Praça da Batalha, 3-4 — FARO: Rua Ivens, 24-26



Estrangeiro

Novo realismo comunitário impôs-se na Cimeira da C.E.E.

LUXEMBURGO, 3 (ANOP) — Na ausência de decisões sobre os problemas imediatos da Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), os chefes de Estado e Governo dos nove países membros patentearam uma clara vontade política de conservar as conquistas comunitárias e preparar de forma autêntica a construção de uma Europa Unida.

Após dois dias de debates superficiais do «Conselho Europeu» sobre três temas concretos — a situação económica, monetária e social da comunidade, o Parlamento Europeu e o relatório Tindemans sobre a união europeia — impôs-se a tese alemã de evitar especulações teóricas e discussões estéreis, limitar-se aos factos reais e procurar em definitivo o futuro da Europa através do desenvolvimento e da potenciação do já atingido, com autêntico espírito de integração.

Face à decepção facilmente compreensível entre muitos no final do «conselho», por falta de resultados senão espectaculares pelo menos concretos, talvez deva sublinhar-se o nascimento deste novo realismo comunitário.

Enquanto o órgão máximo da C. E. E. prestava ontem homenagem ao idealista Jean Monnet, atribuindo-lhe o título de «cidadão honorário europeu», em reconhecimento pelos esforços europeístas deste «pai» do Mercado Comum, o chanceler alemão federal Helmut Schmidt fazia gala no novo «espírito realista do Luxemburgo» ao manter-se firme e intransigente ante os propósitos reformistas do presidente francês Giscard d'Estaing relativamente à «serpente europeia», a máxima conquista no caminho para a união monetária dos «Nove».

A «serpente monetária», única e apagada vedeta desta cimeira europeia, sai por conseguinte indemne e fortalecida, ao mesmo tempo que se faz um apelo à disciplina económica dos países comunitários «economicamente difíceis» para impedir através de uma adequada convergência das políticas dos «Nove» a repetição de tormentas monetárias como aquela que abalou recentemente a Europa e teve como principal vítima o franco francês.

O resto das deliberações do «Conselho Europeu», o de duração mais curta desde a sua institucionalização em Dezembro de 1974 como órgão político supremo da C. E. E., reduziu-se a um tiroteio sem balas sobre o delicado e candente tema da eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal, sem que ainda se tenha encontrado qualquer tipo de solução para os numerosos problemas ainda pendentes neste capítulo essencial para a futura unidade política europeia.

O grande esquecido da reunião embora de forma consciente, foi aquele que na realidade devia ter sido o grande tema desta cimeira: o controverso relatório Tindemans sobre a união europeia, que o próprio «Conselho» encarregara o primeiro-ministro belga de elaborar, para procurar a melhor forma de transformar a C. E. E. numa Europa autenticamente unida.

Jornais de parede afixados em cidades chinesas fazem-se eco do ataque do presidende Mao Tsé-tung ao vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-ping, identificado com a facção dos «lacaios do capitalismo». (Foto Keystone)

Recontros na capital espanhola são receados no fim-de-semana

MADRID, 3 (R) — Agrupamentos rivais da esquerda e da direita planeiam efectuar hoje manifestações nas ruas por causa do processo de evolução política na Espanha pós-Franco, provocando receios de que se registem recontros em Madrid.

O Governo proibiu todas as manifestações, partam donde partam, e colocou de prevenção grandes contingentes da Polícia de choque para impedir que grupos de protesto se concentrem. Contudo, ambos os lados parecem dispostos a ir para a frente com as projectadas manifestações.

Políticos moderados, que apoiaram originalmente uma manifestação pacífica a favor das liberdades democráticas pediram aos seus partidários para acatarem a proibição governamental, mas os seus apelos não foram secundados por dirigentes socialistas, comunistas e sindicais.

Dirigentes da confederação dos antigos combatentes de guerra franquistas, que pediram a contramanifestação das direitas, fizeram apelos semelhantes aos seus partidários para não aparecerem nas ruas, mas espera-se também que militantes direitistas ignorem esses apelos e confrontem a esquerda.

A tensão aumentou após a prisão de quatro chefes oposicionistas.

Fontes da oposição disseram que a detenção dos quatro homens, incluindo o dirigente sindical comunista Marcelino Camacho e o conhecido advogado dr. António Garcia Trevijano, servira para cimentar ainda mais a unidade da frente oposicionista contra o Governo do rei Juan Carlos.

Incriminados por defenderem uma mudança na forma de Governo, os quatro estão sujeitos a penas máximas de trinta anos de cadeia se forem considerados culpados. Foram presos no princípio da semana, após a formação de uma nova aliança da oposição, que pede um referendo sobre a monarquia.

Entre os advogados que se ofereceram para defender os presos acha-se o político centrista veterano José Maria Gil Robles, um dirigente direitista durante a República espanhola dos anos 30, e Joaquim Garrigues Walker, filho do actual ministro da Justiça e genro do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, José Maria de Areilza.

A indignação por causa da linha dura contra a oposição assumida pelo ministro do Interior, Manuel Fraga Iribarne, tem causado, segundo afirmaram fontes bem informadas, cisões no seio do Governo entre direitistas intransigentes e os reformistas, tendo a frente Areilza.

Anunciou-se que Fraga Iribarne, que planeara legalizar grupos oposicionistas moderados, ficara furioso por a nova aliança da oposição, ligando a esquerda do centro e os comunistas, ter transtornado os seus projectos.

Os reformistas sustentam que um pacto com a oposição é necessário para fazer com que o país apoie a monarquia de Juan Carlos, no Poder há quatro meses.

Tensão no Congresso em Brasília

BRASÍLIA, 3 (ANOP) — Uma atmosfera de tensão e crise percorreu ontem o edifício do Congresso brasileiro, ao ser anunciado o afastamento, por ordem do presidente Ernesto Geisel, do deputado da oposição Lysaneas Maciel.

A demissão de Maciel e a consequente perda de direitos políticos por dez anos constitui a terceira baixa consecutiva desta semana no Movimento Democrático Brasileiro.

Geisel afastou Lysaneas Maciel em virtude de um discurso proferido pelo deputado do Movimento Democrático Brasileiro no qual criticou o Governo por ter afastado dois outros correligionários.

A comunicação do afastamento de Maciel foi efectuada pelo secretário do presidente para assuntos de Imprensa. O deputado do MDB é acusado de «repetir graves ofensas ao Governo e ao regime no poder».

Geisel demitiu os três políticos da oposição ao abrigo dos seus poderes extra-constitucionais, que conferem ao presidente poderes para demitir congressistas ou outros dirigentes políticos e suspenser os seus direitos políticos por um período de dez anos.

Caleidoscópio

■ MOSCOVO, 3 (R) — A União Soviética pediu aos Estados Unidos uma explicação acerca de notícias de que navios de guerra norte-americanos «vão a caminho das costas do Líbano» — revelou hoje a Tass.

■ PARIS, 3 (R.) — O presidente Anwar Sadat chega hoje a Paris para conversações com o presidente Valéry Giscard d'Estaing, destinadas a assegurar a cooperação militar dos franceses na construção da indústria de armamentos do Egipto.

■ VIENTIANE, 3 (R.) — Um miliciano ficou gravemente ferido ontem, à noite, quando duas granadas foram atiradas para dentro das instalações da embaixada cubana em Vientiane, segundo as autoridades laocianas.

■ WILLIAMSBURG (Virgínia), 3 (ANOP) — O rei Carlos Gustavo da Súeica chegou a esta cidade às últimas horas de ontem para uma breve visita antes de se avistar na segunda-feira com o presidente Gerald Ford, em Washington.

■ BUENOS AIRES, 3 (ANOP) — A União Soviética reconheceu o novo Governo militar que derrubou a presidente Isabel Perón — anunciou o Governo ontem à noite.

Suicidou-se com um piano

PARIS, 3 (ANOP) — Um suicídio complicado e quiçá inédito registou-se ontem na localidade de Creteil, nos arredores de Paris.

Um jovem de 26 anos matou-se fazendo cair um piano sobre a cabeça. A preparação do suicídio, segundo comprovou a Polícia, foi meticulosa: o desesperado colocou o piano em equilíbrio instável sobre outro móvel, usando uma prancha, a que atou uma corda que puxou depois de se ter deitado por baixo.

CRISE EM ITALIA

Possível referendo sobre o aborto

ROMA, 3 (R) — Grupos italianos de direitos civis pediram hoje um comício nacional em Roma para protestar contra uma discutida votação sobre o aborto, que mergulhou o país numa nova crise política.

A azeda disputa política começou na quinta-feira, à noite, após os democratas-cristãos, que ocupam o Poder, votarem, apoiados pelo MSI, o partido neofascista, sobre uma emenda mutíssimo restritiva a uma lei procurando legalizar o aborto.

A emenda, que limitava o aborto apenas a casos de violentação ou quando a saúde e vida de mulheres corresse risco, pôs termo a semanas de diligências para conseguir um delicado compromisso político.

O frágil Governo minoritário do primeiro-ministro Aldo Moro, deparando com reacção indignada de todos os lados, deve achar agora forma de sair do actual dilema, sujeitar-se a um referendo nacional sobre o aborto ou a eleições prematuras, em que se espera que os comunistas obtenham grandes ganhos.

Aldo Moro regressou de avião a Roma, ontem à noite, vindo do Luxemburgo, onde assistiu à cimeira de chefes de Governo do Mercado Comum, e aguarda-se que discuta hoje com dirigentes do partido a questão do aborto.

Os socialistas e sociais-democratas — de quem depende, para a sua sobrevivência, o Governo, formado há 51 dias — anunciaram que combaterão o projecto-lei na forma actual.

Para lançar mais achas para a fornalha do presente drama, os socialistas afirmaram a noite passada, que não pensavam que fosse suficiente o plano de recuperação económica, anunciado recentemente pelo Governo, e pediram algumas alterações.

Existe ainda uma possibilidade leigeira de se chegar a acordo, à última hora, sobre a disputa do aborto, quando o Parlamento recomeçar, na terça-feira, o seu debate sobre os 17 restantes artigos do projecto de lei.

Ontem, à noite, os democratas-cristãos anunciaram estar dispostos a rever a proposta, oferecendo-se para incluir factores económicos, sociais e familiares como fundamento para legalizar o aborto.

Contudo, essa fórmula fora já rejeitada pelos partidários do aborto, que pretendem que a decisão pertença apenas à mulher.

EM EXIBIÇÃO — UNIVERSAL
ÀS 17 e 23 horas

Às 15, 19 e 21 horas — «DEUS, PÁTRIA, AUTORIDADE» de Rui Simões
Hoje, às 0.30 h. — «O VÍCIO» — de Andy Warhol
(interdito a men. 18 anos)

UNIVERSAL — 7.ª SEMANA
EM EXIBIÇÃO ÀS 15, 19 e 21 h.

UM FILME DE RUI SIMÕES
DEUS PÁTRIA AUTORIDADE
LUTA DE CLASSES PORTUGAL/1910/1974
Não aconselhável a menores de 13 anos

Às 17 h. e 23 h. — «MAO TSE TUNG» de Nagisa Oshima
Hoje, às 0.30 h. — «O VÍCIO» — de Andy Warhol
(interdito a men. de 18 anos)

Espectáculos

Bailado e animação cultural

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Aconteceu há dias num liceu da capital. O Grupo Gulbenkian de Bailado, que ali se dislocou em missão de divulgação cultural, começou por ser perturbado com ruídos de vária ordem provocados pelos estudantes que assistiam à demonstração. Seguiram-se os comentários soezes, os insultos, e, por fim, inacreditavelmente, a iminência do apedrejamento dos bailarinos.

Os factos, ocorridos na sequência de um programa organizado pela Fundação Gulbenkian (Serviço de Música) em colaboracão directa com o MEIC, suscitam as mais diversas interrogações.

Haverá quem alegue a falta de civismo dos estudantes ou o «atraso cultural» em que nos encontramos, e tire daí a ilação de que o bailado só pode ser, neste momento, no nosso País, objecto de consumo burguês, das camdas educadas e privilegiadas que compram o seu bilhete para os espectáculos anunciados no cartaz da temporada...

No entanto, o Grupo Gulbenkian de Bailado andou, no ano passado, pelas fábricas da cintura industrial de Lisboa e verificou-se um notório interesse dos trabalhadores pelo seu exercício artístico: viam e ouviam com atenção, aplaudiam com sincero entusiasmo e, no fim, estabeleciam animado diálogo e conviviam com os bailarinos.

Não constitui novidade a discrepância entre estas duas atitudes: a difícil escola da vida em que se forja o operário dá-lhe uma consciência dos valores humanos (éticos, políticos, artísticos...) que a tradicional escola burguesa não pode dar aos filhos-família que a frequentam. Em pleno fascismo, a responsabilização cívica dos estudantes, o seu despertar para a vida nasciam da iniciativa dos próprios estudantes, organizados autonomamente nas suas estruturas associativas, que assumiram um enorme papel cultural e político na resistência antifascista, e onde adquiriram a formação básica muitos quadros políticos progressistas.

Hoje, porém, o MEIC não pode substituir-se burocraticamente à iniciativa organizado dos próprios estudantes, nem a Fundação Gulbenkian tem o direito de só querer funcionar se é esse o caso em colaboração com as hierarquias burocrático-administrativas do Ministério. A dinamização (ou **animação**) cultural pressupõe precisamente a desburocratização. Nada mais errado do que decidir, por despacho, que, no dia tal, às tantas horas, ouvido o reitor respectivo, esta ou aquela iniciativa de divulgação cultural terá lugar numa determinada escola. Ninguém tem de se queixar (à excepção talvez dos próprios artistas) se depois ocorrem incidentes como o agora verificado com o Grupo Gulbenkian de Bailado.

É com as sociedades recretativas populares espalhadas por todo o País, com as comissões de trabalhadores, com os sindicatos (INATEL), com as cooperativas, com as organizações juvenis, que o Grupo Gulbenkian de Bailado (ou a Fundação Gulbenkian em geral) poderá fazer animação cultural. E no próprio MEIC existe um organismo — o FAOJ (Fundo de Apoio às Organizações Juvenis) —, o qual, especializado como é neste tipo de actividade, não deve ser ultrapassado, na sua função de consulta e apoio, por outras hierarquias do mesmo MEIC. Se não, acontece como desta vez: logra-se um resultado inverso do que se pretende.

Não tenha a Fundação Gulbenkian relutância política em agir de parceria com organismos integrantes do movimento popular de massas, no que se refere à dinamização cultural. Assumir essa relutância (para exibir um pseudo-apartidarismo imaculado) seria cair num anticomunismo semelhante àquele que, no passado, ditou as tentativas do Estado fascista parar marginalizar e reprimir o movimento associativo e a cultura popular.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

ABRANGENDO O DISTRITO DE AVEIRO

COMUNICADO

NÃO ÀS MANOBRAS REACCIONÁRIAS

Os trabalhadores da ESTUDITEX, com o apoio do Sindicato Têxtil do Distrito do Porto (abrangendo o distrito de Aveiro) vêm denunciar o seguinte:

1. A firma em que trabalham tem 4 sócios, dois dos quais fugiram para o Brasil.
2. Em face disso e para permitir a laboração da empresa foi passada credencial aos dois patrões que ficaram em Portugal.
3. A empresa tem laboração normal, muitas encomendas e encontra-se em boa situação económica. No entanto, a Banca recusou-se a efectuar uma operação bancária que se destinava ao pagamento dos salários alegando que a credencial tinha caducado. Informaram, no entanto, que bastaria uma assinatura do representante do Ministério do Trabalho no Porto para que, excepcionalmente, e enquanto o processo não se concluisse, efectuassem a dita operação.
4. A renovacão da credecial foi pedida em 7/1/76 e só obtiveram resposta do M. T. em 25/3/76, informando... que o processo tinha seguido para o Ministério da Indústria e Tecnologia.
5. Os trabalhadores dirigiram-se ao representante do M. T. no Porto solicitando que resolvesse o problema para este mês, enquanto tentariam que o o assunto fosse resolvido através do M. I. T. para que o caso se não voltasse a repetir.
6. Este dito representante, ao perguntar quantos trabalhadores tem a empresa e tendo-lhe sido respondido que tinha 60, riu-se e disse que havia centenas de empresas nas mesmas condições.
7. Quer dizer: o M. T., através dos seus representantes, já se ri da situacão em que está a colocar os trabalhadores, através da política antioperária que leva a cabo.
8. Como os trabalhadores afirmassem que em último recurso paralisariam, o dito representante, director dos Serviços do M. T. no Porto, disse-lhes mesmo que paralisassem ou que fizessem o que quisessem.
9. Enquanto os órgãos do Poder descobrem as intenções reaccionárias que estão por detrás de algumas greves que ultimamente têm aparecido, e procuram pôr cobro a isso, um representante desses mesmos órgãos incita os trabalhadores à paralisação para tentar resolver os problemas que só o patronato reaccionário (ausentando-se para o Brasil, como no nosso caso ou sabotando a economia como em muitos outros) e a política antioperária do M. T. criaram.
10. Os trabalhadores da ESTUDITEX exigem a resolução imediata do seu problema pelos órgãos responsáveis, esclarecendo que não são só 60 pessoas que são afectadas, são as suas famílias, são os milhares de trabalhadores e suas famílias a serem afectados por estas manobras antioperárias, ao mesmo tempo que recusam ser manipulados e aconselhados a formas de luta que neste momento só os lançariam para uma aventura que aproveitava a quem os quer lançar na miséria.

OS TRABALHADORES DA ESTUDITEX

CONCURSO EUROVISÃO DA CANÇÃO

"Uma flor de verde pinho" é hoje cantada em Haia

Esta noite será transmitido na RTP o concurso Eurovisão da Canção 1976, em que a canção portuguesa estará representada por «Uma flor de verde pinho», de Manuel Alegre e José Niza, interpretada por Carlos do Carmo.

O cançonetista português será o 15.º a surgir no écran. Antes, os telespectadores poderão ver e ouvir as canções «Save your Kisses for me», por Brotherood of man, «Djambo djambo», por Peter, Sue and Marc, «Sing Sang Song», por Les Humphries singers, «Emor shalom», por Chocolate Menta Mastik, «Chansons pour ceux qui s'aiment», por Juergen Marcus, «Judy et Cie», por Pierre Rapsat, «When», por Red Hurley, «The party's over», por Sandra Reemer, «Mata Hari», por Anne-Karine Strom, «Panaghia mou panaghia mou», por Mariza Koch e Dimitris Zouboulis, «Pump pump», por Fredi anda Friends, «Sobran las palabras», por Braulio, «Noi lo rivivremo di nuovo», por Romina Power e Al Bano, «My Little World», por Waterloo and Robins.

Depois da apresentação de «Uma flor de verde pinho», veremos ainda «Toi la musique et moi», por Mary Christy, «Un, deux, trois», por Cahterine Perry e «Ne mogu sa kriti svoju bol», por Ambasadori.

OS PRÉMIOS ANTERIORES

Relembremos que desde 1956 vários têm sido os cançonetistas e autores premidados no Festival da Eurovisão. Desde 1970, o grande prémio foi atribuído a «All kinds of everything», intepretado por Dana, a «Un banc, un arbre, une rue», por Severine. «Aprés toi», por Viccy Leandros, «Tu te reconnaitras», por Ane Marie David, «Waterloo», por Abba, e finalmente, no ano passado, a «Ding Dinge Dong», pelo grupo Teach-in.

teatro do bairro alto
R. Tenente Raul Cascais, 1-A (ao Rato)
Tel. 661515
Bilhetes à venda
Proibida a ent. após início do espectáculo

teatro da cornucopia
[Ah Kiu]
3.ª a sábado. às 21.15 h
domingo. so às 18.00h
(Não acons a men de 13 anos)
B lhet abre as 17.00h

MARIA VITÓRIA
Todos os dias
2 sessões às 20.30 e 22.45
(Não aconselhável a menores de 18 anos)
A PLURALIREVISTA DO POVO PARA O POVO
FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!
SALVADOR
MARIA DULCE
HENRIQUE SANTANA
CARLOS GONÇALVES
LURDES LIMA
ANTÓNIO SEMEDO
LUÍS MÁRIO
Atracção nacional:
CIDÁLIA MOREIRA
Num momento da abertura da revista
ZITA DUARTE
Aos Domingos e Feriados:
«Matinée» às 16 h.
2.as feiras:
Descanso da Companhia
Aos Sábados:
TEATRO INFANTIL
às 16 h. (para todos)
«O PRÍNCIPE DAS ORELHAS DE BURRO»
Entradas a 10$00, 15$00 e 20$00 (só!)

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"A felicidade" de Agnés Varda

Dois passos atrás e atenção: talvez seja possível gostar deste filme

Título original: La bonheur.
Realização, argumento e diálogos: Agnés Varda (França-1965):.
Fotografia (eastmancolor): Jean Rabier e Claude Beausoleil.
Música W. A. Mozart.
Interpretação: Jean Claude Drouot (François), Claise Drouot (Thérèse), Sandrine Drouot (Gisou), Oliver Drouot (Pierrot), Marie-France Boyer (Émile), etc.
Distribuição em Portugal: Exclusivos Triunfo.
Cinema. Caleidoscópio.
Classificação: não aconselhável a menores de 13 anos.

Digamos que talvez. Digamos que talvez fosse possível compor um discurso crítico justificador, abonatório, recortando na memória a mancha pictória de Renoir (Auguste) ou uma epidérmica **joie** do seu filho Jean. Falando portanto da memória e do nosso desejo. Digamos, ainda, que uma irresolúvel ambiguidade deste filme permitira colar-lhe um texto positivo. E que é difícil ao escriba fugir à tentação perante um **écran** que quase lhe pede uma palavra que feche o círculo.

Recusemos porém essa palavra. Passemos de largo e deixemos o filme como está. Saudemos, talvez, alguns aspectos formais, alguns enquadramentos de quem muito fotografou fixamente e está aqui entre a câmara balanceada e o olhar puro e simples instantâneo. Escorreguemos, devagar, para as margens de uma película que se enleia tentadora, formulando um discurso que deambula entre a «janela aberta» e a distanciação e pensemos que foi com este e com outros que muita gente embarcou na nave que ao inferno conduz. E afirmemos, evangélicos: Nem só de pão vive o homem, ou (traduzindo) não é com vinagre que se apanham moscas. Ele há boas intenções que queimam como o diabo e entre o açucarado casamento (transgredido?) e a volta ao princípio que se adivinha a fechar o filme há quem leia fotonovela bem confeccionada.

Porém, como explicar esse constante excesso, esse ridículo indiscutível que o inunda e esse fecho outonal, afinal profundamente trágico? Como negar essa liminar lucidez, essa quase dialéctica sensação de cumplicidade-repugnância que se instala em nós?

Dois passos atrás, então, e voltemos ao princípio. E digamos que talvez. Digamos que talvez fosse possível ter escrito um discurso crítico justificador, abonatório. Que para isso era, porém, necessário que o bocejo não nos tivesse quase submergido perante esta **A felicidade**. E isso é, irrefutavelmente, um mau sinal.

Televisão

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

QUE NOJO...

Longo, longo o telejornal. Eram quase 11 horas quando acabou. Natural, visto que incluia a reportagem da Assembleia Constituinte. O mais curioso foi retornarmos ao Telejornal cerca de meia hora depois. Veja-se lá, se a Televisão tem ou não tem a peocupação de nos trazer bem deformados, perdão!, bem informados. Podia lá o Telejornal perder a ocasião de nos dar aquela notícia, tão importante para os destinos da Terra (quiçá do Cosmos) da expulsão de dois soviéticos da Holanda. Podia lá agora! Nem que para isso fosse necessário fazer uma emissão especial, quanto mais.

Longo foi o Telejornal. Devia aproveitar-se o tempo restante da emissão para um programa de qualidade, digno da noite que se estava a viver. Pois não senhores. O melhor para o caso foi o chatíssimo **Cinema 76,** o qual, segundo Tropa, tem audiência junto dos estudantes. Ah, os nossos estudantes e a sua vocação para mártires ociosos...

Tropa apresentou-se com um ar basto solene, próprio para ler a declaração dos Direitos do Homem. Veio com sugestões de ameaças, relacionadas com casos pessoais. Ora é inadmissível que possa alquém utilizar a arma atómica da Televisão para jogos pessoais deste calibre.

Assim não vale, ò coiso. Se tem algum respeito pela sua própria pessoa, não faça isso. Acabará por ficar tão desmoralizado que nem se poderá ver ao espelho. E há espelhos por todo o lado. E ficará chalupa.

Ah Televisão! Estas brincadeiras de mau gosto depois da conquista de uma Constituição que custou tanto suor e tantas lágrimas e tantas vidas...

Parecendo que não, isto define uma maneira de ser. Define, em relação à TV portuguesa, uma alma tão pequena, tão pequena, que não vale a pena.

O RANHO DO ZENHA

A televisão portuguesa entrou, há meses, na campanha eleitoral. Entrou abertamente, sem resguardo. Em duas frentes: a fazer o jogo da direita e das cúpulas direitistas do Partido Socialista.

Este jogo assume por vezes aspectos caricatos quando se pretende, através dele, fazer a promoção de certas individualidades.

Ontem, por exemplo, na vastidão da Assembleia Constituinte a câmara, fossem quais fossem os movimentos que encetasse, acabava com frequência por fazer a mesma viagem: lá estava o Rego, o Zenha, o Mota. Acontecesse isto uma vez, enfim, simpatias qualquer tem. Que aconteça cinco vezes, é abuso. Nem sequer nos pouparam ao acto histórico do Zenha a assoar-se. A Eternidade tem destas exigências e a televisão portuguesa tem destes exageros. Mas o ranho de política é uma coisa e o ranho do Zenha é outra.

Pelos modos, a televisão portuguesa não consegue estabelecer a diferença. A ranhosa!

UM CHORRILHO SÓ PRA SE VER

Mais ranho, menos ranho, aí está o que pode cair no subjectivismo. É o acto da câmara a circular no rego da reacção pode entender-se ainda como impura coincidência. Situações há, porém, em que, a Televisão assume claramente as suas opções, com molho picante de falsidades. Enquadrado na reportagem da Assembleia vem um bloco relativo ao resultado das últimas eleições.

Resumindo: quanto ao C.D.S. diz o **Telejornal** que esse partido, em relação à modéstia dos resultados obtidos **«pode invocar as dificuldades com que se debateu antes e durante a sua campanha eleitoral...»** O M.D.P. esse **«foi o grande vencido destas eleições». «Não conseguiu aos olhos do público demarcar-se do P.C.P....» «M.D.P., o voto da vitória não conseguiu transformar-se em realidade». «Hoje reestrutura-se em novos moldes, tendo desistido de concorrer às próximas eleições».**

Quanto ao P. P. D., que nao conseguiu eleger deputados por Beja, Évora e Portalegre, **«pode queixar-se também das dificuldades com que se debateu para fazer a campanha nesses distritos»...**

E mais: **«Em Évora, nomeadamente, uma tentativa de comício redundou em batalha campal, tendo a sede do P. P. D. sido incendiada e destruída».**

Finalmente, segundo o Telejornal, outra debilidade do P. P. D. foi **«a ausência do seu lider carismático, Sá Carneiro, doente em Londres».**

Quanto ao Partido Socialista, e em relação aos seus êxitos, **«muitas explicações apressadas quantas vezes movidas apenas pelo despeito, foram esboçadas no País e na Televisão».**

Agora este naco: **«A esta vitória não terá sido indiferente a maneira como o P.S. desenvolveu a sua mobilização contra a unicidade sindical imposta por lei. Hipótese explicativa, como qualquer outra...»**

Não seria legítimo que a Televisão, ao nível da mais completa irresponsabilidade, fizesse tao indiscretamente a defesa dos partidos que tantos prejuizos trouxeram e estão trazendo ao processo democrático português. Não seria legítimo que na Televisão se atacasse, de forma tão grosseira, aquilo que fica como uma das grandes, das maiores conquistas dos trabalhadores: a unicidade. Não seria legítimo que na Televisão, ao apontar-se a desistência do M. D. P. (que se apresentou como o **voto do povo** e não **o voto da vitória**...) não acentuasse que tal se fizera em obediência ao princípio sagrado de não dividir (logo enfraquecer) a esquerda.

Não seria legítimo uma data de coisas neste chorrilho de más intenções e más informações que ofereço aos leitores apenas para se poder avaliar até que abismos desceu a actual equipa de responsáveis de Televisão.

Mas muito menos legítimo seria, evidentemente, a falsidade, a calúnia, com objectivos que facilmente se adivinham.

Na realidade, a destruição e o incêndio da tal sede do P. P. D., em Évora, apenas existiram na imaginação do Telejornal.-O Telejornal mentiu. Mentiu de maneira indecente. Pelo que, em nome de alguns restos de respeito que ainda lhe mereçam os telespectadores portugueses, deve esclarecer o facto, apresentar desculpas e mover inquérito ao inventor da atoarda.

Que tristeza, o **Telejornal**! Mais que tristeza... que nojo...

"Chamusca Ilustrada"

Por todo este mês inicia a sua publicação na vila da Chamusca, sob a direcção de João José Samouco da Fonseca, a revista trimestral «Chamusca Ilustrada».

Nota oficiosa

Publicações periódicas e unitárias

Do Ministério da Comunicação Social recebemos a seguinte nota oficiosa para publicação:

«Dispõe o artigo 12 n.º 1 da Alínea B) da Lei da Imprensa que os directores das publicações periodicas e os editores das unitárias devem mandar entregar, ou remeter pelo correio sob registo, nos três dias posteriores à publicação, exemplares das respectivas publicações destinadas à biblioteca do Ministério da Comunicação Social.

«A infracção da referida disposição legal constitui contravenção unível nos termos do artigo 33 da Lei da Imprensa com multa até 50 mil escudos e nunca inferior a 20 mil escudos ocorrendo reincidência.

«Tendo-se verificado casos de inobservância daquela disposição egal chama-se genericamente a atenção de todos a quem ela se dirige, para o seu exacto e pontual cumprimento voluntário.»

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Hoje

I PROGRAMA

16.30 **Impacto** — Kitsch — a arte de mau gosto?
17.00 **Hóquei em Patins** — transmissão directa do encontro Sotto Mayor-Amadora. Comentador: Pedro Castro. Realizador: Félix Ferreira.
18.15 **Cinema de Animação** — um programa de Vasco Granja.
19.10 **«A Casa de Jalna»** — o famoso romance de Mazo de la Roche.
20.10 **Cartaz TV** — selecção dos programas da semana, por Jorge Alves.
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
21.00 **O Concurso Eurovisão da Canção-1976** directamente da Haia, em produção da NOS (Holanda), transmissão da apresentação das canções representantes da BBC (Grã-Bretanha), SSR (Suiça), ARD (Alemanha Federal), IBA (Israel), RTL (Luxemburgo), RTB (Bélgica), RTE (Irlanda), NOS (Holanda), NRK (Noruega), EPT (Grécia), YLE (Finlândia), TVE (Espanha), RAI (Itália), ORTF (Áustria), RTP (Portugal — Carlos do Carmo, «Uma Flor de Verde Pinho», de José Niza e Manuel Alegre), RMC (Mónaco), TFI (França) e JRT (Jugoslávia). Depois de um curto intervalo segue-se a transmissão da votação telefónica dos júris nacionais, directamente de cada uma das estações de Televisão concorrentes, final da qual se procederá à consagração da canção mais apurada. Uma emissão apresentada pelo Departamento de Programas Musicais e Recreativos.
23.00 **Momento Político** — com a subsecretária de Estado da Defesa do Consumidor, dr.ª Maria Isabel Carmelo Rosa.
23.25 **Memórias do Nosso Tempo** — a Grande Geurra — «Vem aí o Demónio» — um documentário por John Terraine sobre a Batalha do Somme (1916).
23.45 **Telejornal** — 3.ª edição
00.00 Fecho

II PROGRAMA

20.00 Abertura e **Cenas de Ópera** — 1.º programa de uma série de 4, produzidos por Manuel Ivo Cruz com as árias: «La Calumnia», do «Barbeiro de Sevilha», de Rossini, por Álvaro Malta e Luís França; Recitativo e Ária de Micaela, da «Carmen», de Bizet, por Elsa Saque; Dueto «Crudel» de Suzanna e do Conde, das «Bodas de Fígaro», de Mozart, por Elizette Bayan e Hugo Casaes; «Il Catalogo», de «D.João», de Mozart, por Álvaro Malta.
20.20 **Noite de Cinema** — «Esta Noite ou Nunca» («This Could Be the Night») — com Jean Simmons, Paul Douglas, Anthony Franciosa. Realizador: Robert Wise. Ano de produção: 1957.
22.15 **Telejornal** — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
22.45 Fecho

Amanhã

I PROGRAMA

12.00: Abertura e Missa de Domingo; **12.45**: Expedição; **13.15**: Telejornal — 1.ª edição; **13.30**: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros e cinemas e da TV; Uma Vida... Uma Profissão; **14.00**: «Heidi» — desenhos animados de origem japonesa; **14.25**: Presença do Brasil — um programa de José Manuel Coelho, Reinaldo Varela e Oliveira Pinto; **15.00**: Tarde de Cinema — «A Lontra e Eu» — um filme realizado por Joseph Strick. Com Bill Travers e Virginia McKenna; **16.50**: Hoje há Palhaços; **17.30**: Directamente dos Estúdios do Porto, «O Povo e a Música» — a música tradicional de Maiato-Águas Santas. Produção D.P.M.R.; **18.00**: TV Rural — um programa pelo eng. Sousa Veloso; **18.30**: Os Castros — primeiro de uma série de 6 programas. Transmissão dos Estudios do Porto; **19.00**: «A Folha do Acer» — série filmada; **19.40**: Dia Nacional da Ungria; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro; **20.45**: Telefutebol; **21.45**: Terra a Terra; **22.30**: Telejornal — 3.ª edição; **22.45**: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e Encontro; **20.25**: «Os Camponeses» — serie de origem polaca; **21.15**: Em qualquer parte aprendemos; **22.00**: Telejornal; **22.15**: Fecho.

Desporto

NACIONAIS DE FUTEBOL

Benfica em Guimarães: teste no cartaz

Está já a pontapear-se a bola em jogos que contam para a 26.ª ronda do nacional de futebol: decorrem, a esta hora, os embates Sporting-Farense, Estoril-Vitória de Setúbal e Boavista-Belenenses, ao mesmo tempo que o segundo escalão também tem espectáculos no momento em que esta edição do «DL» é apresentada nas ruas. Os jogos Fafe-Riopele, Espinho-Salgueiros e Famalicão-Penafiel, mais o Feirense-Alba (previsto para as 21 e 30) juntam-se a quatro duelos da 3.ª divisão para completarem o cartaz do sábado futebolístico a alto nível: Vildemoinhos-Febres, Lordelo-Cabeceirense, Covilhã e Benfica-Oliveira do Bairro e Tirsense-Vianense.

Amanhã é que a festa se alonga. Jogos da 1.ª divisão, marcados para as 16 horas: C.U.F. -Braga, Leixões-Académico, Beira-Mar-União de Tomar, Atlético-F.C. do Porto e Vit. de Guimarães-Benfica.

Segunda Divisão ZONA NORTE: Varzim-Sanjoanense(15 horas), União de Lamas-Régua, Paredes-Paços Ferreira, Vila-Novense-Lourosa, Chaves-Marinhense e Gil Vicente-Sporting Covilhã (16 horas)

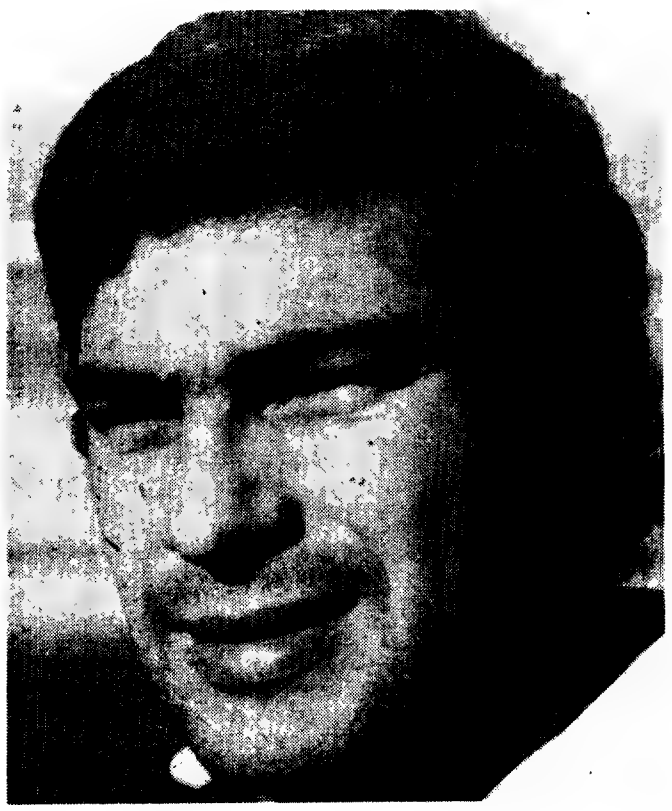
ZONA SUL: Torres Novas-Sesimbra (11 horas), Sintrense-Juventude, União de Leiria-Esp. de Lagos (Em Vieira de Leiria), Montijo-União de Santarém, Oriental-U. de Montemor, Torriense-Peniche, Caldas-Maritimo, Est. de Portalegre-Barreirense, Portimonense-Olhanense, Lusitano de Évora-Almada, (Em Montemor-o-Novo), todos às 16 joras.

Terceira Divisão, SÉRIE A: Forjães-Esposende, Bragança-Leça, Arrifanense-Mondinense, Freamunde-Paços Brandão, Avintes-Mirandela, Sporting de Lamego-Tadim, Vila Real-Desp. das Aves e Limianos-Rio Ave (16 horas).

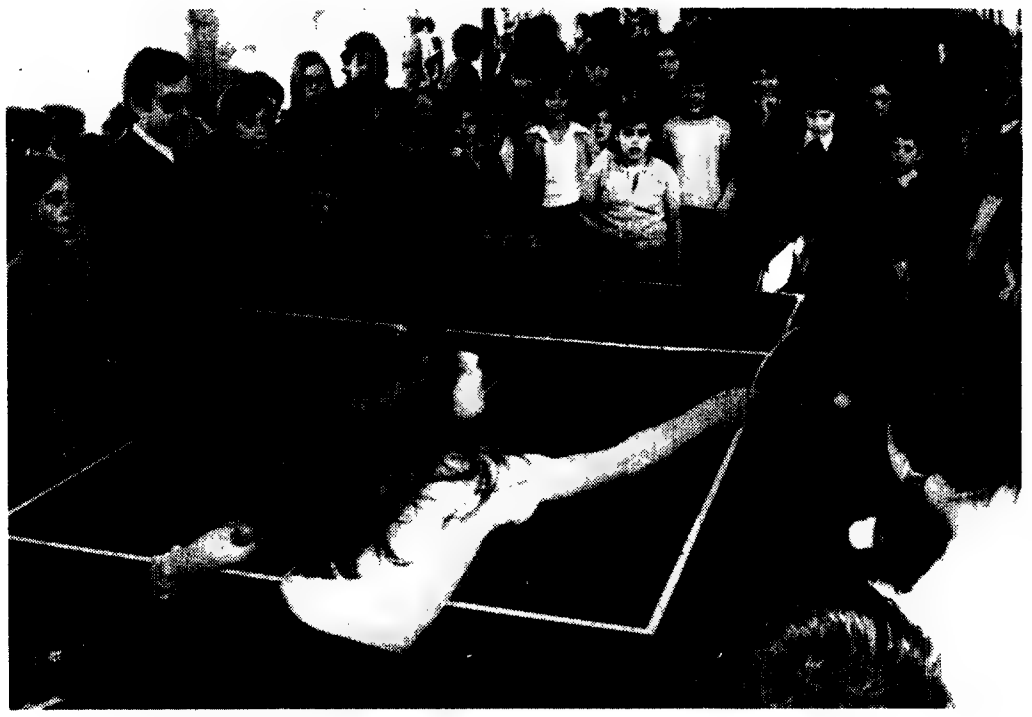
SÉRIE B: União de Coimbra-Naval (11 horas), Lousanense-Águeda, Gouveia-Penalva, Viseu e Benfica-Oliveirense, Marialvas-Guarda, Ala Arriba-Ac. de Viseu, Cucujães-Vila-Novense e Anadia-Tabuense (16 horas).

SÉRIE C: Almeirim-Marrazes (11 horas), Eléctrico-Alhandra, Sp. de Pombal-Benavente, Loures-Alcanenense, Nac. da Madeira-Portalegrense, Bombarralense-Vieirense, (Em Peniche), Elvensse-Campo-Maiorense;Alcobaça-Odivelas, Cartaxo-Vila-Franquense e (Alverca-Elvas (16 horas)

SÉRIE D: Quarteirense-U. Santiago, Beja-Sacavenense, Luso-Seixal, Casa Pia-Lus. de Vila Real, Caparica-São-Brasense, Cova da Piedade-Roseirense, Vendas Novas-Alcochetense, Amora-Odemirense, Paio Pires-Moura e Vasco da Gama Sines-Olivais (16 horas).



José Henrique: fractura de um braço, em treino, tira-o da selecção e joga-o para o «estaleiro».



Mais de 400 miúdos jogaram ténis de mesa, na Escola Eugénio dos Santos, numa iniciativa compreendida dentro da «Onda Verde», organizada pelo Sporting. A 10 do corrente, os «leões» visitam a Escola Preparatória do Bairro da Flamenga, a Santo António dos Cavaleiros.

HOQUEI PATINADO

Sporting mais primeiro

Na sexta jornada do campeonato nacional de hóquei patinado, o Sporting bateu o Benfica (6-1) e confirmou o seu favoritismo no comando da zona sul, com o máximo de pontuação averbado. Outros desfechos de jogos, no bloco sulista: Paço de Arcos-Cuf 4-3; Oeiras-Salesiana 5-4, Parede-Cascais 1-4.

No principal embate da ronda, as equipas alinharam (e marcaram) do modo seguinte:

Sporting: Ramalhete, Rendeiro, Sobrinho (3), Chana, Salema (2), Carlos Alberto e Saraiva (1).

Benfica: Albino, Vasques, Soares, Dantas (1), Cardoso e Eduardo.

Arbitrou o juíz lisboeta Pinho dos Santos.

A bilheteira, no Pavilhão dos Desportos, arrecadou cerca de 40 contos: prova de enchente total, para ver o jogo que colocava frente a frente um ex-campeão quase crónico e a nova formação dirigida (excelentemente) pelo mesmo técnico que tinha catapultado o Benfica para os píncaros da fama local. Torcato Ferreira, na verdade (e se mais alguma prova fosse necessária) está a comandar uma equipa «verde-branca» que, em magnifica forma, pode ter sérias aspirações ao ceptro de campeão europeu de clubes, o único título que, até hoje, ainda não viajou para o nosso país.

Curiosamente, ontem, o Benfica é que abriu o marcador, em triangulação Cardoso-Soares-Dantas e remate imparável para o fundo da rede. Ainda se registaria, quase de seguida, novo momento de perigo para o extremo reduto sportinguista: todavia, uma clara rasteira a Dantas passou em aberto, entendendo o árbitro que a falta era trivialíssima...

O Sporting, firmando o seu jogo, empatou por Salema (13 minutos) e, daí a pouco (por Sobrinho) ganhava ascendente categórico, destruindo a barreira da muita juventude benfiquista. Ainda antes do intervalo, estava feito o 4-1: obras Sobrinho e Salema, em lances de muita oportunidade e boa velocidade.

No segundo tempo, verificou-se uma cerrada perseguição dos «encarnados» à dupla Chana-Salema, muitas vezes a sentirem na pele a dureza da oposição. Porém, o facto dos dianteiros estarem «amarrados», contribuiui para a liberdade dos defesas de Alvalade que, em golos de Sobrinho e Saraiva, estabeleceram o desfecho final, em jogo que (tecnicamente) ficou bastante longe do que é já de exigir a grupos de «palmarés». Todavia, o êxito dos sportinguistas não oferece a menor contestação: tal e qual como não seria de esperar melhor proeza do «cinco» da Luz, ainda em rodagem de aclimatação às altas andanças.

Classificação: Sporting, 18 pontos; 2.º Oeiras, 16; 3.º Juv. Salesiana, 14; 4.º Sotto Mayor, 12; 5.º Ac. Amadora, 11; 6.º Paço de Arcos, 10; 7.º, Benfica-Cuf e Parede, 9; 10.º Cascais, 8.

Na zona nortenha: Fanzeres-Carvalhos 1-2, Académico-Ac. Espinho 3-3, Oliveirense-F.C. Porto 5-5; Inf. Sagres-Est. Vigorosa 17-4 e Sanjoanense-Valongo 1-2

Tabela pontual: 1.º Infante de Sagres e Valongo, 17 pontos 3.º F.C. Porto, 15; 4.º, Oliveirense e Ac. Espinho, 14; 6.º Académico e Carvalhos, 12; 8.º, Sanjoanense, Est. Vigorosa e Fanzeres, 6.

Esta tarde, disputa-se o Sotto Mayor-Académica da Amadora, que é transmitido pela RTP.

VOLTA AO ALGARVE

Está marcada para o último fim-de-semana de Outubro a 6.ª Volta ao Algarve, prova que já conquistou justo prestígio.

Pedro Cabeçadas será o director, coadjuvado por Laginha Azevedo, Manuel Conde, João Mealha e outros.

Como habitualmente a organização pertence ao Racal Clube, de Silves.

Portugal

RÂGUEBI

Problemas no râguebi: não foram (oficialmente) designados árbitros para a jornada deste fim-de-semana (Direito A-Barreito, Técnico A-Benfica A e Barreiro-Regentes de Santarém) por os jogos não terem sido marcados na altura prevista.

INTERBAIRROS

«A Colmeia» (Cooperativa da Caixa Económica Operária) vai realizar este ano, na altura em que comemora o seu centenário, os segundos «Jogos Interbairros», num movimento de confraternização das populações da Graça, Alfama, Vale de Santo António, Penha de França e outras aderentes. Modalidades desportivas no cartaz: ténis de mesa, xadrez e bilhar.

PROTESTO

Em ofícios enviados a diversas entidades governamentais e tornados do conhecimento da Imprensa, o Centro de Cultura e Recreio Oliva (S. João da Madeira) protesta contra o propósito de a Inatel não promover, este ano, campeonatos desportivos nacionais para formações colectivas.

VOLEIBOL

Está formada a nova direcção federativa do voleibol que, na mesa do Congresso, integra: Joaquim Alves dos Reis, Álvaro Pereira, Carlos Alberto Rodrigues Ferreira e Laureano Barcelos da Silva Barrosa. **Direcção**: Eduardo Renato de Freitas Vieira Monteiro, Fernando Jorge Ferreira de Araújo Barros, Luís Delfim Pereira Moreira dos Santos, Acácio Luís de Oliveira Gonçalves, Maria Irene Tavares de Almeida, Maria Manuela Cruz e Silva Reina, Abílio José Pinto Ferreira de Lemos, António Mário Vahia Pinto da Cunha, Aquiles José Ferreira de Araújo Barros, Fernando Moreira de Magalhães, Luís Fernando Guedes da Silva, José Manuel Romeira Pinto da Cruz, Manuel Joaquim Freitas de Oliveira, Narciso Alberto Araújo Azevedo Oliveira, Nelson Manuel Alves de Castro, Reinaldo Boaventura da Cunha Moreira Santos, Alberto Bartolomeu Botelho dos Santos Cardoso, Manuel Fernando Bragança Rijo, Isaías Campos Leite, Rui Manuel Almeida Faria e Raul Manuel Maia e Silva. **Conselho Fiscal**: Américo Rodrigues Ferreira da Silva, Óscar Valentim Sousa Marques, Joaquim José Fernandes da Silva e Adolfo Pereira da Costa. **Conselho de Recurso**: dr. Nuno Balacó Moreira, dr. Daniel Ribeiro Soares, dr. Vasco Ary Reis de Carvalho, Orlando Ludgero Ramos, e António Gabriel Couto Alves dos Reis.

KARATE

A Associação Desportiva Centro Português de Karate e a Associação Shotokam Karatedo Portugal estão a promover um estágio de karate dirigido pelo mestre Mazatoshi Nakayama, instrutor-chefe e responsável técnico da Japan Karate Association, que viaja acompanhado por um discípulo (Takeshi Oishi, três vezes campeão mundial e quatro vezes titular do Japão). Hoje e amanhã, os visitantes exibem-se no Liceu Normal Pedro Nunes, na Avenida Alvares Cabral, das 19 às 22 horas.

ANDEBOL

Encontros respeitantes à 20.ª jornada, do campeonato nacional da I Divisão em Andebol, marcados para hoje: Boa Hora-Belenenses, Técnico-Benfica. Ac. S. Mamede-F.C. Porto, Sporting-C. Ourique Beira Mar-V. Setúbal e Almada-Passos Manuel.

BASQUETEBOL

Disputam-se hoje os jogos da 8.ª jornada (atrasada) do campeonato nacional de basquetebolistas de sénios, da I Div. (Zona Norte): Sangalhos-Vasco da Gama, Académico do Porto, Universitário do Porto-G. Figueirense e F.C. Porto-Conimbricense.

LUTA

Devido a faltas de comparência, foram eliminadas, do campeonato nacional de luta (esperanças, por equipas) os grupos do Ginásio da Baixa da Banheira e do Recreios do Algueirão, não contando para a classificação os resultados anteriormente verificados nos cotejos em que intervieram.

Luís Grilo e Joaquim Vieira serão os lutadores portugueses concorrentes aos campeonatos europeus de greco-romana, a disputaram-se de 18 a 24 do corrente, em Leninegrado (URSS).

CICLISMO

Provas ciclistas promovidas pela Associação de Lisboa, a 4 de Abril, para amadores e populares (Circuito de Alcainça).

SETÚBAL

Ramalho, dianteiro do Belenenses, firmou contrato com o Vitória de Setúbal, num compromisso mútuo por três anos. A propósito de Setúbal: outro reforço está previsto (Franque, ao serviço do Atlético, mas ainda ligado ao Boavista), embora se confirme a saída do técnico Mário Lino, que vai trabalhar no Sporting de Braga, em substituição do ex-parceiro sportinguista José Carlos.

CONTRASTES

José Henrique, que fracturou um dos ossos (o rádio) do antebraço direito, pelo que durante um mês (no mínimo) estará afastado dos campos de futebol. O seu lugar nas redes do Benfica foi entregue a Bento, saltando Fidalgo para o banco dos suplentes. Na selecção nacional, o benefício tocou à porta do recém-«leão» Conhé que, no breve espaço de uma semana, se guinda ao galarim do futebol federativo, ao mesmo tempo que embolsa o «contrato da sua vida».

SPORTING

Alterações já firmes no quadro de futebolistas do Sporting: o avançado Jesus transita para o Belenenses, a dupla Chico-Nelson assina contrato com o Sporting de Braga (a conselho de Mário Lino, futuro treinador bracarense...) e Paulo Rocha mantém conversações com o «Arsenal» minhoto.

BRAGA

Por falar em Braga: o portuense Ronaldo está de mala feita para a capital do Minho, enquanto prosseguem as negociações para a contratação de José Henrique e de um defesa central lisboeta.

ATLETISMO

Estafeta pedreste Cascais-Lisboa, no domingo, com partida pelas 10 horas, junto ao Cinema S. José (Cascais). Sábado (15 e 30) e domingo (à mesma hora), têm lugar no Jamor as primeiras jornadas do «Torneio de Abertura», promovido pela Associação de Atletismo de Lisboa.

DIVULGAÇÃO

«Semana de andebol» de 4 a 10 do corrente.

Desporto

Festa na Costa da Caparica

O Conselho Desportivo da Freguesia da Costa da Caparica, leva amanhã a efeito um conjunto de actividades desportivas destinadas essencialmente aos mais jovens praticantes, mas em que participarão também desportistas de outros escalões etários.

Do programa, que terá início pelas 10 horas, salienta-se uma prova de corta-mato destinada a todas as idades, com diferentes distâncias a percorrer. Essa corrida vai realizar-se nos terrenos da mata, anexos ao rinque de patinagem.

De tarde (e ainda no mesmo recinto) as actividades iniciar-se-ão com uma demonstração de voleibol entre uma equipa da Costa da Caparica e outra de Almada, seguindo-se uma exibição das classes de ginástica da freguesia. Por fim, duas turmas de andebol de sete (do Benfica e da Caparica) efectuarão um jogo-exibição.

Antes do encerramento do programa, todos os jovens (espectadores ou participantes) terão acesso ao recinto e ao material desportivo inerente às modalidades praticadas durante o programa. Pretende (assim) o Conselho Desportivo da Freguesia da Costa da Caparica participar dos objectivos de massificação do desporto português, através do desenvolvimento simultâneo de actividades desportivas dirigidas às crianças em particular e à população em geral.

LÁ FORA

ADEUS

Hennes Weisweiler, apresentou o pedido de demissão de treinador de futebol do Barcelona, que aceitou tendo já nomeado Laureano Ruiz Quevedo para terminar a actual temporada à frente do seu futebol.

MOÇAMBIQUE

O ex-futebolista barreirense João Carlos é o primeiro seleccionador nacional de Moçambique.

MORTE

Aos 40 anos de idade, após uma longa doença, faleceu Roger Rivière, campeão ciclista que foi detentor do recorde mundial da hora.

PROBLEMA

A suspensão do Real Madrid, da «Taça dos Campeões europeus», foi ontem exigida pela imprensa da Alemanha Federal. Porém, o jornal «Sueddeutsche Zeitung» (de Munique), diz que o ataque de que foram vítimas o avançado-centro do Bayern (Gerd Mueller) e o árbitro do encontro (o austríaco Erich Schiller), foi obra de um louco e acrescenta: **«A despeito da dureza evidenciada, tanto pelo Bayern como pelo Real, ambas as equipas deram um bom exemplo de cavalheirismo. O Real, que foi um bom anfitrião, sofrerá seriamente com a ocorrencia porque as consequências são fáceis de prever: a suspensão do seu campo».**

Vamos votar.
Vamos eleger aqueles que, durante 4 anos,
irão representar o Povo Português
na Assembleia da República.
Da nossa opinião, do nosso voto, o futuro do nosso País.
Os deputados que vamos agora eleger serão os responsáveis
pelas leis do nosso País, e pelo cumprimento da nossa Constituição.
Nas nossas mãos, a responsabilidade da escolha.

O TEU VOTO É A TUA VONTADE

COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

ABRANGENDO O DISTRITO DE AVEIRO

2.º COMUNICADO

SITUAÇÃO NA FÁBRICA DE MALHAS MARAJÁ

Mantém-se a situação na fábrica de Malhas Marajá em S. Mamede Infesta.

Durante o dia 30/3/76 a entidade patronal, o patrão Amadeu, lançou o seu primeiro comunicado oficial, tipo clandestino, que mais não é, que um ultraje às valorosas trabalhadoras que ele Sua Ex.ª Sr. Amadeu, tanto explorou em proveito próprio nos gastos supérfluos oriundos de vícios malditos, criados pelo sistema capitalista.

Dando resposta ao comunicado tipo clandestino do patrão Amadeu, o Sindicato Têxtil do Porto, responde com exactidão às calúnias tão baixas, como de altura tem o senhor Amadeu, pois que ao afirmar que as trabalhadoras entraram em greve selvagem, apenas mostra com o que afirma clandestinamente a maneira selvagem de caluniar a justa paralisação das trabalhadoras em defesa dos seus direitos fundamentais relativos ao C. C. T. e que o patrão Amadeu não cumpriu conforme o estabelecido e assinado de sua própria vontade, pois que nada lhe foi imposto pelas honestas trabalhadoras, já que o referido documento é de sua inteira confecção.

Em relação ao segundo ponto clandestino do patrão Amadeu, o Sindicato sinceramente responde que os trabalhadores portugueses estão precisamente nesta altura a tomarem a consciência da classe e que fique sabendo o senhor Amadeu e os patrões em geral que os trabalhadores deste País não cedem a pressões.

Dizer que os trabalhadores são coagidos é precisamente a táctica fascista de coagir trabalhadores menos esclarecidos a porem em prática aquilo que a reacção pretende.

A resposta do Sindicato Têxtil do Porto ao terceiro ponto do senhor Amadeu, de que as trabalhadoras cortaram a corrente eléctrica para obrigarem outras trabalhadoras a aderirem às «grevistas», é farsa imunda de quem com o não cumprimento do C. C. T. arrasta trabalhadoras a tomarem posições desesperadas em defesa dos seus interesses e que os trabalhadores deste País inconscientemente também tomam o partido dos altos interesses do patronato, do capital, da burguesia e da reacção em geral.

Sobre o quarto ponto do clandestino comunicado do patrão Amadeu, em que afirma não se responsabilizar pelo que possa advir desta paralisação, ou está a fazer rir, ou dá uma no cravo e outra na ferradura pelo facto de já não se controlar no que afirma.

Pois se a luta encetada pelas Trabalhadoras é apenas uma paralisação e o Patrão Amadeu vem afirmando ser o problema por ele gerado, uma greve das mesmas Trabalhadoras.

Vem finalmente o senhor Amadeu, no fundo do seu requintado, confirmar que de facto é uma paralisação e não uma greve como várias vezes vem afirmando, com certeza por lapso, mas se o senhor Amadeu quiser ser correcto nas suas afirmações e insinuações, pois em vez de paralisação ou greve como pretende interpretar, seria mais justo dizer que é «lock-out».

No último ponto do senhor Amadeu tão clandestino como a generalidade de todos os pontos e do comunicado em geral, não merece resposta adequada, pois que as Trabalhadoras da Fábrica de Malhas Marajá já souberam defender os seus interesses de uma maneira e de outra, conforme prepotência que o patrão Amadeu venha a tomar.

Mas as trabalhadoras saberão pôr em prática o mais democraticamente possível a recuperação imediata e integral do tempuo de paralisação que a entidade patronal vem mantendo, por ser indivíduo perigoso com os seus métodos para o processo Democrático que este País pretende, mas que a reacção não consente.

Também afirma no seu comunicado, que não voltará à fábrica enquanto esta se mantiver paralisada!... Que pensa o senhor Amadeu com as suas insinuações?!...

Julgará ser ele um mito como patrão?

Será que os trabalhadores deste País ainda não deram sobejas provas de saberem zelar os seus destinos dividindo os justos salários entre si?

Esta é uma grande argolada, senhor Amadeu.

Geral

A D.C. italiana dividida

Continuação da pág. 3

campo compreende — sem contar com os partidários do ministro da Defesa —, os de Amintore Fanfani, ex-secretário do partido, Giulio Andreotti, ministro do Orçamento, Antonio Bisaglia, ministro das Participações do Estado, e Flaminio Piccoli, presidente do grupo democrata-cristão na Câmara.

Estes opositores desejavam levar o partido governamental até onde ele estava anos antes, fazer dele o **pivot** de um reagrupamento moderado, oposto ao PC, sem por isso se unir à política de centro-direita, visto o partido socialista ser designado como o interlocutor «essencial». Este elo privilegiado com o PSI também é desejado pelo campo Zaccagnini que recusa igualmente a entrada dos comunistas no Governo. Mas ele deseja uma renovação profunda do partido, a fim de que possa «confrontar-se» com o PC — o verbo confrontar-se tem aqui o significado de diálogo e colaboração, não de oposição.

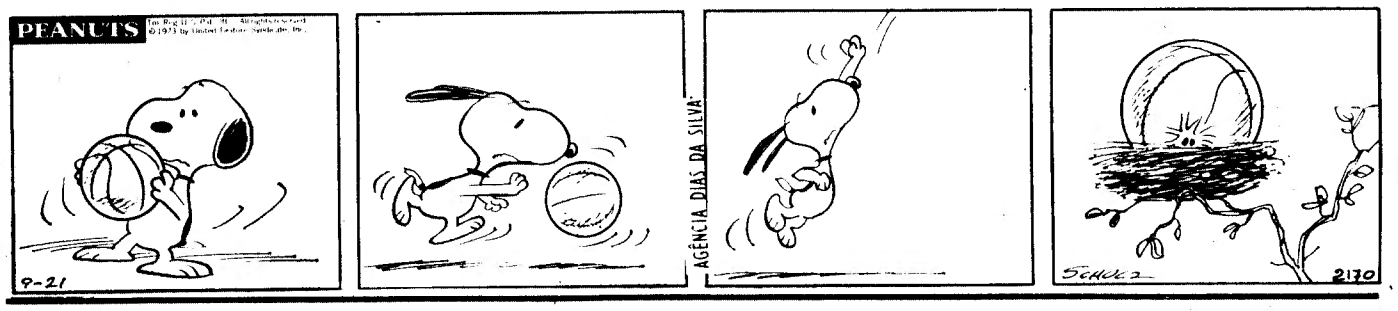
Zaccagnini confirmou, de resto, a sua posição, na resposta que os delegados aplaudiram de pé durante dezasseis minutos. Uma frase mostra o tom de tal resposta: «Não podemos ser o polo moderado do leque político italiano, o partido conservador submetido à vontade dos seus protectores burgueses. Também não podemos ser o comité de negócios do capitalismo italiano ou um organismo de pura e simples ocupação do Poder».

O XIII Congresso da Democracia-Cristã terá mostrado um partido nervoso, inquieto, mas suficientemente vivo para poder criticar-se a si próprio. Assistiu-se à revolta de todos esses delegados a quem os «chefes históricos» começam a cansar ou a desiludir. Pela primeira vez, eles tomaram na verdade a palavra e conservaram-se sem recear que os considerassem mal-educados.

Foi mais ou menos definida uma linha política mas todas as decisões urgentes continuavam em suspenso. Ainda se ignora se para apressar o encontro com o partido socialista, a democracia-cristã quererá provocar eleições antecipadas. Notou-se perfeitamente a oposição unânime a um referendo sobre o aborto, mas ignora-se como sairá a DC desse difícil debate. O partido que Zaccagnini define como «laico» embora o deseje de inspiração cristã, irá desobedecer à Igreja para concluir um compromisso legislativo com as formações políticas?

Há ainda as dificuldades económicas, sobre as quais o Congresso se mostrou discreto. Acerca dos escândalos que se multiplicam, Zaccagnini manifestou claramente a sua intenção de limpar as cavalariças de Augias. Se o partido quer encontrar de novo a sua credibilidade, impõe-se uma boa limpeza. Mas a tarefa é imensa: para a levar a cabo, Zaccagnini só pode contar com a sua imagem de homem honesto e com o apoio que as camadas mais vivas do partido lhe manifestaram.

LE MONDE



"Transferência de técnicos C.R.R.A."

Dois saltos tipográficos alteraram o sentido de outros tantos trechos do artigo da nossa redactora Lurdes Féria ontem publicado com o título «Transferência de técnicos dos C. R. R. A. põe a nu manobras contra a Reforma Agrária». Assim, onde se lia «150 comissões arbitrais» deve ler-se «50 comissões arbitrais»; do mesmo modo a referência a «9000 hectares» constitui um involuntário exagero: eram «900 hectares». Para o facto pedimos a compreensão dos leitores.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado, o vento era fraco e chovia em vários locais do Norte e Centro.

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima ..... 26°

PENHAS DA SAÚDE
Mínima ..... 1,8°

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	10°
P. DOURADAS	—
COIMBRA	9°
PORTALEGRE	6°
LISBOA	9°
FARO	12°
FUNCHAL	12°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
6.11	3,8 m	11.42	1,1 m
18.24	3,8 m		
4			
6.42	3,7 m	0.03	1,1 m
18.56	3,7 m	12.17	1,2 m
Dia 5			
7.18	3,5 m	0.42	1,3 m
19.34	3,6 m	12.58	1,4 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Períodos de céu muito nublado; vento fraco ou moderado de Noroeste; aguaceiros ou períodos de chuva e trovoadas dispersas

AMANHÃ
NASCER ÁS 8.49
OCASO ÁS 18.17

DIA-7 DIA 14 DIA 21 DIA 29

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

Abrangendo o distrito de Aveiro

COMUNICADO

A reacção ataca no trabalho
Trabalhadores cerram fileiras

Graves acontecimentos se estão a passar na Fábrica Lionesa, Leça do Balio.

O Administrador da Lionesa em apuros que lhe poderão ser fatais senão deixar de fazer de uma trabalhadora cavalo de batalha e manter a empresa paralisada.

Tudo leva a «querer» que uma organização patronal está fortemente decidida a fazer de pequenos problemas existentes no trabalho, fonte de nascença de conflitos generalizados e que só Sindicatos têm travado para que se possa efectivamente avançar para o sistema que os patrões não querem; o Socialismo.

O que se está a passar na Libonesa é da pura responsabilidade do Administrador Adolfo que pelas suas posições ditatoriais faz lembrar um outro «Adolfo» dos anos 39.

O Sindicato Têxtil do Porto, em relação aos acontecimentos e às conclusões das negociações que ainda não terminaram tem visto na pessoa do administrador Adolfo toda a firmeza em manter um «lock-out» que deixou de ser paralisação.

É lamentável que um Administrador depois de reconhecer a argolada que cometeu insista em não pagar um dia de paralisação já que os dias perdidos após a primeira proposta é de inteira responsabilidade da administração que terá de pagar e prestar contas aos seus trabalhadores em geral.

A posição dos trabalhadores Liboneses é firme e dela não abdicarão decisão geral de plenários diários.

Hoje 2/4/76, realizou-se no Ministério do Trabalho, uma reunião entre as partes representativas e mais uma vez o administrador Adolfo reconheceu que errou na decisão tomada em relação à operária que serve de ponto de partida para toda uma desestabilização laborial dentro da empresa e que pela lógica revolucionária mais não é que uma sabotagem económica que os trabalhadores não permitirão.

CAMARADAS LIONESES, UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

PELA DIRECÇÃO

OCTACILIO MARTINS LIMA

PRIMAVERA NA
MADEIRA
MAIO E JUNHO
Partidas aos SÁBADOS
de 1 de Maio a 26 de Junho
8 dias desde **2.900$**
- vôos fretados TAP
- magnífica selecção de hotéis (incluindo o Reid's)
- transfers+assistência
- binómio qualidade +economia

VIAGENS RAWES
Lisboa-*Correspondência*: R. Bernardino Costa, 47
Expediente Trav. do Corpo Santo, 15 Tel. 370231
Faro-Rua Conselheiro Bivar, 72 Tel. 23195/6
ou na sua agência de viagens

SEM PAPAS NA LÍNGUA
as memórias da menina da franginha
BEATRIZ COSTA
SESSÕES DE AUTÓGRAFOS
LISBOA — Dia 5 às 17 h. Lojas Europa-América — Av. Marquês Tomar, 1-B
PORTO — Dia 6 às 17 h. Lojas Europa-América — R. 31 de Janeiro, 221
BRAGA — Dia 7 às 16 h. Livraria Cruz
AVEIRO — Dia 8 às 17 h. Livraria Vieira da Cunha
VISEU — Dia 9 às 17 h. Hotel Grão Vasco
COIMBRA — Dia 10 às 11 horas Livraria Novalmedina
CASTELO BRANCO — Dia 12 às 17 h. Lojas Europa-América
TOMAR — Dia 13 às 17 h. Gráfica de Tomar
FARO — Dia 15 às 17 h. Lojas Europa-América
SEM PAPAS NA LÍNGUA
uma edição de
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

RESTAURANTES NOITES

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease.
CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264586/264621/264946

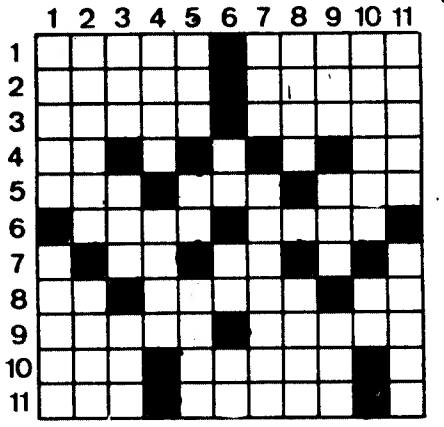
Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11 337

HORIZONTAIS:

1 Índios tapuias do rio Corrente, em Goiás. Versejas.
2 Em excesso. Levantara.
3 Tostas. Declarar.
4 Item. Abreviatura da palavra inglesa mister (senhor).
5 Sadias. Catedrais. Saudável.
6 Divisão de uma casa. Antepassados.
7 O sono das crianças. Cloro (s. q.).
8 O mesmo que uma (ant. e pop.). Toldada. Frâncio (s. q.).
9 Tiras de fígado temperadas e fritas. Combinar.
10 Espécie de pandeiro usado pelos povos do Norte de África. Junta.
11 Olá. Nome de flores.



VERTICAIS:

1 Estimais. Emgrande quantidade.
2 Despesas feitas em peocesso judicial. Casta de uva minhota.
3 Zombas. Saudável. Greda branca.
4 Prendei. Porção de peixe que se vende em leilão.
5 Isolados. Apelido da mãe de Luis de Camões. Empregar.
6 Nome de letra. Crómio (s. Q.). Compaixão.
7 Sistema montanhoso de Marrocos. Livrais de perigo.
8 Levantas. A alta-roda.
9 Desgraça. Tempo do verbo ser. Seguias.
10 Guarneces de arames. Nota musical.
11 Saburra na língua. Vaguear.

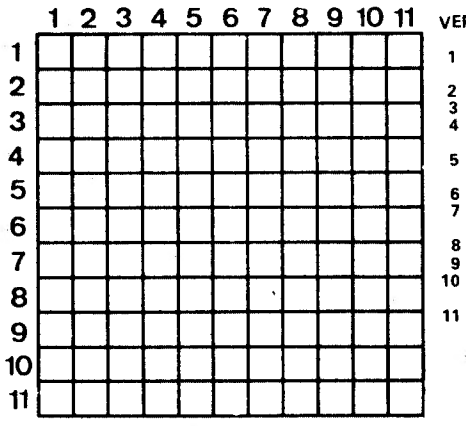
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7497

HORIZONTAIS:

1 Terra baixa e chã (Açores). Peugada.
2 Impulso. Orça.
3 Enfadaria.
4 Limpar metais. Pedra de altar.
5 Preposição. Rio da Suiça. Passadas.
6 Interjeição que designa pancada rápida.
7 Moveram os remos.
8 bisnaga Perfumes.
9 Impressão. Lugar de contenda.
10 Viração. Celebraram em verso.
11 Importunas. Içara.



VERTICAIS

1 Notamusical. Barretemoriso. Gostar muito de.
2 Fileira. Insensibilidade.
3 Brinca. Numeral cardinal.
4 Ave trepadora. Pessoa importuna (fig.).
5 Campos de cereais. Duna na Suécia.
6 Pesquisar. Batráquio.
7 Vila e concelho do distrito de Aveiro. Apelido.
8 Pátria. Estado de espírito.
9 Unido. Simples.
10 Palmeira da Amazónia. Irritar.
11 Bário (s.q.). Agarrei. Caruma.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11 336

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Mês. Maçador.	1 MENTIR. COMO.
2 Eu. Reparado.	2 Eu. Raer. Cás.
3 Céu. Mo. Te.	3 Camparam.
4 Trás. Cama.	4 Res. Am. Rua.
5 Iam. Perada.	5 Meu. Psi. Até.
6 Repassariam.	6 Pá. CESTO. Er.
7 Ramito.	7 Camarão. Uso.
8 Cate.	8 Aromar.
9 Ocara. Vir.	9 Dá. Aditavas.
10 Mamutes. Ara.	10 Ode. Aa. Tire.
11 Os. Aero. Sês.	11 ROTO. Moeras.

PROVÉRBIO: MENTIR COM CESTO ROTO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7496

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Sabá. Untava.	1 Sc. Catanada.
2 Carmona. Sôr.	2 Aal. Toara.
3 Laore. Ramo.	3 Brasília.
4 Sra. Tarim.	4 Amora.
5 Afia. Arm. Tá.	5 Ora. Armas.
6 Acio. Os.	6 Une. Acatais.
7 Atiá. Pá. Cu.	7 Na. Tripeiro.
8 Noa. Atena.	8 Ramo.
9 Aa. Amai. Lis.	9 Asar. Calca.
10 Dra. Air. Cão.	10 Vomitou. Ião.
11 Aa. Asso. Aos.	11 Aromas. Usos.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO I-1

TODA A NOITE

AJUDA
Lopes Ribeiro, Rua do Cruzeiro, 117 (Tel. 633288)
ALTO PINA
Pais, Rua Abade de Faria, 22-A (Tel. 723965)
ALTO DE SÃO JOÃO
Oriente, Rua Lopes, 120 (Tel.8433881)
AREEIRO
Galeno. Avenida Óscar Monteiro Torres, 38-A (Tel. 774920)
ARROIOS
Pancada, Rua Rebelo da Silva, 9 à Rua Pascoal de Melo (Tel. 43340)
BAIRRO ALTO
Barreto, Rua do Loreto, 24/30 (Tel. 327284)
BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, Praça Casas Novas, lote 66 (Tel. 311072)
BENFICA
Marques, Estrada de Benfica, 648 (Tel. 700096)
CAMPO DE OURIQUE
Urbano de Freitas, Rua Silva Carvalho, 1/9 (Tel. 662838)
GRAÇA
Silva, Calçada de Santo André, 16 (Tel. 862074)
LUMIAR
Alameda, Alameda das Linhas de Torres, 201-B (Tel. 790942)
PENHA DE FRANÇA
Zema, Rua General Justiniano Padrel, 21 (à Calçada dos Barbadinhos) (Tel. 832580)
SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Av. Luís Bivar, 69 (Tel. 47213)

TURNO I-2
Até às 22 horas
ALCÂNTARA
Lealdade, Rua do Olival, 226 (Tel. 663441)
ALTO PINA
Eusil, Rua Barão de Sabrosa, 104 (Tel. 841812)
ALVALADE
Líbia, Avenida da Igreja, 4-B (Tel. 711681); **Chinde,** Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Tel. 710331); **Aguiar,** Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Tel. 768343. 764629)
ANJOS
Intendente, Largo Intendente Pina Manique, 50 (Tel. 47838)
AVENIDAS NOVAS
Cosmos, Avenida João Crisóstomo, 44-C (Tel. 40592)
BAIRRO DA LIBERDADE
Salutar, Rua B, 75-A/B (Tel. 683694)
BAIXA
Unifa, Rua da Vitória, 21 (Tel. 323793)
CAMPOLIDE
Findor, Rua D. Maria Pia, 514 (Tel. 687949)

RESTELO
Higilux, Rua de Pedrouços, 50 (Tel. 610280)
XABREGAS
Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B (ao Bairro do Grilo) (Tel. 382470)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Combatentes, Av. C.G.Guerra, 166 (T.2113953)
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás, R.Costa Pinto, 184 (T.2432034)
OEIRAS
Godinho, R.Cândido dos Reis, 98 (T.2430090). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas
CARCAVELOS
Central. Toda a noite
S.DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, B.das Caixas de Previdência (T.2472948). Toda a noite
AMOREIRA
Amoreira. Até às 22 horas
ESTORIL
Parque, Arcadas do Parque (T.260191)
CASCAIS
Cascais, R.Conde de Monte Real, B.das Caixas (T.282407). Até às 22 horas; **Misericórdia,** R.Regimento 19-41 (T.280141). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Melo, P.D.João I, 9-B (T.932756); **Central,** Av. Cardoso Lopes, 25 (T.932210); **Igreja,** P.da Igreja, 22-A (T.937740; **Jardim,** Av. Conde de Oeiras, 120 (T.938424)
DAMAIA
D. João V, Av. Gurgel do Amaral, 2-A (T.970461)
QUELUZ
Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T.951841)
CACÉM
Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T.2942181)
MEM MARTINS
Quimia, E.de Mem Martins, 285 (T.2910012)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
SINTRA
Marrazes, Vila (T.2930155)
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)
ALMADA
Galeno, R.Capitão Leitão, 58-B (T.2760565)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E.Nacional, 24-A (T.2040141)
BARREIRO
Mascarenhas Neto, R.Almeida Garrett (T.2076454). Serviço permanente; **Avenida,** Av. Alfredo da Silva, 88 (T.2073212). Até às 19 horas
COVA DA PIEDADE
Louro
MOITA
Silva Rocha, P.da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Diogo, R.Almirante Reis, 50 (T.2310032)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)
SETÚBAL
Lisboa, R.Dr. Paulo Borba (T.22248); **Saião,** Av. Portela (T.22709)
SEIXAL
Godinho, L.da Igreja, 51 (T.2218580)

PORTO

TURNO 12

ATÉ ÀS 22 HORAS

Nacional, R.Senhora da Luz, 156, Foz; **Boavista,** R.da Boavista, 601; **Cosme,** R.de Costa Cabral, 584; **Alberto Ferreira,** R.da Estação, 100; Antero de Quental, R.Antero de Quental, 520; **Antunes,** R.do Bonjardim, 485; **Pereiró,** R.da Preciosa, 35; **Herculano,** R.Alexandre Herculano, 384

TODA A NOITE

S.Dinis, R.d S.Diniz, 428; **Soeiro,** R.de Santos Pousada, 71; **Vitália,** P.da Liberdade, 34

COIMBRA

Cruz e Costa, Rua António Vasconcelos, 71 (Tel. 22715); **Silva Soares,** Rua Mouzinho Albuquerque, 26 (Tel. 71454); **Vilaça,** Rua Ferreira Borges, 132 (Tel. 22043)

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

CASA DA COMEDIA
21.30 (6 anos)
«Os Encantos de Medeia»
VASCO SANTANA
21.30 (18 anos)
«Preço da Vida»
CAMPOLIDE
21.30 (18 anos)
«O Grande Cidadão»
MARIA VITORIA
20.30, 22.45 (18 anos)
«Força, Força Camarada Zé»
MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Família até certo ponto»
TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.15 (13 anos)
«Ah Kiu»
VILLARET
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Godspell»
A.B.C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Afinal como é?»
CAPITOLIO
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Mostra-Me a Tua Piscina»
ADOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Taran Tantan não Enche Barriga»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.30 (18 anos)
«A Jovem Assassinada»
CINE BOLSO
21.30 (18 anos)
«Prazeres colectivos»
S. LUIS
21.30 (13 anos)
«O Centro do Mundo»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Chamavam-lhe Espírito Santo»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«A Religiosa»
COLISEU
21.30 (18 anos)
«A Liguagem do Amor»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Emiliene»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Sexo Louco»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«O Belo Monstro»
IDEAL
21.00 (10 anos)
«Tarzan e os Inimigos da Selva»
PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Pecado Venial»

LINHA DE CASCAIS

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Reflexos num Olho Dourado»
PAREDE
Royal-Cine
21.15 (6 anos)
«A Ilha no Tecto do Mundo»
CASCAIS
S.José
21.15 (18 anos)
«Prazeres Colectivos»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«A Linguagem do Amor»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«Paris Manicómio do Amor»

PORTO/Teatros

SÁ DA BANDEIRA
21.15 (18 anos)
«Schweyk na II Guerra Mundial»
ANTÓNIO PEDRO
22 (13 anos)
«As Artimanhas de Scapino»
CIRCO
21.15 (10 anos)
«O Fabuloso Circo»

PORTO/Cinemas

JULIO DINIS
21.15 (13 anos)
«Um já está... venha outro»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Adina»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«A Última Neve da Primavera»
ESTUDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Um Dia de Sol»

ÁGUIA DE OURO
21.30 (18 anos)
«O Vingador do Oeste»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«Emilienne»
S.JOÃO
21.15 (18 anos)
«Obrigado Avó»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Uma rapariga e suas armas»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«Camille»

ESTÚDIO
21.15 (18 anos)
«Cenas da Vida Conjugal»

TRINDADE
21.15 (18 anos)
«Tão amigos que Nós Éramos»

CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«Mariage»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Monica e o Amor»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Paul e Michele»

S.TEOTONIO
21.15 (18 anos)
«Parfilion»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Paulo o Quente»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«Os 67 Dias»

cinemas

CASTIL
T.530194 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15
Int. a men. 18 anos
DELÍCIAS FRANCESAS
Um filme de Jean-Claude Laureaux
3.ª Semana
Ante-estreia às 24 h (Int. a m. 18)
NOITADAS DE PARIS

IMPÉRIO
T.555134 15.15-18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Telly Savalas - Peter Fonda
POR UMA MÃO CHEIA DE DIAMANTES
um filme de Val Guest

POLITEAMA
T.326305 estreia às 21.30
Não acons. men. 13 anos
O SARGENTO ROMPIGLIONE
o melhor super-farsa do ano
c/ Franco Franchi

VOX
T.720808 14.15-16.30-19.00 e 21.15
DECAMERONS N.º 2
Os Contos Eróticos de Bocaccio

ROMA
T.727778 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A CASA DAS POMBAS
com Ornella Muti, Lucia Bosé e Glen Lee

S. LUÍS
Às 21.30 h
Não acons. a menores de 13 anos
BRANDOS COSTUMES
um filme de Seixas Santos

D. JOÃO V — DAMAIA
Tel. 971794 Às 21 h
Int. a menores de 18 anos
KUNF FU NO OESTE SELVAGEM

CALEIDOSCÓPIO
T.795093 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
O grande clássico do género!
Boris Karloff é FRANKENSTEIN
um filme de James Whalle

EDEN
T.320768 14.00-16.30-19.00 21.15
Int. a menores de 18 anos
A CIDADE DO CRIME
um filme de Lanny Cohen

ODEON
T.326283 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Enchentes consecutivas!
3.ª Semana
Uma odisseia que não envergonha as mães solteiras
A OUTRA MULHER
O drama de uma união ilegal
com Mauricio Garces e Saby Kamalich

APOLO 70
T.763319 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A HISTÓRIA DE FERNÃO CAPELO GAIVOTA
15.ª Semana
Hoje às 24 H. Grupo D M. 18 anos
Amanhã às 11 h
O LADRÃO DE BAGDAD
(M. 6 anos)

CASINO ESTORIL
T.264621 18.15 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A REVOLUÇÃO SEXUAL

S. JORGE
T.54153/4 15.15-18.15 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
Jean Paul Belmondo
«O LADRÃO DE PARIS»

RESTELO
T.610375 21.00
Não acons. men. de 13 anos
O INSPECTOR MARTELADA

AVIS
T.47163 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A INSATISFEITA
2.ª Semana
Patrick Cunny e Pierre Oudry

ESTÚDIO
T.555135 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A INGLESA ROMANTICA
um filme de Joseph Losey
5.ª Semana

ESTÚDIO 444
T.779095 14.30, 16.45, 19.00, 21.15 24
Interdito a men. de 18 anos
DELICIAS FRANCESAS
3.ª Semana
Real Jean Claude Laureaux

MUNDIAL
T.538743 15.15, 18.30, 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CURANDEIRO DE ALCOVA
C/ Carlo Giuffre - Tina Aumont

CARLOS MANUEL — SINTRA
T.2930394 21.00
Int. a menores de 18 anos
O ASSASSINO DE SAIAS

UNIVERSAL
T.774402 [illegible] 21.00
Não acons. a m[illegible] 13 anos
DEUS PÁTRIA [illegible]RIDADE
de R[illegible]
[illegible]
MAO [illegible] TUNG
[illegible]
Sábado 00.30 (int. men. 18 anos)
[illegible]

CONDES
T.322523 [illegible] 21.15
Interdito a [illegible] 13 anos
COM ENCONTRO MARCADO
c/Richard [illegible] Gravina

[illegible]
T.776098 [illegible] 21.15
JERRY, O [illegible]URISTA
C/ Jerry Lewis, [illegible]

LONDRES
T.801313 [illegible] 00 e 21.15
Não acons. a [illegible] 18 anos
CENAS DA VIDA CONJUGAL
com Liv Ulhman [illegible] Anderson
Hoje às 2[illegible] 18 anos
FRANKENSTEIN JÚNIOR

ROXY
T.48560 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
JOGOS PARA CASAIS INFIÉIS
com Pierre Rousseau e Daniel Veamirik

TIVOLI
T.570596 15.15-18.30 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
CRISTINA E O CARDEAL
Um filme de incomparável beleza!

ALVALADE
T.897480 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
GOLPE POR GOLPE
com Henry Yu Younk e Ofélia Yu Wei
Hoje às 24 horas
O COLABORACIONISTA
(Não acons. a menores de 13 anos)
Amanhã às 11 h (Para todos)
MELODY

PATHÉ
T.821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15
Não cons. a menores de 18 anos
QUE DEMÓNIOS SE OCULTAM NA ESCURIDAO
Um filme de Curtis Harrington
Hoje às 24 h (Não acons. a m. 18)
«QUE DEMÓNIOS SE OCULTAM NA ESCURIDÃO»

NIMAS
T.574362 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
A história da crise de um casal
TUDO VAI BEM
com Jane Fonda e Yves Montand

rádio

1.º Programa

15.00: Painel da tarde; **18.00**: Música portuguesa; **18.30**: Temas sobre a condição de retornado; **19.00**: Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Jazz; **21.00**: Concurso Eurovisão da Canção 1976, em colaboração com a Radiotelevisão Portuguesa — painel da noite; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Retrospectiva; **01.00**: Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite; **02.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.14: A cravista Wanda Landowska; **16.55**: A Orquestra de Câmara Inglesa, dir. por Pinchas Zokermann; **17.32**: Pianistas; **18.00**: Música de Beethoven; **18.30**: Concerto sinfónico; **20.00**: Pianistas; **20.30**: Música do barroco italiano; **21.00**: Ciclo de melodias; **21.25**: Música do século XX; **22.00**: Concerto pelo Quinteto de Sopro da R.D.A.; **22.22**: Sonata em fá sustenido menor e sonata em fá sustenido maior, de Scarlatti; **22.30**: Música de câmara; **23.00**: Mudança do MF 2 de Mono para Estéreo — intercâmbio musical; **23.43**: Solo de piano; **00.05**: Música sinfónica; **01.00**: Fecho

3.º Programa

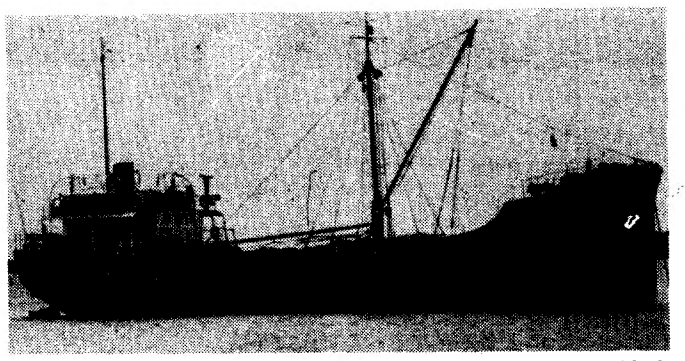
16.00: Emissão nacional — ela por elas — casos ao acaso, de Orlando Dias Agudo; **16.30**: Vamos ao médico, com o dr. José Matildes (repetição); **18.00**: Emissão regional — contacto — teatro trágico, dos Parodiantes de Lisboa; **20.15**: Folhetim: «A Queda de um Anjo» (repetição); **21.00**: Música, só música; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: A MÚSICA e as vozes

4.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: Jazz; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA-PORTUGAL



Fundeado no estuário do Sado, o «Alger» aguarda oportunidade de carregar cimento.

O CASO "ALGER"

Mestre do navio conta como foi

. SETÚBAL, 3 — Chegou ontem ao princípio da tarde a Setúbal, o navio ALGER, que bastante polémica levantou nestes últimos dias, pois falava-se da sua abordagem com um barco búlgaro, ao largo de Aveiro.

Durante a tarde de ontem, estivemos a bordo do ALGER, fundeado no estuário do Sado e falámos com o mestre, sr. Francisco Gonçalves Paquete, que se encontrava ainda muito indignado com as especulações, feitas por certos jornais, principalmente do Porto, e também pela televisão.

Francisco Paquete, acompanhado por alguns dos seus camaradas de bordo, relatou-nos como se desenrolaram os factos, começando por dizer que deixaram Leixões na quinta-feira da semana passada, às 7 e 30 horas, com rumo a Setúbal. Cerca das 11 horas, cruzara-se de facto com um arrastão que não conseguiram identificar, se bem que o tivessem feito a cerca de cento e cinquenta metros. A nacionalidade de tal arrastão também não foi detectada pelos tripulantes do ALGER, pois aquele não levava a bandeira içada. No momento em que se cruzavam com esse navio não identificado começaram a ser sobrevoados por um avião da FAP, que os acompanhou durante algum tempo, vindo a ser substituido naquela missão por outro avião, também militar. Pelas 22 e 30 horas foram abordados por um navio da Armada, que lhes passou uma busca, não tendo sido encontrado nada de suspeito.

Foram depois autorizados a navegar em direcção a Setúbal, onde o navio foi novamente revistado, desta vez pelas autoridades navais da cidade, confirmando-se assim o resultado nulo da primeira busca.

O ALGER desloca 500 toneladas, tem 47 metros de comprimento e a sua velocidade máxima é de 9 milhas horárias. Segundo nos informou o comandante do ALGER, o barco com que se cruzou tem sensivelmente o dobro do comprimento, e, portanto, no seu entender, seria quase impossível a acostagem destes dois navios em alto mar.

O ALGER é propriedade dos armadores Vieira e Silveira, de Lisboa, e tem como rota habitual os portos de Setúbal, Lisboa, Porto e Leixões, transportando cimento.

Barco "fantasma" abalroa e foge

. Na noite de quinta para sexta-feira passada, por volta da meia-noite, o navio-patrulha «Save» foi abalroado por um navio não identificado. O «Save» encontrava-se, na altura, em serviço de fiscalização e após a colisão encontrou-se em situação difícil — chegando a recear-se o seu afundamento — em virtude de um rombo importante na casa das máquinas e na medida igualmente em que o navio que o tinha abalroado prosseguiu o seu rumo sem lhe prestar assistência.

Valeu ao «Save» e aos membros da tripulação a presença na área das traineiras «Brisa-Mar», «Brisa-Leste» e «Costa de Ouro» que lhe prestaram de imediato assistência e o rebocaram para a praia da Baleeira. Posteiormente o navio-patrulha acidentado seguiu para Portimão — onde já se encontra — levando a bordo apenas o seu comandante e sete membros da tripulação.

O acidente provocou a morte do rimeiro-sargento António Silvestre Chambel Costa que, segundo se julga, se encontrava, no momento da colisão, na casa das máquinas.

Contactadas as capitanias de Faro e de Portimão e contactado igualmente o Estado-Maior da Armada soube-se que vários navios estão neste momento empenhados em identificar o navio que colidiu com o «Save» e do qual se desconhece, inclusive, a nacionalidade e o tipo.

Conde de Barcelona regressa a Portugal

Don Juan de Bourdon regressa a Portugal depois de ter efectuado uma visita a Londres, onde foi recebido por Isabel II.

O pai de Juan Carlos de Espanha volta à sua casa no Estoril, depois de amanhã.

Ontem no Funchal

Juventudes P.P.D., C.D.S. e P.D.C. reunidas em comício

FUNCHAL, 3 — A chuva e os tiros tiveram o mérito de abrandar um comício que se esperava quente. Tratou-se da «manif»-comício promovida pela Juventude Social-Democrata, a que aderiu a Juventude Centrista, distinguindo-se, a certa altura, duas grandes bandeiras do Partido Democrata Cristão. Aconteceu ontem, no Largo do Colégio: P. P. D., C. D. S. e P. D. C. mostravam, mais uma vez, a capacidade de entendimento das forças de direita.

Ao longo do comício, viriam a ser repetidas, em meias frases, com deturpação do sentido, palavras pronunciadas por Jorge Campinos, na véspera. Assim, os oradores levaram o público a supor que o candidato do P. S. tinha sugerido a saída do arquipélago do governador e do Bispo da Madeira, o que não é exacto. Todavia, houve quem acreditasse na versão P. P. D. Os ânimos exaltaram-se.

Um dos oradores, Alberto João Jardim, homem forte do P. P. D. local e director do «Jornal da Madeira», sustentou que «o separatismo não é da parte dos madeirenses, mas fomentado pela incompetência daqueles que do Terreiro do Paço tomam decisões sem tentar compreender ou se interessarem pelos problemas dos madeirenses».

Em determinada ocasião ouvir-se-ia, da parte de um grupo afecto à U. P. M. (F. E. C. m-l), o grito de «Viva a Classe Operária» e «O fascismo não passará». A partir daqui, «ppd's», «cds's» e «pdc's» avançaram sobre os «provocadores», aos gritos de «abaixo a reacção», o que deu lugar à intervenção das autoridades militares, que dispararam tiros para o ar. Os elementos da U. P. M. tiveram de refugiar-se na sua sede, a uma centena de metros do local da manifestação. Ficam para trás as palavras de ordem «Vitória, Vitória, Morte à F. E. C.».

REGRESSA O «BAILINHO»

Conforme temos referido em edições anteriores, a escalada separatista assume proporções incríveis, beneficiando pelo menos aparentemente, da passividade das autoridades responsáveis.

É neste ambiente que agora surge um «Bailinho da Madeira» algo «renovado», cuja letra se atribui à Flama: «Deixa passar / Esta linda brincadeira / Que vamos ser independentes / Cá na ilha da Madeira.»

Partidos que se excederem serão remetidos ao silêncio

. Acaba de entrar em vigor um Decreto-Lei sob o n.º 234-A/76 que, em substância, determina que serão reduzidos ao silêncio, nas estações de Rádios e TV, os partidos que se excedam na campanha eleitoral, incitando ao ódio ou à violência.

O Decreto-Lei visa acautelar «a normalidade política, a prática democrática, a estabilidade social e a ordem pública contra eventuais tentativas de criminoso aproveitamento das campanhas eleitorais para difusão de apelos à insurreição ou à desordem, de incitamentos ao ódio ou à violência, ou tão só para a prática momentaneamente do insulto».

Assim, o art.º 1.º do novo decreto-lei visa os partidos políticos e respectivos membros que «usem expressões ou imagens que possam constituir crime de difamação, calúnia ou injúria, ofensas às instituições democráticas e seus legítimos representantes, apelo à desordem ou à insurreição, incitamentos ao ódio, à violência ou à guerra, ou que, de um modo geral, façam perigar a ordem pública, a segurança social ou a normalidade democrática».

Nestes casos, determina a lei, os infractores «poderão ser imediatamente punidos com a suspensão do exercício desse direito pelo período de um dia ao número de dias que durar a campanha, consoante a gravidade da falta e o grau da sua repetição, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber».

Acrescenta-se que «a proibição abrangerá o exercício do direito suspenso em todas as estações de rádio e TV, apesar de cometida a infracção apenas numa delas».

Cunhal em Odivelas

Maioria da esquerda depende de maior votação no P.C.P.

«A possibilidade de uma maioria de esquerda (na Assembleia da República) será tanto maior quanto mais numerosa for a votação no PCP» — afirmou Álvaro Cunhal ontem à noite em Odivelas, num comício que o seu partido levou a efeito no Mercado Novo, nesta localidade. Cunhal referiu-se ao contexto partidário classificando o PPD e o CDS de «partidos reaccionários» e apontando para o PS no sentido de que este terá de definir, ainda antes das eleições, a sua política de alianças. Foi a segunda vez que o secretário-geral do PCP tocou nesta tópica nos últimos dias. «Seria necessário que os dirigentes do PS definissem antes das eleições com quem vão aliar-se após o acto eleitoral» — disse o primeiro nome do PCP:

Trabalhadores da C.U.F. solidários com o "D.L."

A Comissão de Unidade de Trabalhadores da C. U. F., reunida no Barreiro em 1 do corrente, aprovou uma moção em que se apela para todos os trabalhadores no sentido de se unirem «em defesa dos trabalhadores da Informação que sempre tem defendido as suas justas lutas» e se exprimem sentimentos de solidariedade para com o «Diário de Lisboa», que na próxima segunda-feira, como dizemos noutro local, começará a ser julgado na Boa Hora.

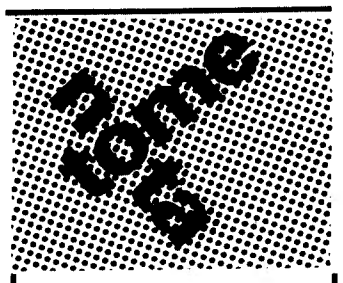
«Unidos venceremos» — termina a referida moção.

"D.L." em tribunal

Continuação da pág. 1

concelos, tem como testemunhas Raul Rego, Francisco Balsemão, Jacinto Baptista, Joaquim Letria e o repórter fotográfico José Tavares. Entre as testemunhas de José Cardoso Pires, cujo patrono será o dr Jorge Sampio, figuram o prof. Ruy Luís Gomes, os escritores Fernando Namora, José Gomes Ferreira, José Palla e Carmo e Sophia de Mello Breyner Andersen e o repórter fotográfico Hernando Domingues, uma das vítimas dos acontecimentos do Rossio.

José Cardoso Pires, que começou a sua carreira literária com um livro apreendido — a antologia BLOCO, publicada em 1945 e na qual colaboravam Mário Cesariny de Vasconcelos e Luís Pacheco — foi objecto, no final do fascismo, de uma polémica na Assembleia pelo seu último livro, «Dinossauro Excelentíssimo». Curiosamente, sairá agora, em português, o livro «Técnica do Golpe de Censura», publicado por José Cardoso Pires no final do regime de Marcelo Caetano na Alemanha, França e Inglaterra. Ruella Ramos e com ele o «Diário de Lisboa» comparece agora no mesmo juizo em que, no tempo de Moreira Baptista, foi julgado com João Abel Manta pela publicação do célebre «poster» deste grande artista «Portugal a cantar», o chamado caso da bandeira portuguesa.



AS GRANDES IDEIAS

A administração da Anop pediu ao Ministério da Comunicação Social que lhe «cedesse» o sr. Gentil Marques. O sr. Gentil Marques é «adjunto de Informação» daquela agência e, ao que nos informam, ficou encarregado do sector de correspondentes. Ainda segundo as nossas informações, o sr. Gentil Marques teria tido uma «grande ideia»: enviar uma carta-circular aos directores dos jornais da província, para estes sugerirem correspondentes para a agência.

Dado o passado do sr. Marques e o pendor conhecido deste e da maioria esmagadora dos directores da «pequena Imprensa» está-se mesmo a ver o resultado disto tudo: uma Anop supinamente pluralista, a cortar a direito (nada de entender «à direita...»).

QUAIS POVOS?

Os candidatos do P.P.M. pelos distritos de Portalegre, Évora e Beja dirigiram um «manifesto aos povos do Alentejo» em que se fala de «tragédia», «conquista ensanguentada» e «região maldita». E ainda: «O desmantelamento das explorações agro-pecuárias, quer por ocupações abusivas, irresponsáveis e criminosas ou pela instalação forçada de uma Reforma Agrária que nada tem de reforma nem de agrária mas que é apenas um instrumento da estratégia política de determinados partidos, mais preocupados com obtenção de poder à custa das pessoas do que servi-las de facto na resolução dos seus problemas locais, levou o Alentejo à ruína humana que hoje verificamos com mágoa e espanto».

Os candidatos do P. P. M. têm a certeza de que se estão mesmo a dirigir aos povos do Alentejo? Não será antes à C. A. P.?

DISPENSADO

O escritor Antunes da Silva havia sido requisitado pelo Ministério da Comunicação Social (no tempo do comandante Correia Jesuíno) para proceder a trabalhos de ordem literária e jornalística de apoio à Reforma Agrária. A requisição fora por um ano, mas o escritor foi «dispensado» antes do tempo. Como compensação para mais este saneamento, podemos anunciar a saída próxima de um livro de reportagens feitas por Antunes da Silva em cooperativas e outras unidades colectivas de produção agrícola.

REGRAS DA LUTA

Na luta antiga, conhecida por luta «greco-romana», era de rigor o respeito das regras do jogo. Os adversários defrontavam-se com ímpeto, com ardor, mas com lealdade, com desportivismo. Mas a nova luta não conhece regras do jogo, nem os princípios elementares da convivência cívica, nem a noção de lealdade. É «luta livre».